

HISTÓRIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO CAMPO

Ficha Catalográfica

Medeiros, Leonilde Sérvolo de.
História dos movimentos sociais no campo / Leonilde Sérvolo de Medeiros. — Rio de Janeiro FASE, 1989.
216p.; il., fots., gráf., tab., mapas.
1. Movimentos Sociais Rurais - Brasil. 2. Reforma Agrária. 3. Igreja Católica e Justiça Social.
I. Título

HISTÓRIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO CAMPO
Leonilde Sérvolo de Medeiros



História dos Movimentos Sociais no Campo

Leonilde Sérvolo de Medeiros

Rio de Janeiro
1989

© FASE
Federação de Órgãos
para Assistência Social e Educacional
Rua Bento Lisboa, 58
22221 Rio de Janeiro, RJ
Brasil

Edição de Arte e Capa:
Gerardo Hanna

Revisão:
João Luiz Pacheco
Inácio Dorado

Os dados referentes aos filmes, vídeos e audiovisuais que constam neste livro foram obtidos através dos catálogos da FASE, da ABVP, da Embrafilme e Fundação do Cinema Brasileiro, onde encontram-se disponíveis para compra e empréstimo

- FASE-Nacional:
Rua: Bento Lisboa, 58 — Catete
Rio de Janeiro, RJ — CEP 22221
- ABVP: Associação Brasileira de Vídeo Popular Rua 13 de Maio, 489 — Bela Vista
São Paulo, SP — CEP 01327
- EMBRAFILME:
Rua Mayrink Veiga, 28 - 9º andar — Centro
Rio de Janeiro, RJ - CEP 20090
- Fundação do Cinema Brasileiro:
Av. Brasil, 2482
Rio de Janeiro, RJ — CEP 20930
- PTA — Projeto Tecnologias Alternativas
Rua Bento Lisboa, 58
Rio de Janeiro, RJ — CEP 22221

Sumário

APRESENTAÇÃO	8
I- INTRODUÇÃO	11
II _ EMERGÊNCIA E CONSOLIDAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES DE TRABALHADORES RURAIS: 1945-1964	17
1. Inicia-se o processo de organização	18
A _ Quem se mobiliza	18
_Trabalhadores das grandes plantações	18
_Arrendatários, parceiros e meeiros	24
_Posseiros	25
B _As primeiras organizações: ligas, associações, uniões	25
C _O Partido Comunista e os trabalhadores rurais	26
_Ação no campo	28
D _A organização da Ultab	30
2. Ampliam-se as lutas no campo	34
A _Lutas de posseiros	35
_Formoso e Trombas	35
_Sudoeste do Paraná	39
_Baixada da Guanabara	41
B _Lutas de arrendatários	42
C _Lutas salariais	44
D _A resistência à expulsão em Pernambuco e as origens das Ligas Camponesas	46
E _As lutas dos trabalhadores rurais e suas organizações	48
_Dificuldades para organizar	51
- Formas desorganização	52
3. A reforma agrária como bandeira de luta e seus significados	53
A _A reforma agrária na perspectiva do PCB	53
B _Ligas Camponesas x PCB/Ultab	54
C _O Congresso Camponês de Belo Horizonte	56
4. A eficácia política das lutas	60
A _A ação dos governos estaduais	61
B _A ação do governo federal	62
5. A reação dos proprietários de terra	64
6. Intensificam-se as lutas no campo	66
_Acampamentos no Rio Grande do Sul: nova forma de pressão pela terra	67
_A luta pela terra no Rio de Janeiro	68
_Outras ocupações	70
_Expansão das Ligas Camponesas	71
7. A disputa pela representação dos trabalhadores rurais o a emergência do sindicalismo	75
A _A crise das Ligas Camponesas	76
B _A Igreja entra em campo: novas forças disputam as organizações	76
_A Igreja na sindicalização rural	76
_O aparecimento da Ação Popular	77
C _A criação da Contag	78

D - Um balanço	79
III – ATOMIZAÇÃO DAS LUTAS	85
1. Duas faces do primeiro governo militar: repressão sobre as lutas dos trabalhadores e aprovação do Estatuto da Terra	86
2. Os caminhos da organização sindical	88
- Sindicatos e federações	88
- Contag	90
3. Os caminhos para uma direção sindical nacional e unificação de linhas de ação	91
A — Os princípios de ação: a luta por direitos	92
B — A diversidade no interior do sindicalismo e as dificuldades de unificação das lutas	95
C — A instituição do Funrural	96
D — O II Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais	98
E - A Contag após o II Congresso	101
4. Os conflitos no campo e a prática sindical	102
— Luta por direitos trabalhistas	103
— A questão da terra	107
5. A Igreja no campo	111
6. A mudança de rumo do sindicalismo rural: O III Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais	115
- Bandeiras de luta	117
- Novas demandas	118
- Novas formas de luta	119
IV— OS TRABALHADORES RURAIS RECUPERAM ESPAÇO NA CENA POLÍTICA	122
1. As experiências de greve no campo	123
A - A emergência do modelo de Pernambuco	123
B - A extensão da experiência	129
C - A luta pelo cumprimento	131
D - As greves do centro-sul: experiências por fora do modelo da greve legal	132
E - O significado das greves	134
2. Os pequenos produtores mobilizam-se questionando a política agrícola	136
3. Intensifica-se a luta pela terra: revigoram-se antigos personagens, surgem novos atores	139
A - A luta pela permanência na terra	139
B - Os atingidos pelas barragens	142
C - Os Sem Terra	147
4. O sindicalismo numa conjuntura de mobilização: ambigüidades	150
5. A Igreja e os problemas da terra	155
6. O Estado e os conflitos no campo	158
— Violência	159
— Intervenção direta nos conflitos	160
— Propaganda	162

V - OS TRABALHADORES RURAIS NA NOVA REPÚBLICA	166
1. As demandas dos trabalhadores rurais na emergência da Nova República	167
A — O congresso dos Sem Terra	167
B — O IV Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais	169
— Reforma agrária	169
- Ampliação das formas de participação	171
- Sindicalismo	172
2. A Proposta do Plano Nacional de Reforma Agrária	174
3. Os desdobramentos da proposta do PNRA	176
A — Acampamentos e intensificação da luta pela terra	178
B — A reação dos proprietários de terra	188
C — Da proposta do PNRA ao Decreto 2.363 de outubro de 1987	196
4. A Nova República e as demais frentes de luta dos trabalhadores rurais	198
5. Os trabalhadores rurais e a Constituinte	202
6. O lugar do sindicalismo rural e as redefinições em curso	205
VI — CONSIDERAÇÕES FINAIS	211

Apresentação

Este livro é o primeiro de uma série sobre o campo que a FASE pretende editar e colocar à disposição dos trabalhadores rurais e dos seus assessores, mas que interessará também a todos os que acreditam que é possível mudar a nossa sociedade.

O método que presidiu à sua produção incluiu uma discussão coletiva da primeira versão, que visava além de dar eventuais contribuições sobre o conteúdo, discutir a forma do texto em função do público previsto. Ela reuniu, além da autora, Jean Pierre Leroy e Maria Emília Lisboa Pacheco, da FASE, e Ranulfo Peloso da Silva, educador popular, na presença do editor de arte, Gerardo Hanna.

Para permitir outros usos do livro, além de sua leitura individual, foi proposta a elaboração de um quadro histórico de referência, a apresentação de romances, vídeos e filmes em que os camponeses se revelam como sujeitos de uma ação política organizada (o que exclui grande parte da literatura e imagens produzidas no Brasil sobre o campo que não falam do campesinato sob esse ângulo).

Por que os estudiosos ainda abordam pouco a história de camponeses e trabalhadores rurais (se não em estudos de casos e regionais)?

A autora responde ela mesma, citando no começo da introdução José de Souza Martins, que afirma ser a nossa história “uma história urbana e particularmente dos que participam do pacto político”. O público da cidade – que é quem lê o jornal – vê e pensa o campo como o lugar da violência, encontrado nas páginas policiais, ou então como lugar de seca e de miséria, com o qual no máximo precisa se solidarizar – sem se indagar sobre as suas contradições, os seus embates, as suas lutas.

Marcados pelo discurso e pela história dominantes, não vemos o campesinato entrar em cena. Ele está aqui, debaixo de nossos olhos, mas ainda na condição de não-cidadão, ausente da história, marginal da sociedade profundamente autoritária que é a sociedade rural no Brasil. Nela, se verifica plenamente o que Marilena Chauí analisa em **Conformismo e Resistência**: “É uma sociedade que conheceu a cidadania através de uma figura inédita: o senhor-cidadão, e que conserva a cidadania como privilégio de classe, fazendo-a ser uma concessão regulada e periódica da classe dominante às demais classes sociais, podendo ser-lhe retirada quando os dominantes assim o decidem (como durante as ditaduras)”. Como o mostra Leonilde Medeiros, mal o campesinato brasileiro começava a se afirmar coletivamente, chegou o golpe de 1964 negando-lhe o direito de cidadania e excluindo-o da história.

Este resgate da história dos trabalhadores rurais contribui de vários modos a

fazer deles um sujeito coletivo. Dá-lhes um passado, uma genealogia. Não travaram lutas ao sabor do imediatismo e dos ventos, como fogo do mato; suas lutas progressivamente procuravam se inserir em movimentos e organizações que lhes deram continuidade e sentido. E assim, a história não só dá um passado ao campesinato brasileiro mas aponta, ao fazê-lo emergir como classe, para o seu futuro. Não se pode pensar e construir um projeto de sociedade sem a sua participação.

Fazer sua história, enfim, é ultrapassar o localizado, o particular, o anedótico para inseri-lo dentro da sociedade. Vale adiantar aqui como a presença quase constante ao seu lado de partidos, de intelectuais oriundos de outros setores da sociedade, etc., mais do que atrelamento e subordinação, pode ser visto como inserção de suas lutas no movimento mais que secular das classes trabalhadoras, como inserção na história universal.

O embate com as classes que o exploram, expropriam e dominam também pode ser visto não por sua face obscura de negação de uma identidade camponesa mas pelo lado da afirmação de uma classe à procura da sua identidade, recusando o papel que lhe foi secularmente atribuído pelos senhores-cidadãos — de cliente e apadrinhado, ainda hoje assumido por muitos.

Forçosamente, o esboço histórico aqui apresentado é um tanto geral e abstrato. Ao inserir indicações de filmes, vídeos e romances, sobretudo quisemos lembrar que a história, antes de lidar com fatos e idéias, fala de pessoas. Os romances históricos em geral pretendem recriar o ambiente de uma determinada época, dar vida na nossa imaginação a pessoas, nos emocionar com seus feitos, suas dúvidas, suas lutas. Nesse sentido, além do seu valor histórico, nos lembra que toda história é história dos homens, feita de carne, de paixão e de esperança.

Agradecemos a autora Leonilde Sérvolo de Medeiros, pesquisadora e professora do CPDA/UFRRJ e doutoranda em Ciências Sociais pela UNICAMP, que, por conceber sua profissão numa ótica de serviço à sociedade, entrou com total disponibilidade na nossa proposta de publicação; a Alfredo Wagner B. de Almeida, antropólogo, pela colaboração sobre os romances citados; ao setor de comunicação da FASE pela seleção e apresentação de filmes e vídeos; e à Agro Acción Alemana, que nos apoiou com recursos financeiros para esta publicação.

Maria Emilia L. Pacheco

Jean Pierre Leroy

I - Introdução

AS LUTAS DOS TRABALHADORES RURAIS NO BRASIL

Esboço Histórico (1945 - 1987)

“A história brasileira, mesmo aquela cultivada por alguns setores de esquerda, é uma história urbana – uma história dos que mandam e particularmente uma história dos que participam do pacto político.”



(José de Souza Martins.
Os camponeses e a política no Brasil)

Buscar recuperar a história das lutas dos trabalhadores rurais é um desafio. Trata-se de um percurso com poucos registros, a maioria dispersos e fragmentados. A própria trajetória desses trabalhadores – explorados, subordinados politicamente aos grandes proprietários, excluídos dos mais elementares direitos políticos e sociais – implica na dificuldade de preservação de sua memória social. A imagem que herdamos do homem do campo é uma versão construída pelos vencedores no processo histórico. De acordo com ela fomos, durante muito tempo, levados a pensar o trabalhador rural como passivo, submisso, cordato, incapaz de formular seus próprios interesses e de lutar por eles.

No entanto, a revolta contra determinadas situações que ameaçavam suas condições de existência ou mesmo a luta em busca de melhores condições de vida e trabalho deixaram testemunhos ao longo de nossa história. São vários os exemplos. Citaremos apenas alguns.

Entre os escravos eram comuns as fugas para escapar à exploração e maus-tratos dos senhores. Algumas vezes elas se deram de forma organizada. com bandos de escravos buscando uma alternativa à vida em cativeiro e constituindo quilombos, grupos de fugitivos que, apossando-se de terras ainda virgens, criavam sua forma própria de organização econômica, social e política.

Nota: Uma primeira versão deste texto foi discutida na FASE com Jean-Pierre Laroy, Maria Emília Pacheco e Ranulfo Peloso da Silva. A eles agradeço as sugestões para a versão final do trabalho, um agradecimento especial a Regina Angela Landim Bruno, que vem de há muito compartilhando comigo reflexões sobre a questão agrária e que também fez importantes contribuições para este estudo.

Não só entre os negros há registros de revoltas. Em meados do século passado verificou-se, na Zona da Mata pernambucana, mas expandindo-se rapidamente para o interior, uma revolta de homens livres e pobres (pequenos produtores autônomos, foreiros, moradores de engenhos e fazendas, empregados e subempregados nas vilas do interior) contra a promulgação de duas leis: a que estabelecia o registro de nascimentos e óbitos e a que determinava a elaboração periódica e sistemática de levantamentos censitários. Essas leis deram origem a um boato generalizado sobre o interesse do governo em registrar e contar essas pessoas para escravizá-las. O boato percorreu o interior de Pernambuco e gerou sucessivas ondas de pânico coletivo.¹

Aproximadamente na mesma época, faziam-se, em São Paulo, as primeiras experiências com imigrantes europeus para substituir a mão-de-obra escrava nas lavouras de café. Aí também registraram-se conflitos. E o caso da fazenda Ibicaba, onde os colonos-parceiros revoltaram-se contra os cálculos feitos pelo fazendeiro do rendimento do café por eles produzido e contra outras cobranças que lhes eram impostas. E o caso ainda de sucessivas greves levadas a efeito por colonos no final do século passado e início deste. Estas greves ocorriam em protesto contra os baixos preços estipulados na época das colheitas, não pagamento de salários, punições com multas consideradas pesadas e arbitrárias etc., e chegaram a levar a alterações nos termos dos contratos entre colonos e fazendeiros.²

Também encontram-se notícias de uma série de movimentos de caráter messiânico, ocorridos em diversos pontos do país. Esses movimentos buscavam resolver situações de crise que afetavam determinados grupos sociais, através da criação de comunidades, lideradas por um “messias”, pessoa de grande legitimidade e carisma, que se considerava e era considerado capaz de implantar uma nova ordem social, normalmente de caráter mais igualitário (por ser portador de uma verdade revelada, uma orientação divina). Foi o caso de Antonio Conselheiro, em Canudos, na Bahia, do monge José Maria, no Contestado (fronteira do Paraná com Santa Catarina) e de um grande número de beatos e grupos que percorriam (e ainda percorrem) o interior brasileiro, buscando a Terra Prometida.³ Vistos como expressão de fanatismo religioso, esses movimentos nunca receberam reconhecimento político, embora tivessem mobilizado a preocupação dos governantes da época e chamado sobre si intensa repressão.

Nos anos 50, a emergência de ligas camponesas, de “associações”, de uniões trouxeram à cena política a luta dos trabalhadores rurais, que impuseram seu reconhecimento à sociedade. Embora ainda localizadas e dispersas, essas lutas repercutiram fortemente nos centros de poder, fazendo da reforma agrária um importante eixo de discussão política. No entanto, nesse mesmo momento, forjou-se a imagem dessas lutas como produto da “ação de agentes externos”, “elementos estranhos à classe”, que, por interesses outros, viriam incitar a revolta e perturbar a secular “paz no campo”. Com isso, mais uma vez os trabalhadores eram vistos como incapazes de agir, de formular seus interesses e de se organizar em sua

defesa. Em conseqüência, se desqualificam suas lutas, tornando-as episódicas e escondendo a real dimensão de tensão e de conflitos existentes no campo.

Esse mecanismo desqualificador atinge, por vezes, o próprio cerne da ação política do trabalhador. Suas vitórias nas lutas miúdas, as conquistas sociais, lhes aparecem como dádivas do Estado ou do patrão e não como produto de sua luta. Como o afirma José de Souza Martins, isso faz com que as demandas sociais acabem sendo formuladas como pedidos e não como direitos.⁴

Neste texto pretendemos recuperar as lutas no campo partindo do princípio de que os trabalhadores podem ser sujeitos de sua história, ou seja, criar caminhos próprios de luta, através delas pesar politicamente, interferir na dinâmica da sociedade. Embora a ação dos sindicatos, dos partidos, das Igrejas etc., seja, no decorrer de sua trajetória, fundamental para projetar essas lutas para fora delas mesmas, para articular alianças, para fazer a costura entre lutas particulares e lutas mais gerais, não é essa ação que por si só cria o conflito. Este surge a partir de contradições vividas no interior do processo de trabalho, do rompimento de determinadas normas costumeiras, de uma ameaça às condições de reprodução de um grupo de trabalhadores. Tais situações de tensão, vivenciadas a partir de uma determinada experiência cultural e dentro de uma determinada conjuntura, desencadeiam reações que vão da migração à violência individual ou à organização em defesa do que se considera legítimo. dentro desse quadro, a partir dele e interferindo nele, compondo, pois, a própria experiência dos trabalhadores, que se movem às organizações partidárias, sindicais etc. e instituições de apoio.

O trabalho que ora apresentamos restringe-se ao período que se inicia em 1945 e vem até os dias atuais. Com isso, não pretendemos negar a importância das lutas anteriores, mas apenas buscar alguns dos antecedentes mais recentes dos conflitos que hoje se desenvolvem no campo brasileiro e de suas reivindicações fundamentais. Além disso, é nesse período que os movimentos tendem a se generalizar, a perder seu caráter local, a articular formas mais abrangentes de organização. Adquirem, assim, outra qualidade. Tendem a fazer a crítica da situação de vida e trabalho dos que labutam nos campos e procuram novas formas de inserção desse segmento na sociedade.

É nesse momento, ainda, que surgem propostas políticas diversas, vinculando a realidade dos trabalhadores do campo com os projetos de desenvolvimento para o país. Forjam-se, então, as bandeiras que até hoje são centrais nas suas lutas: os direitos trabalhistas, a previdência social e principalmente a reforma agrária.

Surgindo num período em que grandes transformações se processavam no país, com a intensificação do processo de industrialização, redefinição do papel da agricultura na economia, constituição de um projeto desenvolvimentista etc., as lutas dos trabalhadores rurais provocaram a emergência de novos sujeitos. Tal fato

se expressa na própria linguagem política da época: não se fala mais em colonos, parceiros etc., mas em “camponeses”.

No processo de organização que então se iniciou, buscamos resgatar que categorias de trabalhadores se mobilizaram em torno de que reivindicações, que formas de organização e luta apareceram, que forças sociais e políticas intervieram nessa organização, e qual sua abrangência. Evidentemente, não pretendemos dar conta do conjunto das lutas. Fazemos apenas um esforço de registrar seus momentos mais significativos, do ponto de vista da experiência que acumularam e dos desdobramentos que envolveram. Dados os limites deste trabalho, também não tratamos nele das lutas indígenas, a não ser através de menções ocasionais. As especificidades desse grupo exigiriam uma abordagem mais aprofundada do que a que poderíamos fazer aqui.

Utilizando grandes marcos temporais, divisores de águas na conjuntura política do país, dividimos o texto em quatro partes, que correspondem também a momentos de redefinições no interior das lutas dos trabalhadores rurais.

O primeiro período que delimitamos vai de 1945 a 1964, momento em que começaram a vir à luz diversos conflitos no campo e em que se procurou, pela primeira vez, dar-lhes uma articulação maior, através de bandeiras de luta comuns. Nesse período, a sociedade brasileira viveu seu primeiro ensaio democrático, embora marcado por restrições à liberdade de organização partidária, pela presença de um sindicalismo vinculado ao Estado, por sucessivas crises políticas e principalmente pela negação aos trabalhadores do campo do direito de organização e de direitos sociais já há algum tempo conquistados pelos trabalhadores urbanos. Época de intensa industrialização, nela foram colocados em discussão, por diferentes forças sociais, projetos de desenvolvimento para o país, onde tinha lugar de destaque o debate sobre o lugar de uma agricultura considerada atrasada e pouco capaz de responder às necessidades que a indústria colocava. E nesse quadro que as lutas emergiram, politizando determinadas bandeiras e impondo a necessidade do reconhecimento político dos trabalhadores do campo.

Várias organizações apareceram, conformaram-se reivindicações, conseguiram-se alguns direitos trabalhistas e colocou-se a questão da reforma agrária na ordem do dia. Esse período, de grande efervescência social e política, encerrou-se com o golpe militar de 1964.

Abriu-se então uma conjuntura de intensa repressão, tanto sobre os movimentos operários como sobre os trabalhadores rurais. As lutas no campo, que haviam experimentado um processo inicial de articulação, atomizaram-se, isolaram-se, porém não desapareceram. Muito pelo contrário. A modernização da agricultura que se verificou, amplamente respaldada pela política agrícola do Estado, a opção pela manutenção de uma estrutura de propriedade concentrada no campo, jogando por terra as esperanças em uma reforma agrária, o estímulo oficial à ocupação da

fronteira pelo grande capital, intensificaram os conflitos, as lutas de resistência. Do ponto de vista organizativo, o período foi marcado, em que pese a repressão, pela constituição de um sindicalismo rural centralizado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag). Embora pouco eficaz no sentido de impedir despejos e garantir os direitos já conquistados, esse sindicalismo, no entanto, consolidou-se como porta-voz das bandeiras históricas dos trabalhadores rurais. Ao lado dele, também setores da Igreja tornaram-se canais de expressão dos anseios desse grupo social, denunciando a miséria e a opressão de que eram vítimas e também buscando colaborar na sua organização.

No final dos anos 70 surgiram os primeiros sinais do esgotamento do regime militar. O chamado “milagre econômico” se acabara. Diversos setores da sociedade empreendiam formas de luta que tornavam mais visíveis as contradições que se acumularam nos anos mais obscuros. Reapareceram as greves, muitos sindicatos renovaram suas práticas, trazendo não só novas formas de expressão como também uma crítica radical à estrutura sindical. A luta pela anistia e a condenação econômica e política ao regime ganharam fôlego.

Nesse quadro, as lutas no campo se diversificaram e se intensificaram, trazendo à cena política não só a sempre renovada luta pela terra, mas também greves de assalariados- em diversas regiões, lutas dos pequenos produtores modernizados e integrados por melhores preços para seus produtos.

No bojo desses conflitos surgiram propostas distintas para o campo, que se expressavam quer na constituição de oposições sindicais, críticas em relação à linha da Contag, quer na formação do Movimento dos Sem Terra. A Igreja, apoiando muitas das lutas e reivindicações que emergiam, manteve uma presença vigorosa entre os diversos segmentos dos trabalhadores.

também no início dos anos 80 que se verificou um encontro entre o novo sindicalismo, que surge nas cidades, e as organizações de trabalhadores rurais, especialmente através do processo de construção de uma central sindical. O debate que em torno dessa questão se verificou e que acabou por gerar duas centrais — CUT e CGT —, foi rico de conseqüências para as entidades sindicais, trazendo a elas novos temas e novos questionamentos.

A campanha pelas diretas, com todas as reivindicações que a acompanharam, traduziram, de forma exemplar, a ebulição em que vivia o país. Do ponto de vista dos trabalhadores rurais, ela significava, antes de mais nada, a esperança na reforma agrária.

A transição negociada que se iniciou em 1984 e culminou com a Nova República, manteve viva a fé nas mudanças. Rapidamente, no entanto, as ilusões se desfizeram. Em que pesem as demandas dos trabalhadores, acampamentos, ocupações de terra etc., nem o novo governo, nem a Constituinte atenderam seus

reclamos, indicando os limites das possibilidades de democratização da sociedade brasileira. Colocou-se, com muito vigor, para uma reflexão mais aprofundada, os novos significados da propriedade da terra na economia, na sociedade e na política no Brasil e as novas formas de que se reveste a questão agrária.

Notas

1 PA LÁCIOS, Guilherme. "A Guerra dos Marimbondos: uma revolta camponesa no Brasil escravista." Rio de Janeiro, 1984, mimeo.

2 STOC KLE, Verena. **Cafeicultura. Homens, Mulheres e Capitais.** (1850-1980). São Paulo, Brasiliense, 1986, p. 72.

3 VIEIRA, Maria Antonieta da Costa. "A Fronteira como Lugar da Utopia" **in Travessia. Revista do Migrante.** CEM, Ano I, no. 3, janeiro-abril/89.

4 MARTINS, José de Souza. **Não há Terra para Plantar neste Verão.** Petrópolis, Vozes, 1986, p. 75.

II - Emergência e consolidação das organizações de trabalhadores rurais

1945-1964



O período que se abriu em 1945, com a queda do Estado Novo, e se encerrou em 1964, com um golpe militar, foi marcado por grandes e rápidas transformações na economia e na sociedade brasileira. A industrialização que, desde o início do século, já dava seus primeiros passos e que se firmou na década de 30 com o apoio decisivo do Estado, nos anos 50 se potencializou e ganhou dinâmica própria. A urbanização se intensificou, novos grupos sociais e novos interesses se constituíram, novas necessidades se impuseram. A agricultura, no entanto, ainda voltada predominantemente para a exportação, pouco se modernizou e não apresentava significativos aumentos de produtividade. Quanto à produção de alimentos, realizada em grande medida por pequenos produtores, frente ao rápido crescimento das cidades, impunha problemas de abastecimento e altas de preços, incompatíveis com o crescimento industrial. O descompasso entre a agricultura e a indústria, tal como percebido na época, colocava em questão a importância de adequar as atividades agrícolas à nova etapa do desenvolvimento do país. Constituiu-se, assim, uma certa unanimidade quer entre intelectuais, quer entre forças políticas sobre a necessidade de eliminar o “atraso” que reinava no campo. Os caminhos propostos para isso, como veremos no decorrer deste capítulo, eram diversos e indicavam os diferentes interesses em jogo.

Do ponto de vista político, a burguesia industrial vai ganhando, nesse processo, maior peso. No entanto, isso não significou que as tradicionais oligarquias agrárias fossem alijadas do poder. Elas mantiveram uma forte presença no Congresso Nacional, foram objeto de políticas econômicas específicas e, principalmente, tiveram resguardado, do ponto de vista legal, o absoluto controle sobre a propriedade da terra. Além disso, conseguiram manter, até 1963, os trabalhadores rurais à margem de uma série de direitos sociais e políticos, conquistados pelos operários urbanos na década de 30 e mesmo durante o Estado Novo. E o caso da legislação trabalhista e do direito à sindicalização.

Nesse período, ainda, a rápida urbanização, a extensão do direito de voto, que, em 1946, passou a ser obrigatório para todos os cidadãos alfabetizados, o crescimento do proletariado urbano e das classes médias, recolocaram o significado das classes populares na política. Esses fatores, bem como o espaço político de que o Poder Executivo dispunha, acabaram por permitir a emergência de lideranças carismáticas, como Getúlio Vargas, Jânio Quadros, e de uma política populista.

A ambigüidade desse Estado, apoiado numa ampla aliança de classes e que não podia ignorar a presença das chamadas classes populares, fica patente quando se atenta para o fato de que esse foi um período também de grande instabilidade política, como o demonstraram o suicídio de Getúlio, as tentativas de impedir a posse de Juscelino Kubitschek, a renúncia de Jânio, as dificuldades para João Goulart assumir o poder, a instituição do parlamentarismo, à volta ao presidencialismo e, finalmente, o golpe militar.

É nesse panorama de mudanças muito rápidas de conjuntura, de grande instabilidade política mas de desenvolvimento econômico e de consolidação de um projeto industrializante para o país, que os trabalhadores rurais emergiram como atores políticos, reivindicando direitos que colocavam em jogo as formas tradicionais de mando e que questionavam as alianças políticas que sustentavam o poder.¹

1. Inicia-se o processo de organização

A redemocratização do país, em 1945, foi acompanhada por referências mais sistemáticas, na imprensa, a conflitos no campo e a uma incipiente organização dos trabalhadores rurais. E difícil afirmar se é nesse processo que as lutas passam a existir ou se, em virtude de uma conjuntura política mais favorável, elas começaram a vir a público, tornar-se mais conhecidas e ampliar suas possibilidades. O fato é que, nos meados dos anos 40, já surgiram algumas entidades de representação no campo, em Pernambuco, São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

A - QUEM SE MOBILIZA

Trabalhadores das grandes plantações

Uma das vertentes mais importantes dos conflitos que então se davam eram as condições de vida e trabalho dos colonos do café, no Estado de São Paulo. Eram constantes as denúncias sobre baixos salários, proibição do plantio de cereais nas “ruas” dos cafezais, tirando, assim, ao colono meios de obter por conta própria gêneros de subsistência; jornadas extensas; ausência de direitos trabalhistas; falta de assistência previdenciária, etc. Denúncias semelhantes eram

feitas em relação aos trabalhadores da cana, tanto de São Paulo como de Pernambuco, e do cacau, no sul da Bahia. Apontavam-se, ainda, o desconto a título de aluguel de casa, os sistemas de vale e de barracão.

Esses trabalhadores não eram propriamente assalariados. As relações de trabalho em que estavam envolvidos eram extremamente complexas, marcadas pelo cultivo do produto comercial aliado ao de gêneros de subsistência (em áreas intercalares ou não), pela dependência pessoal em relação ao dono da terra, que fazia desde o fornecimento, através do “barracão”, de produtos básicos, como roupas, remédios, até a assistência médica e apadrinhamento dos filhos. No entanto, as reivindicações de que nos chegaram notícias eram eminentemente trabalhistas. Assim, as greves se tornaram, desde logo, as principais armas de luta. Ao lado delas, apareciam ações na justiça, cobrando direitos garantidos pela Consolidação das Leis do Trabalho aos operários urbanos, tais como salário mínimo e férias e cuja aplicação não era estendida aos rurais.

Greve: 1949

MUNICIPIO	UF	CATEGORIA ENVOLVIDA	MOTIVAÇÃO/ REIVINDICAÇÃO
s/i	BA	“assalariados”	<i>sl</i>
Camboim	CE	<i>sl</i> *	aumento salarial
Lutêcia	SP	“camponeses”	“melhor sistema de medição
Vera Cruz	SP	“colonos”	pagamento de atrasados
Araçatuba	SP	“trabalhadores agrícolas”	pagamentos de salários atrasados

* s/i – sem informação;

Fonte: Jornal Voz Operária

GREVES: 1950¹

MUNICÍPIO	UF	CATEGORIA ENVOLVIDA	MOTIVAÇÃO / REIVINDICAÇÃO
Santo Amaro	BA	“Trabalhadores agrícolas”	Aumento salarial de 40%, repouso remunerado
Jardinópolis	SP	“camponeses”, “colonos” (19 famílias)	Aumento de salário
Vera Cruz	SP	“camponeses”	Greve de advertência
Batatais	SP	“camponeses”	Greve de advertência
Fernandópolis	SP	“colonos”	4 meses sem receber salário
Avanhandava	SP	“camponeses” (14 famílias de colonos, 4 de camaradas e 1 do fiscal)	Melhor remuneração
Adamantina	SP	“camponeses”	Aumento de salário
Lins	SP	“camponeses”, “colonos”	Aplicação do contrato apresentado aos colonos do café pela União dos Camponeses da Alta Sorocaba
S/i	SP	“colonos”	Aumento salarial durante as colheitas
Tupã	SP	“camponeses”	S/i ²
Ribeirão Preto	SP	“camponeses”	s/i. Greve por “influência das reportagens do jornal Voz Operária ”

¹ A **Voz Operária** nºs 61, de 22/07/1950 e 62, de 29/07/1950 fala em “dezenas de greves” em Batatais, Guararapes, Jardinópolis, Lins, Ourinhos, Adamantina, Vera Cruz, Pompéia, Xavantes, Presidente Prudente e outras cidades. Segundo o jornal “a situação insuportável obriga os camponeses a lutar pela conquista de suas reivindicações mais sentidas, melhores salários, liberdade de reunião e associação, direito a plantar nas ruas dos cafezais e férias anuais”. No nº 71, de 30/09/1950, aparece nova referência a “diversos movimentos grevistas”.

² A notícia menciona que “quebra do compromisso assumido durante a greve “levou os camponeses a ocuparem a fazenda.

GREVES: 1951¹

MUNICÍPIO	UF	CATEGORIA ENVOLVIDA	MOTIVAÇÃO / REIVINDICAÇÃO
Santo Amaro	BA	s/i	contra o preço pago por tonelada de cana cortada
Olimpia	SP	“colonos” (40 famílias)	aumento do preço pago pelo trato do café
Franca	SP	s/i	pagamento de salários e fornecimento de café pela fazenda
s/i	SP	“colonos”	pagamento de férias
s/i	CE	“camponeses”	s/i
Itabuna	BA	“assalariados”	aumento salarial
Ilhéus	BA	“assalariados”	aumento salarial
Lins	SP	“colonos”	obrigar o patrão a cumprir acordo que assumira
Santa Cruz	SP	“camponeses”	s/i
s/i	SP	“camponeses”, “colonos”, “camaradas”	aumento salarial e pagamento de férias
Manha	SP	s/i	férias
Valparaíso	SP	“colonos” (70 famílias)	aumento por saco de café colhido
Pirajuí	SP	s/i (150 famílias)	férias remuneradas
Ribeirão Preto	SP	“volantes”	aumento do preço da colheita de mil pés de café
Lins	SP	“colonos” e “empregados”	aumento salarial
Catanduva	SP	“colonos”	s/i

¹ O nº 150, de 05/04/1952, da Voz Operária, faz um balanço das greves camponesas de 1951 falando num total de 27 greves, assim distribuídas quanto às reivindicações: férias (10), pagamento dos atrasados (2), aumento nos contratos (2), aumento nos ordenados (2), melhora dos Contratos (2), contra o repasse gratuito do café (2), aumento no preço das colheitas (1), contra perseguições (1), direito de colher primeiro os mantimentos (1), aumento no preço da carpa (1), guarda de dia santo (1), contra o trabalho no sábado (1), pelo direito de usar varas na colheita (1).

Fontes: **Imprensa Popular** e **Jornal Voz Operária**.

GREVES: 1952

MUNICÍPIO	UF	CATEGORIA ENVOLVIDA	MOTIVAÇÃO/ REIVINDICAÇÃO
Lins	SP	s/i	aumento salarial
Goiana	PE	s/i	s/i

Fonte: Jornal **Voz Operária**.

GREVES: 1953

MUNICÍPIO	UF	CATEGORIA ENVOLVIDA	MOTIVAÇÃO/ REIVINDICAÇÃO
Marília	SP	“assalariados” (12 famílias)	atraso no pagamento e retenção de salário pelo patrão
Ourinhos	SP	“turmas de trabalhadores”	rebaixa de salário na apanha de café
Fernandópolis	SP	“colonos”	“contra um ato criminoso do fazendeiro: pulverização do cafezal”

Jornais **Voz Operária** e **Notícias de Hoje**.

GREVES: 1954

MUNICÍPIO	UF	CATEGORIA ENVOLVIDA	MOTIVAÇÃO/ REIVINDICAÇÃO
Itabuna	BA	s/i	aumento salarial
Santa Cruz do Rio Pardo	SP	s/i	falta de pagamento, exigência de trabalhos gratuitos
s/i	SP	“colonos” (16 famílias)	aumento no preço de colheita
Campos	RJ	s/i	pagamento de salário mínimo, fim do desconto do aluguel de casa
Cosmópolis	SP	“operários” e “assalariados agrícolas”	contra o aumento de gêneros alimentícios e desconto de aluguel de casa
s/i	s/i	16 famílias	s/i
Pompéia	SP	“colonos”	pagamento de férias
Oriente	SP	“assalariados”	pagamento de salário mínimo
Ponte Nova	MG	“trabalhadores agrícolas da cana”	aderiram à greve dos urbanos por salário mínimo e reivindicações específicas
Londrina	PR	s/i	salários baixos, contratos sem garantia
s/i	PE	várias greves	s/i
Goiana	PE	“assalariados agrícolas” de 18 engenhos pertencentes às usinas Sta. Teresa e N.S. Maravilhas	s/i
Serrana	SP	“trabalhadores de usina de açúcar” ¹	aumento salarial

¹ Não se explicita se são trabalhadores da parte agrícola ou industrial.

Fontes: Jornais **Imprensa Popular**, **Terra Livre**, **Notícias de Hoje** e **Voz Operária**.

Somente de 1949 a 1954 conseguimos registrar 55 ocorrências de greves em fazendas de cacau, cana e, principalmente, nos cafezais paulistas. Essas greves sempre se davam por fazenda e a maior parte delas era por aumento salarial, havendo também algumas que demandavam pagamentos de salários atrasados ou férias remuneradas. Quanto às ações na justiça, que se intensificaram nos anos 50, acabaram por criar uma jurisprudência que garantia alguns direitos. Assim, já em 1951, o Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo reconheceu a “colonos e demais assalariados agrícolas” o direito a férias remuneradas. Para os trabalhadores da cana isso também era comum. Não por acaso, desde cedo esboçou-se toda uma luta no sentido de considerar os trabalhadores rurais de usina como trabalhadores industriais e, assim, gozarem dos direitos a que estes já tinham acesso.

Arrendatários, parceiros e meeiros

Mas não era só nas fazendas de cacau, café e cana que se iniciava um processo molecular de organização. Outras categorias de trabalhadores também se mobilizavam. Entre elas ganharam destaque, no período que consideramos, os arrendatários, os meeiros, que eram os que trabalhavam em terra alheia, entregando uma parte do que produziam, geralmente a metade, a título de renda da terra. Eram de dois tipos as reivindicações apresentadas por essa categoria, ora apresentando um caráter combinado, ora não. De um lado, colocava-se a luta pela redução das taxas de arrendamento. De outro, a luta pela permanência na terra, visto que, em muitas regiões, o arrendamento era a forma utilizada para a formação de pastos: o proprietário entregava as terras e o arrendatário deveria devolvê-las, normalmente após três anos de uso, com pasto formado.

Foi na luta contra o aumento das taxas de arrendamento que surgiram as primeiras ligas camponesas em Goiás e no Triângulo Mineiro. O primeiro enfrentamento mais sério em torno dessa questão de que temos notícia deu-se em 1950 em Orizona, Goiás. Valendo-se de dispositivo da Constituição estadual que estabelecia o limite da taxa de arrendamento em 20%, os trabalhadores recusaram-se a pagar os 50% exigidos pelo dono da terra e saíram vitoriosos. No ano seguinte, os fazendeiros se organizaram e, no momento do plantio, não quiseram dar trabalho aos que haviam participado do movimento.² Também em 1950 verificou-se um conflito com características semelhantes em Canápolis, Minas Gerais, na fazenda do Frigorífico Anglo. Logo depois foi a vez da fazenda Gariroba, em Américo de Campos, São Paulo, envolvendo 400 famílias de arrendatários. Nesses casos, a luta contra a expulsão se tornou, no final, luta pela posse da terra³ Em todos eles a repressão foi intensa.

Posseiros

Uma outra frente de conflitos que se abria no período era em torno da expansão da fronteira agrícola, com posseiros se enfrentando, muitas vezes de forma violenta, com os grileiros que lhes queriam tirar a terra. Esse tipo de luta verificava-se em diversos pontos do país, com suas marcas características: plantações destruídas, casas queimadas, jagunçagem etc. Eram freqüentes no Paraná (norte e sudoeste), São Paulo (extremo oeste), Goiás, Rio de Janeiro (Baixada da Guanabara, Cabo Frio, São João da Barra), Espírito Santo. Dentre os conflitos por terra que ficaram mais conhecidos na época destaca-se o de Porecatu, no Paraná, onde os posseiros resistiram armados, visando paralisar os despejos em curso. Esse conflito ficou inclusive sendo conhecido por Guerrilha de Porecatu.

B - AS PRIMEIRAS ORGANIZAÇÕES: LIGAS, ASSOCIAÇÕES, UNIÕES



Capa do nº 44 do Jornal Terra Livre, anunciando a realização da II conferência Nacional dos Trabalhadores Agrícolas, onde foi criada a ULTAB.

No bojo dos conflitos que emergiam, eram duas as formas de organização privilegiadas: os sindicatos e as associações civis, tais como associações, ligas, uniões, irmandades.

Os sindicatos eram a organização dos trabalhadores que, de alguma forma, podiam ser considerados como assalariados, como era o caso de colonos, moradores, camaradas. Na leitura das forças políticas que então apoiavam as lutas no campo, a sindicalização seria a forma mais eficiente de luta por direitos trabalhistas e encontrava respaldo legal na CLT, que a permitia, embora não a regulamentasse. Foi com base nessa legislação que alguns sindicatos conseguiram reconhecimento, pelo Ministério do Trabalho, já em meados dos anos 50.

As associações civis, por sua vez, destinavam-se aos que de alguma forma tinham acesso à terra (posseiros, arrendatários, meeiros etc.) e cuja luta se voltava principalmente contra os despejos, aumento de renda etc., culminando nas demandas por alterações fundiárias.

Ao mesmo tempo em que diversas formas de organizações surgiam, realizavam-se também os primeiros encontros de trabalhadores, com âmbito estadual, como foi o caso do I Congresso Camponês de Pernambuco, que ocorreu em Palmares, em 1950, com delegados de diversas regiões do estado e o objetivo de fundar uma organização central dos “camponeses e trabalhadores agrícolas”. Ainda nessa época verificou-se o I Congresso Camponês Goiano, com a presença de 146 delegados, representando 18 municípios (1951). Nesse Congresso, foi fundada a União Camponesa de Goiás. Estes dados, embora precários, indicam uma tendência a uma articulação maior entre os trabalhadores, embora conseguida a duras penas, dada a forte repressão que se abatia sobre essas primeiras experiências.

C - O PARTIDO COMUNISTA E OS TRABALHADORES RURAIS

Para entender adequadamente a articulação que então começou a ser feita entre os conflitos, é fundamental ter presente na explicação um grupo político que, nesse momento, volta-se para o campo, tentando fazê-lo uma base de apoio para seu projeto de transformação social: o Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Criado em 1922, o PCB se consolidou nos anos 20 e início dos anos 30 como a principal força que se propunha a falar pelos trabalhadores no país. Mas, apesar de apontar para a questão agrária, desde sua criação, como um dos nossos mais sérios problemas e de ter a reforma agrária como uma de suas bandeiras, não desenvolveu nenhum trabalho sistemático no meio rural.⁴ A repressão à sua ação que se seguiu ao levante de 35, levou seus principais dirigentes à prisão. A reorganização só se iniciou em 1943 e com ela ganhou forças a proposta da transformação do PCB em um partido de massa, o que implicava em maior

aproximação com os trabalhadores tanto urbanos quanto rurais, ou “massas camponesas”. E a partir de então que o termo camponês começou a se constituir no Brasil em uma categoria política específica.

A introdução dessa categoria para designar as “massas exploradas do campo” e que envolvia parceiros, meeiros, rendeiros, posseiros, pequenos proprietários, colonos, moradores etc., estava intimamente ligada à concepção que o PCB elaborara sobre a sociedade brasileira e às propostas políticas que daí derivavam. De acordo com esse partido, o Brasil era fortemente marcado por sobrevivências feudais, cuja expressão mais evidente era o latifúndio. Este era um arcaísmo, um entrave, impedindo que milhões de camponeses se constituíssem em mercado interno para a indústria que se implantava. Sob essa ótica, a extinção do latifúndio e dos latifundiários, enquanto classe, era uma necessidade do desenvolvimento do capitalismo e, portanto, contaria com o apoio de diversas classes sociais. Além do interesse mais imediato dos camponeses, que assim se veriam libertados da miséria e da opressão, e do proletariado, também a burguesia industrial nacional só teria a ganhar com o fim do latifúndio, visto que se libertariam as forças produtivas no campo e ampliar-se-iam os mercados. Esta seria a base de uma revolução de perfil democrático-burguês, onde a reforma agrária teria papel central.

● **Um pouco da história do Primeiro Sindicato Rural**
Realização: FASE-Regional Sudeste-Sul, U-Matic, 10', 1982
Fonte: FASE
Um dos fundadores do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campos (RJ) relata por quê e como eles fundaram o Sindicato, em 1932



Foto: Marcelo Riani Marques

Embora no decorrer da história do partido a concepção do que fosse essa revolução, das forças que a dirigiriam, das alianças a serem feitas, das táticas a serem empregadas tivessem sofrido algumas alterações, seu pressuposto básico era o papel proeminente do proletariado urbano e uma aliança com o “campeinato”. É a partir dessa categoria, resgatada de uma dada compreensão do desenvolvimento do capitalismo nos países europeus, que o PCB vai tentar forjar uma identidade que englobasse a complexa diversidade de situações presentes no campo e uma bandeira que lhe daria um sentido histórico: a reforma agrária.⁵

Ação no campo

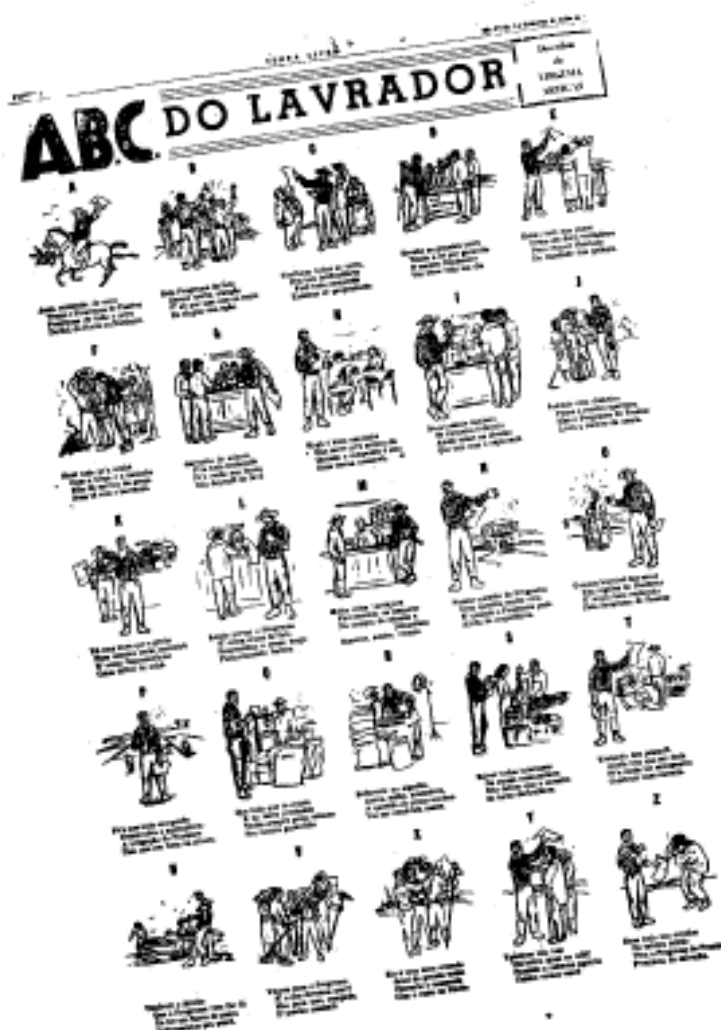
Traçando como diretiva, na sua III Conferência Nacional, em 1946, a ampliação das organizações de massa camponesas, o PCB vai procurar levantar as reivindicações mais imediatas, “menos radicais, porém capazes, uma vez conquistadas, de trazer melhoras, por menores que fossem (sejam) à situação de miséria dos camponeses”.⁶ De acordo com essa concepção, esse partido procurou se aproximar e incentivar a organização dos trabalhadores do campo, apoiando as lutas pela abolição de vales e barracões, por maior prazo e garantia de renovação aos contratos de arrendamento, liberdade de comércio, diminuição de impostos e fretes, crédito barato etc.

Em 1947, o Partido Comunista foi posto na ilegalidade e sua ação junto aos trabalhadores tanto urbanos como rurais ficou bastante dificultada. Apesar do recrudescimento da repressão, no entanto, algumas organizações sobreviveram e várias outras foram criadas. Sem dúvida, a maior parte dessas entidades era extremamente frágil, debatendo-se com condições bastante difíceis de consolidação, que passavam pela dispersão dos trabalhadores, repressão movida pela polícia e pelos donos de terra, e iam até a dificuldade dos militantes do partido em encontrar pontos que ligassem suas bandeiras mais gerais às dificuldades concretas vividas pelos “camponeses”. De toda forma, elas eram alimentadas por um clima de tensão muito grande, que eclodia aqui e lá em conflitos abertos.

A avaliação de sua prática política no período de legalidade levou o PCB a uma mudança de linha que se expressou na descrença nas soluções eleitorais, na admissão da possibilidade de luta armada como caminho para o poder e na constituição de uma Frente Democrática de Libertação Nacional, em cujo programa aparecia como item 4: “Pela entrega da terra a quem a trabalha — confiscação das grandes propriedades latifundiárias com todos bens móveis e imóveis nelas existentes, sem indenização, e imediata entrega gratuita da terra, máquinas, ferramentas, animais, veículos, etc., aos camponeses sem terra ou possuidores de pouca terra e a todos os demais trabalhadores agrícolas que queiram se dedicar à agricultura. Abolição de todas as formas semifeudais de exploração da terra, abolição da ‘meia’, da ‘terça’ etc., abolição do vale e obrigação de pagamento em dinheiro a todos os trabalhadores. Imediata anulação de todas as dívidas dos



camponeses para com o Estado, bancos, fazendeiros, comerciantes e usurários.” No item 7, aparecia: “Pelo imediato melhoramento das condições de vida das massas trabalhadoras . . . democratização da legislação social, sua ampliação e extensão aos assalariados agrícolas...”⁷



O Programa do Partido Comunista para o campo em versos

Do ponto de vista das lutas no campo, esse programa se traduziu no estímulo às ocupações de terra. Estas, no entanto, nem sempre foram bem recebidas pelos trabalhadores, cujos interesses imediatos pareciam se expressar noutra direção. E o caso, por exemplo, das lutas pelo arrendo em Orizona, Goiás, onde o chamado de Gregório Bezerra à ocupação não foi acatado nem pela maior parte dos trabalhadores e nem mesmo pela seção local do PCB.⁸ Já em outra situação, como foi o caso de Porecatu, o chamado do partido à luta armada, para garantir a permanência em terras disputadas por grileiros, foi prontamente atendido.

Além do trabalho de organização, o PCB também editava um jornal — o Terra Livre —, elaborado especialmente para os trabalhadores rurais e que pretendia ser um canal de troca de experiências e guia político.

D — A ORGANIZAÇÃO DA UNIÃO DOS LAVRADORES E TRABALHADORES AGRÍCOLAS DO BRASIL — ULTAB

A realização, em outubro de 1953, em Viena, de uma Conferência Internacional de Trabalhadores Agrícolas, provocou a convocação pelo PCB de um encontro nacional, com a finalidade de eleger os representantes do Brasil e elaborar uma pauta de reivindicações. Esse evento, conhecido como I Encontro Nacional dos Trabalhadores Agrícolas, realizou-se nos dias 6 e 7 de setembro, em São Paulo, reunindo os estados do Centro-Sul, e simultaneamente em Recife, para os estados do Norte e Nordeste. Entre as reivindicações então levantadas estavam: o confisco das terras dos latifundiários e das companhias estrangeiras e sua distribuição gratuita entre os assalariados agrícolas, camponeses sem terra ou possuidores de pouca terra; entrega de títulos legais de posse a todos os camponeses que recebessem essas terras; garantia da terra aos camponeses médios e ricos; medidas de estímulo à produção, como ajuda técnica, crédito fácil e barato, fornecimento de ferramentas, adubos etc.; proibição de todas as formas de exploração semifeudal, como a meia, a terça, pagamento em espécie, trabalho gratuito etc.; criação de um banco para atender aos que recebessem terra após a reforma agrária etc.

No ano seguinte, 1954, verificou-se em São Paulo um novo encontro: a II Conferência Nacional dos Lavradores, que tinha por um de seus objetivos centrais criar uma organização de âmbito nacional que aglutinasse as diversas organizações de trabalhadores então existentes. Era um passo fundamental para a superação do localismo e do isolamento das lutas que se desenvolviam no campo.

PARTICIPAÇÃO NA II CONFERÊNCIA NACIONAL DOS LAVRADORES E TRABALHADORES AGRÍCOLAS

Em termos de participação e considerando as dificuldades de organização presentes na época, a II Conferência foi bastante representativa. Dela participaram 303 representantes de 16 estados e mais 20 “delegados fraternais”, líderes sindicais operários.



Quanto à
Composição
social havia:

trabalhadores da
cana e indústria do
açúcar (44)
assalariados agrícolas do café, arroz e outras culturas (71)
assalariados do cacau (4)
colonos do café (27)
empreiteiros do café e do cacau (4)
arrendatários (20)
meeiros e parceiros (27)
posseiros e colonos de terra (21)
pequenos proprietários (24)
médios proprietários (2)
não especificados (17)
operários da cidade (11)
delegados fraternais (20)

Diversos temas foram discutidos nesse encontro. Entre eles, o direito de organização em associações e sindicatos, direito de greve, reforma agrária, previdência social e reivindicações específicas das diversas categorias de trabalhadores presentes ao encontro. O exame das reivindicações por categorias, tal como agrupadas na Conferência (trabalhadores das usinas de açúcar e da lavoura canavieira; assalariados agrícolas; empreiteiros e contratistas; trabalhadores das fazendas de café; trabalhadores agrícolas e lavradores da zona sul da Bahia; arrendatários, meeiros e parceiros; posseiros, colonos de terra proprietários; mulheres lavradoras e trabalhadoras agrícolas; juventude rural) mostra o peso das reivindicações trabalhistas, tais como salário mínimo, extensão e aplicação de toda legislação social existente para os trabalhadores da cidade ao campo, visando obter jornada de oito horas, pagamento de horas extras, férias e descanso semanal remunerados, estabilidade no emprego, aviso prévio e indenização no caso de dispensa, seguro e previdência social. Indica também que sobressaíam as reivindicações de caráter mais imediato, tais como a baixa das taxas de arrendamento; apoio estatal à produção, através do fornecimento de insumos, concessão de títulos de propriedade aos posseiros, redução de impostos, etc.

No entanto, ao lado delas e abrindo o documento emanado da Conferência, a “Carta dos Direitos e das Reivindicações dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas”, já aparecia à demanda que, a partir daí, progressivamente, se constituiria na reivindicação maior dos que trabalhavam no campo: a reforma agrária. Entendida como medida de justiça social, a reforma agrária era visualizada através da distribuição das terras dos latifundiários aos trabalhadores agrícolas e lavradores sem terra ou possuidores de terra insuficiente; da entrega de título de propriedade plena a posseiros, ocupantes e colonos de terra; de medidas de apoio à produção (ajuda técnica, crédito fácil e barato, fornecimento de maquinarias e ferramentas, garantia de preços, estímulo ao cooperativismo); da proibição das formas consideradas semifeudais de exploração do trabalho, como o trabalho gratuito, a meia, a terça e outras formas de parceria, pagamento em espécie etc.; da garantia aos indígenas das terras por eles ocupadas. Essa demanda, assim, surgia a partir de um diagnóstico que apontava para o poder do latifúndio e para as condições de vida e trabalho no campo: “Impera no campo a mais absoluta falta de liberdade. Os lavradores e trabalhadores agrícolas vivem sob um constante regime de pressão e perseguição. Os mais elementares direitos democráticos são negados e violados pelos latifundiários, pelos seus prepostos e pelas autoridades, tal como acontece com o direito de reunião, de associação, de palavra, de locomoção etc.”⁹

TEXTO DO MEMORIAL A SER IMPRESSO EM
PAPELETAS PARA A COLETA DE ASSINATURAS
PELA REFORMA AGRÁRIA, APROVADO NA
REUNTAO DA COMISSÃO EXECUTIVA DA ULTAR:

Campanha Nacional pela Reforma Agrária

REFORMA AGRÁRIA — BUSCA DE JUSTIÇA SOCIAL
MEMORIAL

As Exmos. Srs. Presidente da República
As Exmos. Srs. Deputados Federais
As Exmos. Srs. Senadores da República.

O Brasil é um país com enormes possibilidades e
debido de terras muito férteis, mas a nossa produção
agrícola vive em crise permanente.

Cerca de dez milhões de trabalhadores agrícolas*
e lavradores não possuem nenhuma terra, criam-se de
milhares pessoas terra inutilizada, enquanto que
cento e quarenta e nove mil grandes proprietários do-
minam dois terços da área de todas as propriedades
agro-povoadas do país.

Desperamos a fartura e a felicidade para o nosso
país.

Desperamos que floresça a economia nacional.
Desperamos o progresso para nossa agricultura,
nossa indústria e nossa indústria.

A Reforma Agrária é medida que se impõe para
o amplo desenvolvimento de nosso mercado interno; é
medida básica para o progresso da economia nacional.
A Reforma Agrária é medida de Justiça Social.

POR ISSO REIVINDICAMOS:

— que seja restituída uma Reforma Agrária de-
mocrática, realizável por lei, que entregue as terras
dos latifundiários aos trabalhadores agrícolas e aos la-
vradores sem terra ou possuidores de pouca terra, com
garantia legal de sua posse.

A Reforma Agrária deve compreender, ainda, me-
didas que estimulem a produção, como ajuda técnica,
crédito fácil, barato e a longo prazo, fornecimento de
ferramentas, maquinário, inseticidas, adubos e sementes,
garantia de preços remuneráveis para os produ-
tos agrícolas e pecuários, utilização de cooperativas,
facilidade para a organização dos produtores, etc.

Assinaturas

Estado..... Município..... U-
dade..... Favela.....
(Assinaturas)



Texto do memorial para
coleta de assinaturas
em favor da reforma agrária.

Fonte: Jornal Terra Livre. nº 51

A partir desse encontro, com ligeiras variações, a luta por essa reforma agrária se colocaria no horizonte dos trabalhadores rurais, elegendo como adversário principal o latifúndio (entendido como expressão do atraso econômico, social e político e seus aliados: as companhias imperialistas, “que monopolizam o comércio dos principais produtos agrícolas e que dominam imensas áreas de terra no país”. E para a reforma agrária que convergiriam, de alguma maneira, as diferentes lutas que se travavam no campo e que tinham a terra por seu eixo. E através dela que, no final dos anos 50 e início dos anos 60, ganharia significado social e sentido político a categoria camponês.

Como um dos instrumentos de luta, o encontro lançou uma campanha nacional de coleta de assinaturas pela reforma agrária, que serviu para levar a bandeira para diversos lugares e motivar a organização de trabalhadores.

Ao lado da elaboração dessas reivindicações gerais que procuravam unificar estrategicamente as demandas de diversas categorias extremamente diferenciadas, no plano organizativo também ocorria um fato novo: a criação de uma entidade, que se propunha de âmbito nacional, para exercer o papel de força aglutinadora e, ao mesmo tempo, de direção das lutas: a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas no Brasil (Ultab). Ela representava um esforço do PCB de encaminhar, de acordo com seus objetivos estratégicos e táticos, as lutas que brotavam aqui e ali.

2. Ampliam-se as lutas no campo

Em meados dos anos 50 eclodiram novos conflitos no campo, respondendo a diferentes motivações. No entanto, havia algo em comum a todos eles: a resistência dos trabalhadores rurais, fossem posseiros, arrendatários, foreiros ou moradores, em deixar a terra em que trabalhavam e da qual estavam sendo expulsos. Essas lutas ocorreram em diferentes pontos do país: Paraná, Goiás, São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco, Paraíba, Maranhão . . . Alguns deles conseguiram romper seu isolamento e ganharam repercussão nacional, dando substância à demanda por reforma agrária, que até então fora postulada principalmente pelo PCB. Essa bandeira passou assim a ganhar sentido no interior das lutas esparsas, articulando-as numa reivindicação que ultrapassava a localidade e especificidade de cada um dos conflitos.

● **OS POSSEIROS**, de Maria Alice Barroso
Publicado em 1955, meses depois da realização da II Conferência Nacional de Trabalhadores Agrícolas que decidiu pela criação da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas (ULTAB), este romance faz parte de um projeto conhecido como **romance do partido proletário**, no quadro da influência do "realismo socialista", de Gorki e Radek até Zdanov, entre 1934 e 1956. O projeto incluía ainda romances sobre outras categorias definidas como "operárias" (ferroviários, estivadores, marítimos e mineiros), escritos por autores tais como Dalcídio Jurandir, Alina Paim e Pedro Motta Lima.
Organizações Simões, RJ, 1955 (1ª ed.)
Editor Borsari — R. Profª Ester de Melo, 38 RJ, — Ed. Record, 1985, RJ (2ª ed.)



A – LUTAS DE POSSEIROS

Nas regiões das chamadas “fronteiras agrícolas”, foram muitos os conflitos, opondo posseiros a grileiros que, com base em títulos por vezes falsificados, procuravam dar novo destino às terras, um destino que excluía a presença dos ocupantes como produtores autônomos. Essas tensões normalmente vieram na esteira da valorização (ou, muitas vezes, na perspectiva de valorização) das áreas e da transformação da terra em mercadoria.

Alguns desses conflitos ganharam grande dimensão política no final dos anos 50. Destacamos entre eles os de Formoso e Trombas, do sudoeste do Paraná e Baixada da Guanabara.

Formoso e Trombas

A região onde o conflito se desenvolveu situa-se no meio norte de Goiás. Ocupada nos anos 40 por migrantes vindos de diversos pontos do país, muitos atraídos pela propaganda em torno da Cango (Colônia Agrícola Nacional de Goiás), em Ceres; a partir do início dos anos 50, a área tornou-se objeto de grilagem.¹⁰ Os posseiros, ameaçados de despejo, resolveram resistir.



Polícia aquartelada em Formoso e Porangatu, à espera de ordens para combater os posseiros liderados por José Porfírio. Fonte: Revista O Cruzeiro, 14/4/1956.

A notícia dos problemas vividos pela região chegou a uma das reuniões preparatórias do II Congresso Camponês de Goiás e, a partir daí, foi feito um primeiro contato com forças políticas de Goiânia. Logo depois, alguns quadros do PCB foram deslocados para a região para auxiliar a resistência. Estabelecendo-se na área, iniciaram uma aglutinação mais sólida dos posseiros, com base em “conselhos de córrego”, que acabaram por se tornar à base de uma associação criada em 1955 e presidida pelo posseiro José Porfírio.

A associação e os conselhos foram o sustentáculo da defesa e da organização de piquetes contra as investidas da polícia e dos grileiros que se tornavam cada vez mais freqüentes e violentos.

Rui Facá, repórter do jornal Novos Rumos, faz o seguinte relato: “O caminho de Santa Teresa até Trombas, nos pontos estratégicos, ficou semeado de piquetes, alguns volantes, outros fixos, dia e noite, durante três meses. Grupos de posseiros se revezavam nos piquetes e no amanho da terra, pois era época de plantio . . . Para aqueles homens pobres que faziam a sua pobre sementeira de subsistência a terra era mais do que a vida; era a sobrevivência imediata. Por isso pegavam em armas, vigilantes, atentos ao menor ruído, suportando dias e noites de chuvas ininterruptas . . .”¹¹



José Porfírio, em sua casa, com a mulher e o filho recém-nascido.
Fonte: Revista O Cruzeiro, 30/3/1957



Os posseiros liderados por José Porfírio.
 Fonte: Revista O Cruzeiro, 30/3/1957

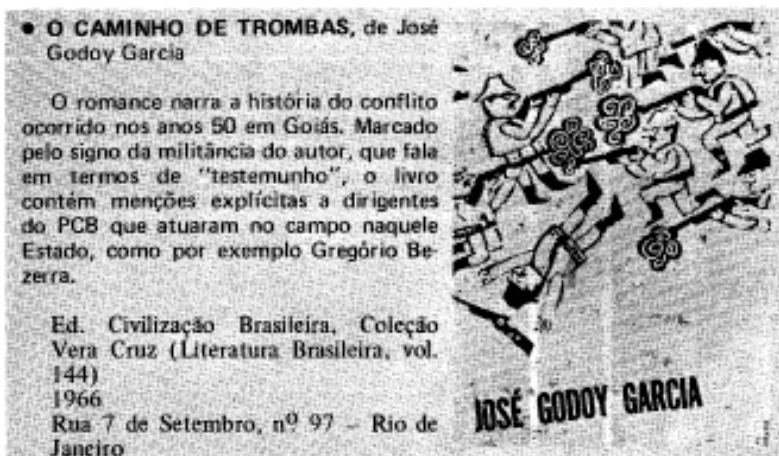


Lideranças de Formoso, junto a José Porfírio (de pés no chão)
 Fonte: Revista O Cruzeiro, 14/4/1956



José Porfírio
Fonte: Revista O Cruzeiro, 14/4/1 956

Já em 1957 a região estava toda organizada e sob controle dos posseiros que impediam a entrada dos jagunços, dos grileiros e da polícia na área. Finalmente conseguiram um acordo com o governo do Estado, que retirou a polícia e se comprometeu a titular as posses, sendo a associação a intermediária na indicação dos verdadeiros posseiros. Foi-lhes reconhecida uma área de dez mil quilômetros quadrados, onde, em 1961, já funcionavam três associações (Trombas e Formoso, Serra Grande e Rodovalho) e vinte e três conselhos. O controle dos posseiros sobre a região era inclusive eleitoral. Além de vereadores e até mesmo prefeitos, conseguiram eleger seu líder maior, José Porfírio, deputado estadual em 1962.



Sudoeste do Paraná

Como no caso de Formoso e Trombas, o sudoeste do Paraná foi objeto de correntes migratórias vindas de regiões de ocupação mais antiga, em busca de terras, motivados pela abertura de uma colônia agrícola oficial (Colônia Agrícola Nacional de General Osório). A área onde o conflito se desenvolveu pertencia à Gleba Missões que, em 1950, passara para o controle da Citla (Clevelândia Industrial e Territorial), numa transação considerada ilegal pelo Tribunal de Contas da União.

Apesar da disputa em curso com o governo federal, a Citla passou a tentar vender terras aos posseiros (ou colonos como eram chamados) ali já instalados, ação que se intensificou a partir de 1955, quando Moisés Lupion, figura ligada à grilagem de terras, foi eleito governador do Estado. Para atingir seus objetivos, a empresa procurava obrigar os posseiros a assinar contratos de arrendamento. Caso eles se recusassem, "usavam todo o tipo de violência, desde impedir que se fizessem as roças, como incendiar as casas, os galpões, matar animais, espancar crianças, praticar violências sexuais contra as mulheres, prender, matar... Chegavam em casa armados, com jipe. Faziam o colono embarcar e ir até o escritório deles a fim de legalizar as terras. Só que legalizar as terras não significava ter o registro das mesmas. Pelo contrário, assinar contrato era normalmente assinar uma folha em branco na qual o colono não sabia o que iria constar".¹²

A resistência dos posseiros se articulou e em agosto de 1957 iniciaram-se confrontos abertos com os grileiros.

No distrito de Verê, “um grupo significativo de colonos se armou e veio marchando pela avenida principal em direção aos escritórios das companhias. Na frente da multidão vinha um colono forte, conhecido como Alemão. Fora expedicionário e para mostrar o propósito pacífico da marcha, e assegurar-se de que não seria baleado, o alemão se enrolara numa bandeira do Brasil. Pois foi assim mesmo que morreu, atravessado pelas balas dos jagunços”.¹³



Seguiu-se um aumento de violência por parte da empresa. Em resposta, no mês de outubro, os posseiros ocuparam a cidade de Pato Branco. Mas foi em Francisco Beltrão, sede dos escritórios centrais da Citia, que o movimento adquiriu maior expressão. Nessa cidade, foram invadidos os escritórios da companhia. “A cidade virou uma festa . . . Não que quisessem destruir, mas o que queriam mesmo eram as malditas promissórias e contratos que haviam assinado. A avenida em frente ficou coberta de papéis, branquinha (...) Precisava ver a alegria daqueles homens rasgando as promissórias. Foi arrancada da avenida principal a placa que lhe dava o nome, bem como o obelisco comemorativo da fundação da cidade, que se encontrava na praça porque nele constava a Citia”.

Os posseiros controlaram totalmente a cidade e obrigaram o governo a negociar. As companhias não mais os incomodaram, mas a situação só se encaminhou realmente em 1960 quando os posseiros começaram a receber os títulos definitivos. Finalmente, em 1962, foi criado o Grupo Executivo das Terras do Sudoeste (GETSOP), com a finalidade de regularizar a situação das terras. baixada da Guanabara

No Estado do Rio de Janeiro, na região conhecida como Baixada da Guanabara, que compreende diversos municípios em torno da antiga capital, sucediam-se os conflitos de terra, com grileiros tentando expulsar trabalhadores que haviam se instalado como posseiros em terras de há muito abandonadas. Em 1948, no município de Duque de Caxias, foi criada a Associação dos Lavradores Fluminenses, como órgão de organização e defesa dos posseiros, com influência do PCB.

No início dos anos 50 “aumentou muito o número de despejos arbitrários, feitos pelos jagunços e policiais armados, com a ajuda dos seus padrinhos parlamentares e juizes”.¹⁵ Por ocasião do despejo dos posseiros da fazenda Capivari, em Caxias, conseguido judicialmente, a associação mobilizou os trabalhadores para Niterói, onde ficaram acampados por mais de um mês, em frente ao Palácio do Governo, até conseguirem obter um acordo com o executivo estadual. Mediante esse acordo, os posseiros foram assentados no município de Casemiro de Abreu, mas logo depois expulsos novamente. A partir de então, a associação que vinha encaminhando as lutas dos posseiros na justiça, usando o instrumento do usucapião, passou a demandar a desapropriação de terras. Como veremos posteriormente, essas lutas, no início dos anos 60, se ampliaram e conseguiram algumas vitórias significativas.

B — LUTAS DE ARRENDATÁRIOS

Durante os anos 50 eram comuns as lutas de arrendatários, foreiros etc. contra a alta das taxas de arrendamento, ou contra formas de contrato que implicavam em que o arrendatário tivesse que, após um período de uso, deixar o pasto formado. Caso típico foi o conflito de Santa Fé do Sul, em São Paulo, de grande repercussão política no estado. Nessa área, além do pagamento da renda, os trabalhadores recebiam a terra com o compromisso de entregá-las após um certo período de tempo (normalmente três anos) com capim plantado. No caso da fazenda de Zico Diniz, onde se desenvolveu o conflito, os trabalhadores, subarrendatários, recorreram a um advogado no momento de sair da terra e, através dele, solicitaram a renovação dos contratos. Os arrendatários, prepostos do proprietário, recusaram-se a receber a notificação e mandaram plantar capim no meio das lavouras. Em resposta, os pequenos arrendatários, respaldados pelo PCB, que iniciava um trabalho de organização na área, iniciaram uma operação “arranca-capim”, liderados por Jofre Correia Neto. Nessa ocasião e no bojo do conflito também se constituiu a Associação de Lavradores de Santa Fé. Logo depois, Jofre sofreu um atentado e o governo do estado interveio na região, procurando mediar o conflito. De comum acordo (subarrendatários e Zico Diniz), foi elaborado um novo contrato, com prazo de um ano. Alguns dos trabalhadores foram considerados inaceitáveis pelo proprietário da terra e transferidos para outra região.



Jofre Correa Neto conversando com os soldados da força policial destacada para a Rubi-
nêia. Fonte: Revista O Cruzeiro, 15/8/1959



Jofre com os arrendatários.

Fonte: Revista O Cruzeiro, 15/8/1959

Encerrado o prazo do contrato, em julho de 1960, os subarrendatários novamente recusaram-se a sair e nova operação “arranca-capim” se realizou. Na ocasião, Jofre já estava preso. Ao mesmo tempo em que a questão era encaminhada na justiça, Zico Diniz soltou o gado na roça dos lavradores, afugentando-os. A seguir, a associação foi processada pelo DOPS paulista e Jofre condenado, dando ensejo a uma grande mobilização nacional pela sua libertação. Os trabalhadores, no entanto, não conseguiram permanecer na terra.¹⁶

C - LUTAS SALARIAIS

Além das lutas pela terra, que se tornaram uma forte marca dos anos 50, as lutas salariais também persistiram, apesar da aparente diminuição do número de greves, se considerarmos como parâmetro as que foram registradas para o final dos anos 40 e início dos anos 50. Ao que tudo indica, apesar das greves não serem, então, a forma predominante de luta, permaneceu viva a demanda pelos direitos, privilegiando os canais legais. Por tais direitos entendiam-se os já assegurados aos assalariados urbanos, através da CLT: carteira profissional, jornada de oito horas, horas extras, férias remuneradas, salário mínimo, proibição de descontos (especialmente o referente a desconto de moradia), pagamento em dinheiro e não em gêneros, descanso semanal remunerado, liberdade de organização etc. O caminho seguido era o da Justiça do Trabalho e, em diversas localidades do Estado de São Paulo, foram conseguidas algumas vitórias, o que resultou na constituição de uma jurisprudência muitas vezes favorável aos trabalhadores.¹⁷



Greves: 1955

MUNICÍPIO	UF	CATEGORIA ENVOLVIDA	MOTIVAÇÃO/ REIVINDICAÇÃO
Ribeirão Preto	SP	“camponeses”	pagamento do salário mínimo, de horas extras, férias, descanso remunerado
Goiana		“cortadores de cana”	

Fontes: Jornais Imprensa Popular. Voz Operária e Terra Livre.

GREVES:1956

MUNICÍPIO	UF	CATEGORIA ENVOLVIDA	MOTIVAÇÃO/ REIVINDICAÇÃO
Catanduva	SP	"volantes" e "camaradas"	salário mínimo
Ribeirão Preto	SP	"colonos"	salário mínimo
Piracicaba	SP	"colonos"	aumento do preço da colheita
Marília	SP	s/i	aumento de salário na colheita do café
Pompéia	SP	"colonos"	retirada do fiscal
Piracicaba	SP	"fornecedores cana"	preço
s/i	s/i	"trabalhadores"	salário
s/i	BA	"camponeses"	pagamento do salário mínimo
Catanduva	SP	"lavradores" (mais de 500) trabalhadores temporários	salário mínimo e melhores condições de trabalho
s/i	BA	"trabalhadores agrícolas da cana" (mais de dez mil)	salário mínimo

Fontes: Jornais Terra Livre, Imprensa Popular e Voz Operária

GREVES: 1957

MUNICÍPIO	UF	CATEGORIA ENVOLVIDA	MOTIVAÇÃO REIVINDICAÇÃO
Londrina	PR	"colonos" e "peões volantes"	s/i
Ilhéus	BA	s/i	salário mínimos, feriados, redução do desconto de aluguel

Fontes: Jornais Voz Operária e Terra Livre.

Greves: 1959

MUNICÍPIO	UF	CATEGORIA ENVOLVIDA	MOTIVAÇÃO/ REIVINDICAÇÃO
Pirajuí	SP	"trabalhadores"	pagamento de salários atrasados

Fonte: Jornal Terra

D - A RESISTÊNCIA À EXPULSÃO EM PERNAMBUCO E AS ORIGENS DAS LIGAS CAMPONESAS

No mesmo momento em que conflitos de terra e salariais pipocavam em diversos pontos do país, surgiram, em Pernambuco, as organizações que passariam para a história como um símbolo das lutas dos trabalhadores rurais no período pré-64: as Ligas Camponesas.

A partir da década de 50, verificaram-se no Nordeste profundas transformações nas relações de trabalho tradicionais, caracterizadas pela morada e pelo aforamento de terras*. O rompimento dessas relações, com a negação da concessão de terras para plantio próprio do trabalhador (sítio), ou por um aumento considerado abusivo do foro, criou condições para a emergência de conflitos na região.¹⁸

O primeiro desses conflitos que chegou a conhecimento público surgiu no engenho Galiléia, em Vitória de Santo Antão. Lá, em 1955, constituiu-se uma organização de caráter civil, aparentemente com fins assistenciais, mas que também visava a defesa de alguns foreiros ameaçados de despejo. Na direção dessa entidade, denominada Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuaristas de Pernambuco, estava Paulo Travassos, antigo militante do PCB. Fora seu idealizador José dos Prazeres, ex-dirigente da Liga de Iputinga e que no final dos anos 40 desligara-se do PCB. Esses dados mostram alguma continuidade entre essa organização e lutas anteriores no estado.

* Na zona canavieira de Pernambuco, os trabalhadores dos engenhos recebiam além da casa para morar, um pequeno lote onde podiam plantar alimentos. Em troca, tinham que garantir dois dias de trabalho semanais gratuitos para o proprietário. Só o que ultrapassasse isso era remunerado. Era o chamado morador de condição. Em algumas situações, podiam também receber um sítio, lote onde podia plantar além do roçado, árvores, o que lhes garantia uma ligação mais permanente com a propriedade.

Segundo L. Sigaud, o foreiro seria uma variante do morador. Neste caso, teria uma maior independência em relação ao proprietário. Não havia a obrigação de trabalhar para ele semanalmente, mas somente de pagar uma quantia anual, o foro, além do cambão, cerca de vinte dias de trabalho gratuito por ano.

O proprietário foi convidado para ocupar o cargo de presidente de honra da associação, possivelmente numa tentativa de neutralizá-lo. Este, no entanto, recusou a honraria, não aceitou a entidade e ameaçou com represálias policiais, aumento do foro e expulsão em massa dos foreiros. Tal atitude desencadeou um processo de resistência. Um dos momentos dela foi a ida dos foreiros a Recife para buscar apoio à sua luta. A causa foi assumida pelo advogado Francisco Julião, recém-eleito deputado estadual, e logo se constituiu um comitê suprapartidário de apoio às 140 famílias de “galileus”. Nesse momento, abriram-se duas frentes complementares de luta: a jurídica e a de caráter mais propriamente político, com o comitê denunciando na Assembléia Legislativa Estadual e na imprensa a situação dos foreiros do engenho Galiléia.¹⁹



Sede da Liga Camponesa de Galiléia.
Fonte: Revista O Cruzeiro, 11/11/1961

O desenvolvimento da luta da Galiléia coincidiu com a constituição de uma nova concepção, por parte de intelectuais e alguns políticos locais, sobre os problemas da região, que teve por marco o Congresso de Salvação do Nordeste em 1955. Nesse encontro, do qual participaram desde políticos, representantes da indústria, do comércio, da agricultura até intelectuais como Celso Furtado, Inácio Rangel etc., deslocou-se o diagnóstico dos problemas regionais. Tradicionalmente vistos como resultado das secas e dos fatores naturais, eles passavam a ser pensados a partir de uma análise de outro teor, político-social. A Carta de Salvação do Nordeste, produto do seminário, procurava analisar os problemas nordestinos como resultado da miséria decorrente de uma estrutura altamente concentradora de riquezas e incluía a reivindicação por reforma agrária.

Logo no ano seguinte, 1956, realizou-se o I Congresso Camponês de Pernambuco, onde a Sociedade Agrícola dos Plantadores e Pecuaristas se tornou uma entidade de âmbito estadual, ganhou uma estrutura orgânica e ampliou sua ligação com as camadas populares e setores políticos de Recife. Nessa ocasião, José dos Prazeres foi eleito presidente das Ligas Camponesas e realizou-se uma passeata de três mil trabalhadores pela cidade, fato inédito até então.²⁰

A partir desse momento, foram feitas sucessivas mobilizações e construiu-se um corpo integrado de demandas que incluíam a extinção do cambão, do barracão e a luta contra o aumento do foro. A essas reivindicações de caráter mais imediato, acoplava-se a luta por reforma agrária.

O que marcou a ação das Ligas nesse período foi o fato de os camponeses irem às ruas, realizando marchas, comícios, congressos, procurando não só reforçar sua organização interna como ampliar sua base de apoio nas cidades, e, dessa forma, colocar-se ao abrigo da repressão dos proprietários. Ao mesmo tempo, lutavam pela desapropriação do engenho Galiléia, o que conseguiram do governo estadual em 1959. Tais ações projetaram as Ligas nacionalmente, alimentando o debate sobre a natureza da propriedade da terra e a necessidade da reforma agrária.

O reforço das Ligas com a vitória obtida provocou a ampliação de sua base de organização, expandindo-se não só para outros municípios de Pernambuco, como também para outros Estados. Em 1961 elas já tinham dez mil associados e cerca de quarenta sedes municipais. As mais atuantes eram Igarassu, Jaboatão, Cabo, Vitória, Escada, Bom Jardim, Água Preta, Pesqueira, São Bento do Una e Goiana. Como se vê, elas ultrapassaram a região do Agreste, onde surgiram, e se estenderam para a Zona da Mata, onde predominava a figura do “morador”, mas onde também se colocava a questão da privação da terra.

Fora de Pernambuco, sua base maior de atuação foi a Paraíba, embora suas lideranças tentassem difundi-las nacionalmente.

E - AS LUTAS DOS TRABALHADORES RURAIS E SUAS ORGANIZAÇÕES

Ao mesmo tempo em que as lutas no campo se desenvolviam, algumas recebendo maior destaque e tendo maior peso na conjuntura, outras passando mais despercebidas, crescia também a organização de associações, ligas, sindicatos, onde, na maior parte dos casos era importante a presença do PCB. Tendencialmente, essas organizações colocaram-se na direção das lutas, procurando lhes impor sua marca.

O esforço do PCB era principalmente no sentido de dar às associações uma unidade programática que articulasse as bandeiras mais gerais do partido com as reivindicações que eram os móveis imediatos de luta dos trabalhadores. Como veremos mais adiante, esse foi um desafio extremamente complexo e nem sempre bem sucedido.

• **Cabra Marcado para Morrer** **Vídeo em VHS, 120'**

Dir.: Eduardo Coutinho

Fonte: FASE

Resgata a memória de fatos políticos do interior nordestino, interpretado por camponeses.

Após 17 anos de interrupção nas filmagens pelos acontecimentos de 1964, os personagens são reencontrados, tornando-se o tema do filme, uma síntese viva real dos últimos 20 anos. Em 1983.



Não por acaso, o período que se sucedeu à II Conferência Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, realizada em 1954, foi pródigo de conferências e encontros, de caráter regional e estadual. Esse era, concretamente, o caminho para a socialização das experiências e para a difusão de teses, nas quais se construía um lugar histórico para as lutas e onde se lhes procurava dar um sentido que ultrapassava seu imediato. Basta apontar que, entre 1955 e 1961, registramos 21 encontros de trabalhadores, a grande maioria de base estadual. Dois deles, a I Conferência da Ultab e o Congresso Camponês de Belo Horizonte, tiveram perfil nacional.

ENCONTROS REALIZADOS ENTRE 1954 E 1961

- I Conferência Camponesa do Pará (1955)
- II Conferência dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Pará (1956)
- II Conferência Sul Bahiana de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas (1956)
- I Conferência dos Lavradores de Dourados e Itaporã (1956)
- I Conferência dos Lavradores e Trabalhadores do Triângulo Mineiro (1956)
- I Conferência dos Lavradores e Assalariados Rurais de Alagoas (1956)
- I Conferência dos Trabalhadores Agrícolas de Minas Gerais (1956)
- I Conferência dos Lavradores do Espírito Santo (1956)
- I Conferência Agrária do Maranhão (1956)
- III Conferência dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Pará (1957)
- I Congresso dos Trabalhadores Fluminenses (1957)*
- I Conferência dos Lavradores do Distrito Federal (1958)
- II Conferência Agrícola do Maranhão (1958)
- I Congresso dos Lavradores, Trabalhadores Agrícolas e Pescadores de Pernambuco (1958)
- I Conferência da Ultab – SP (1959)
- I Congresso dos Trabalhadores Rurais do Paraná (1960)
- I Congresso Sindical de Trabalhadores e Camponeses do Piauí (1961)*
- I Conferência dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de São Paulo (1961)
- II Conferência dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Rio de Janeiro (1961)
- II Congresso dos Trabalhadores Rurais do Paraná (1961)
- Congresso Camponês de Belo Horizonte (1961)

[*] Congressos que incluíam categorias urbanas também. *

Foi através desses encontros que, pouco a pouco, a palavra de ordem reforma agrária começou a ganhar forças no interior das lutas, sempre entendida como antifeudal e antiimperialista e como condição indispensável para uma revolução de caráter democrático-burguês.

Dificuldades para organizar

São poucos os números de que se dispõe sobre a organização dos trabalhadores rurais no final dos anos 50. Segundo o Relatório sobre a Organização dos Lavradores e Trabalhadores Rurais, elaborado na I Conferência da Ultab em 1959, no ano de 1956 havia 108 organizações de trabalhadores agrícolas, em 17 Estados. Em 1959, esse número havia aumentado para 122. Quanto às federações, entidades de caráter estadual, existiam 5 em 1956 e 9 em 1959. Os sindicatos, embora não reconhecidos, aumentaram de 30 para 50.

Esses dados apareciam como decepcionantes para a própria Ultab. De acordo com ela, as causas do baixo nível de organização dos trabalhadores deveriam ser buscadas nos seguintes fatos:

- 1) Dispersão dos lavradores e trabalhadores agrícolas, espalhados pelas fazendas e muitas vezes em regiões distantes; assim encontram-se eles isolados e sujeitos à influência e à pressão dos patrões e proprietários de terra;
- 2) os camponeses são comumente submetidos a formas de exploração, de negação dos direitos, de perseguição e de opressão por parte dos latifundiários e dos agentes dos poderes públicos, muito mais duras do que as impostas aos trabalhadores da cidade;
- 3) as migrações constantes, em vários sentidos, do norte para o sul, nas várias zonas de um mesmo Estado, de fazendas para fazendas, e o êxodo rural para as cidades como conseqüência do empobrecimento e das dificuldades das massas trabalhadoras do campo;
- 4) a própria natureza do homem da roça, disperso, isolado, em geral oprimido e explorado, torna-o arredio e desconfiado;
- 5) e, ao lado de tudo isso, a falta de tradição de organização no campo, em nosso país, do que resulta uma grande falta de experiência para se organizarem independentemente os lavradores e trabalhadores rurais — sob forte resistência dos que estão interessados em manter o atual estado de coisas”.²¹

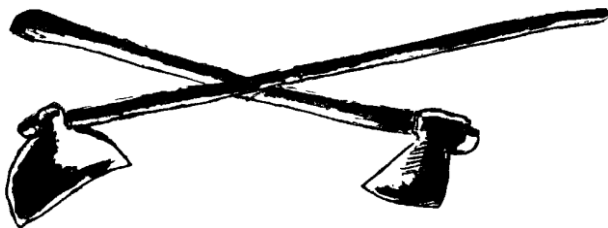
O diagnóstico dessa fragilidade de organização não deve ser confundido com o pequeno número de conflitos. Como já observamos anteriormente, as páginas dos jornais estão repletas de notas sobre expulsão de trabalhadores, ameaças de greve etc., mostrando que o grande desafio que se colocava era o de poder dar organicidade a essas tensões.

Formas de organização

As associações normalmente tinham sua base nos locais de conflito. Por vezes, elas adquiriam dimensão municipal. Teoricamente, a Ultab as articulava e lhes dava a direção. Ao que tudo indica, porém, essa entidade não conseguia ter presença efetiva nas lutas, a não ser no que se refere a formulações das bandeiras mais gerais. No cotidiano, eram os núcleos locais ou as associações que encaminhavam os conflitos, costuravam alianças, organizavam a resistência.

No que se refere às Ligas de Pernambuco, com o crescimento do seu número, foi se definindo uma estrutura organizativa com base em delegacias, sendo a sede central sempre a capital do Estado ou uma cidade grande. Cada delegacia tinha uma diretoria, composta por trabalhadores. No entanto, o centro real de decisões e de definição das táticas e estratégias era o Conselho Regional, composto, como já apontamos, por parlamentares, profissionais liberais, intelectuais e lideranças de maior expressão.

Essa estrutura, que dava um lugar de relevo à cidade, tinha por finalidade quebrar o isolamento das lutas, tirá-las de seu localismo e, ao mesmo tempo, construir alianças no meio urbano. “Por outro lado, ao localizar a sede estadual das Ligas na capital, assegurava a sobrevivência das delegacias, neutralizando em parte a ação repressiva dos grandes proprietários e dos destacamentos policiais locais, que apenas podiam ameaçar e pressionar de uma forma ou de outra, um núcleo existente em seus domínios. E quando tal ocorria, e era freqüente, o fato era imediatamente denunciado pelo Conselho Regional, seja nas tribunas legislativas, seja pela imprensa”.²² Tomando em consideração essa rede, é possível entender -a repercussão que as Ligas tiveram e sua capacidade de se constituir como símbolo das lutas no campo.



3. A reforma agrária como bandeira de luta e seus significados

Nos anos 50, no bojo do processo de intensificação dos conflitos e de ampliação das organizações de trabalhadores, começou a se constituir um corpo unificado de reivindicações e as questões particulares começaram a ganhar sentido dentro de estratégias mais amplas.

A II Conferência Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, na sua Carta de Direitos e Reivindicações, já expressava demandas de caráter geral, referentes ao conjunto dos trabalhadores rurais e que eram sintetizadas em três grandes pontos: direitos civis e democráticos, reforma agrária, previdência e seguro social. Dentre eles, sem dúvida, era a reforma agrária o que mais polarizava as forças políticas.

A - A REFORMA AGRÁRIA NA PERSPECTIVA DO PCB

Vejamos como o PCB, principal força política que procurava representar os interesses dos trabalhadores rurais, colocava o tema. Como já apontamos anteriormente, no início dos anos 50, esse partido pregava o confisco da terra aos latifundiários, seguido de distribuição gratuita aos camponeses sem terra ou com pouca terra. Em meados da década, no entanto, passando a desfrutar, desde o início do governo Kubitschek, de uma situação de semilegalidade e sofrendo os impactos de uma mudança a nível internacional das políticas dos partidos comunistas, fruto da desestalinização, o PCB revisou suas posições anteriores.

A partir da chamada Resolução de 1958, do Comitê Central do PCB, a reforma agrária, entendida como a transformação radical da estrutura agrária, com a liquidação do monopólio da terra e das relações pré-capitalistas de trabalho, mantém-se como uma bandeira central do partido. Porém passa a ser condicionada à formação de uma frente única, que reunisse todas as forças interessadas no combate ao imperialismo norte-americano. Isso porque, de acordo com a análise do PCB, a contradição fundamental da sociedade brasileira era com os setores capitalistas vinculados com essa forma de imperialismo. Ao lado dela figurava ainda a contradição entre as forças produtivas em desenvolvimento e as relações de produção semifeudais na agricultura que, por sua vez, tinham por base setores latifundiários também com interesses ligados ao imperialismo. Essa frente abrangeria o proletariado, os camponeses, a pequena burguesia urbana, a burguesia, os latifundiários que tinham contradições com o imperialismo norte-americano e os capitalistas ligados a grupos imperialistas rivais dos monopólios norte-americanos.²³

A formulação de uma política de frente única significou o privilegiamento das formas legais de luta e organização. Através delas é que seria possível conquistar reformas democráticas na Constituição, entre elas a reforma agrária. Para obtê-la na sua forma radical - liquidação do monopólio da terra e fortalecimento da economia camponesa - seria necessário partir da luta por medidas parciais, que permitissem o acúmulo de forças e organização.

Do ponto de vista que mais nos interessa aqui, essas resoluções se refletiram diretamente sobre os resultados da I Conferência da Ultab, realizada em 1959. O documento que esse encontro gerou, a Carta sobre a Reforma Agrária, propunha um vigoroso movimento de opinião pública para revogar o parágrafo 16 do artigo 141 da Constituição Federal, que estabelecia que as desapropriações por interesse social só poderiam ser feitas mediante prévia e justa indenização em dinheiro. A essa medida, de caráter mais amplo, somava-se a luta por medidas parciais de reforma agrária, entre elas que o pagamento da terra fosse feito com base no valor declarado para fins fiscais, a obrigatoriedade de aforamento das grandes propriedades não aproveitadas ou pouco aproveitadas, retombamento e levantamento das propriedades rurais, e regulamentação jurídica dos contratos agrários (arrendamento e parceria).

Ao lado da luta pela reforma agrária, também se demandavam direitos trabalhistas, através da extensão das garantias já existentes para os trabalhadores urbanos (férias, repouso remunerado, salário mínimo, aposentadoria, previdência social etc.), aos assalariados rurais. Com isso, acentuava-se a face assalariada de todo um contingente que também aparecia, nas demandas mais gerais, sob o rótulo de camponês.

B - LIGAS CAMPONESAS X PCB/ULTAB

No final dos anos 50 e início dos anos 60 começou a se tornar clara uma divergência entre as forças políticas sobre a condução das lutas que se verificavam no campo e que teria importantes conseqüências sobre os rumos dos movimentos.

A visita de Julião a Cuba em 1960 e sua clara simpatia pelo processo em curso nesse país, bem como a derrota das teses dos comunistas vinculados às Ligas Camponesas no interior do PCB acabaram por provocar a separação entre os movimentos dirigidos por uma e outra força. Para culminar as discordâncias, as Ligas organizaram no Nordeste um movimento de solidariedade a Cuba, que o PCB achava inoportuno num momento de campanha eleitoral para Presidência da República.²⁴

Como eixo da divergência, que então se tornou evidente, estava a concepção sobre o sentido da “revolução brasileira” e sobre o caráter da reforma agrária a ser implementada. Embora tanto o PCB como as Ligas usassem a linguagem da “reforma agrária radical”, o sentido dado a essa expressão era

distinto. De acordo com as teses do PCB, como já vimos, a reforma agrária seria uma etapa necessária de uma revolução de caráter democrático-burguês e antiimperialista, que seria alcançada através de medidas parciais, passíveis de serem sustentadas por uma política de frente única. Discordando radicalmente dessa postura, para a direção das Ligas o “campesinato” era, naquele momento, a principal força da “revolução brasileira”, cujo conteúdo era imediatamente socialista. Assim sendo, segundo Julião, não era possível buscar alianças com a burguesia e muito menos com setores latifundiários. Com tal perspectiva, descartavam a luta por medidas parciais de reforma agrária, consideradas contemporizadoras.

Os fundamentos dessa concepção eram dois. De um lado, a idéia de que o camponês quando se organizava para lutar contra o preço do aluguel da terra ou para nela permanecer, desde logo feria o cerne da sociedade capitalista, que é a propriedade privada. De outro, o argumento de que “a oligarquia dominante preocupa-se menos com os problemas da classe operária de São Paulo, do Rio ou de Belo Horizonte, problemas que procura solucionar com o círculo vicioso do aumento dos preços dos gêneros alimentícios de primeira necessidade, das manufaturas e dos salários, do que com o despertar das massas camponesas, convencida, como já se encontra, de que elas poderão desatar um processo político capaz de conduzir o país à revolução social”.²⁵

Embora essas divergências pareçam ter sido somente produto de debate na direção dos movimentos e não tenham permeado as bases e o cotidiano das lutas, elas deram o tom do Congresso Camponês de Belo Horizonte, sobre o qual a imprensa acabou por construir uma imagem de radicalidade.

É importante lembrar, porém, que apesar da sua retórica radical, a prática cotidiana dos líderes das Ligas passava pela defesa dos trabalhadores aproveitando-se de todos os canais legais existentes. Tudo indica ainda que os móveis concretos da organização eram as demandas imediatas contra despejos, aumento do foro etc. A luta jurídica era acompanhada por grandes mobilizações, que transformavam as Ligas sempre em notícia e as projetavam como símbolo e síntese de um confronto.

Da mesma forma, a ênfase na luta por canais legais e pela via parlamentar, pregada pelo PCB, não pôde excluir, no cotidiano dos conflitos, outras formas de ação, que iam desde as marchas, passeatas e acampamentos nas cidades, para pressionar as instâncias de poder e mobilizar o apoio da opinião pública, até formas violentas de resistência, inclusive a luta armada (como no caso de Formoso), que em tese não se ajustavam às diretrizes mais gerais do PCB, em particular após 1958.

C — O CONGRESSO CAMPONES DE BELO HORIZONTE

A década de 60 se abriu no Brasil com uma crise econômica, política e social de grande envergadura, onde as lutas no campo tiveram um papel significativo, na medida em que aqueceram a bandeira das reformas e transformaram a reforma agrária numa candente questão nacional.

Em novembro de 1961, ainda sob o peso da crise política institucional gerada com a renúncia do presidente Jânio Quadros, realizou-se um congresso camponês em Belo Horizonte, convocado pela UItab, mas que contou com a participação de outras forças políticas que atuavam no campo, como era o caso das Ligas Camponesas e do Movimento dos Agricultores Sem Terra (Master), recém-constituído no Rio Grande do Sul. Participaram um total de 1.600 delegados, de diversos pontos do país, para discutir os seguintes temas, propostos pela entidade que organizou o encontro: soluções para o problema da propriedade e do uso da terra no Brasil; medidas imediatas e parciais de reforma agrária; formas de arrendamento e parceria; direitos dos pequenos e médios proprietários rurais; ajuda aos cultivadores agrícolas, assalariados e semi-assalariados rurais; organização das massas trabalhadoras do campo; e reivindicações democráticas e sociais.

No geral, os estudos sobre os movimentos camponeses nos anos 50/60 consideram o Congresso de Belo Horizonte como um marco das lutas, ressaltando dois aspectos principais: a proposta de reforma agrária radical, “na lei ou na marra” e as divergências entre Francisco Julião e o Partido Comunista Brasileiro, em torno da validade da luta por medidas parciais de reforma agrária.

Reunidos em Belo Horizonte Representantes de Milhões de Camponeses Clamor Nacional Pela Reforma Agrária: A Terra Deve Pertencer a Quem a Trabalha

NOVOS RUMOS

SEMANAL

Rev. de Brasília, número 17 a 23 de novembro de 1961

Substituição do Gabinete

OLÍMPIO SANTI JR.

A substituição do gabinete de Getúlio Vargas, anunciada ontem pelo presidente, é um fato de grande importância política. O novo gabinete, formado por nomes de provável afinidade com a ala esquerda do PSD, indica uma mudança de rumo na política nacional.

Q' a substituição do gabinete é um sinal de que o presidente está disposto a enfrentar os problemas do país com uma nova orientação política.

É um fato de grande importância política. O novo gabinete, formado por nomes de provável afinidade com a ala esquerda do PSD, indica uma mudança de rumo na política nacional.

Q' a substituição do gabinete é um sinal de que o presidente está disposto a enfrentar os problemas do país com uma nova orientação política.

Q' a substituição do gabinete é um sinal de que o presidente está disposto a enfrentar os problemas do país com uma nova orientação política.

Q' a substituição do gabinete é um sinal de que o presidente está disposto a enfrentar os problemas do país com uma nova orientação política.

Q' a substituição do gabinete é um sinal de que o presidente está disposto a enfrentar os problemas do país com uma nova orientação política.

Q' a substituição do gabinete é um sinal de que o presidente está disposto a enfrentar os problemas do país com uma nova orientação política.

Milhões Participa da Luta Contra a Inflação



Operários e Estudantes no Lado da Reforma Agrária



Reuniões São Realizadas em Todos os Estados



Gráfico:
Organizar
os Comitês
do RLH
Tudo no 2º pág.

Atualiza
Quem são
Ade e Rebel

Diário de Torquato Saldad
Política do FMI e Dos Trustes
Tudo no 2º pág.

«CUBA É EXEMPLO
E INSPIRAÇÃO»
Tudo no 2º pág.

ANALISTAS LUTAM CONTRA
TRUSTES DE ENERGIA ELÉTRICA

Q' a substituição do gabinete é um sinal de que o presidente está disposto a enfrentar os problemas do país com uma nova orientação política.

Q' a substituição do gabinete é um sinal de que o presidente está disposto a enfrentar os problemas do país com uma nova orientação política.

Q' a substituição do gabinete é um sinal de que o presidente está disposto a enfrentar os problemas do país com uma nova orientação política.

Q' a substituição do gabinete é um sinal de que o presidente está disposto a enfrentar os problemas do país com uma nova orientação política.

Q' a substituição do gabinete é um sinal de que o presidente está disposto a enfrentar os problemas do país com uma nova orientação política.

Q' a substituição do gabinete é um sinal de que o presidente está disposto a enfrentar os problemas do país com uma nova orientação política.

Q' a substituição do gabinete é um sinal de que o presidente está disposto a enfrentar os problemas do país com uma nova orientação política.

Q' a substituição do gabinete é um sinal de que o presidente está disposto a enfrentar os problemas do país com uma nova orientação política.

Q' a substituição do gabinete é um sinal de que o presidente está disposto a enfrentar os problemas do país com uma nova orientação política.

Capa do Jornal Novos Rumos, noticiando em destaque o Congresso de Belo Horizonte
Fonte: Jornal Novos Rumos, nº 145, 17 a 23/11/1961

Operários e Estudantes ao Lado Dos Camponeses



Manifestação de rua em apoio ao Congresso Camponês de Belo Horizonte. Fonte: Jornal Novos Rumos, nº 145, 17 a 23/11/1961

Reuniões São Realizadas em Todos os Estados



O Congresso foi precedido de reuniões preparatórias em diversos estados do país. Fonte: Jornal Novos Rumos, nº 145, 17 a 23/11/1961

Do ponto de vista da reforma agrária, tema central do encontro, a Declaração emanada do evento enfatizava a necessidade de uma ruptura imediata e liquidação do "monopólio da terra exercido pelas forças retrógradas do latifúndio e o conseqüente estabelecimento do livre e fácil acesso à terra dos que a queriam trabalhar".²⁶ Ao mesmo tempo, o Congresso se definiu pela luta em torno de medidas imediatas, tais como respeito ao direito de organização dos camponeses em associações, direito de sindicalização dos trabalhadores assalariados e semi-assalariados, aplicação da legislação trabalhista já existente pertinente aos trabalhadores rurais, ajuda efetiva e imediata às formas de economia camponesa existentes. Do ponto de vista mais diretamente ligado à reforma agrária, o Congresso demandava, entre outras, as seguintes medidas parciais: modificações da Constituição no que se refere à exigência de indenização justa, prévia e em dinheiro; levantamento cadastral das propriedades com área superior a 500 ha; desapropriação das terras não aproveitadas desses imóveis, a partir dos centros urbanos; levantamento das terras devolutas; retombamento e atualização dos títulos de terra; imposto territorial progressivo; outorga de títulos a posseiros.

O sentido da reforma agrária radical, como se pode ver, não diferia substancialmente das propostas que o Partido Comunista já vinha avançando, e que tinham por eixo a demanda por uma emenda constitucional. A grande discordância que apareceu no Congresso, e que o polarizou, foi quanto ao significado da luta por medidas parciais e que, a rigor, se contradiziam com a bandeira mais geral. Era o caso da regulamentação do arrendamento e da parceria, relações que não teriam mais lugar dentro de um processo de reforma. De acordo com o grupo liderado por Julião, não fazia sentido demandar medidas desse tipo. Para os seguidores do PCB, essas lutas menores permitiriam não só a melhoria imediata das condições de vida dos trabalhadores do campo, como também e, principalmente, a acumulação de forças, o despertar da consciência para lutas "mais avançadas". Na Declaração final do encontro, tais propostas não constaram e ganhou corpo e densidade a palavra de ordem reforma agrária radical, um grito contra o monopólio da terra e a exploração que sofriam os trabalhadores rurais.



Aspecto do plenário do Congresso de São Antonio

Fonte: Jornal Novos Rumos, nº 146, 24 a 30/11/1961

Se o Congresso de Belo Horizonte é considerado um divisor de águas entre as correntes que disputavam a hegemonia da condução das lutas dos trabalhadores rurais, ele guarda outros significados também. Antes de mais nada ele marcou como nenhum outro evento o reconhecimento social e político da categoria “camponês”, sintetizando um conjunto de forças heterogêneas que lutavam no campo. A presença no encontro de personalidades como o governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto, do primeiro-ministro Tancredo Neves e do próprio presidente da República, João Goulart, o destaque que recebeu em toda a imprensa, são indicadores de que ele se constituiu num fato político de relevo e um termômetro da gravidade que a questão agrária assumia. A representatividade das delegações, a diversidade de situações representadas, o caráter das reivindicações levantadas e o clima do encontro indicavam que não era mais possível tratar a questão agrária com medidas locais, seja de caráter repressivo, seja através de soluções parciais negociadas. Realizar transformações profundas na estrutura agrária aparecia como uma questão essencial do desenvolvimento nacional. Por outro lado, ele deu um novo impulso às lutas no meio rural.

A eficácia política das lutas

Normalmente se diz que os movimentos sociais se intensificaram no governo Juscelino, considerado um período de maior liberdade política, onde teria havido maior espaço para a sua organização e expressão. No entanto, é difícil partir desse nível de generalidade. Nas diversas unidades da federação, foi bastante heterogêneo o caráter da relação entre os governos e os conflitos. Em Pernambuco, sob o controle de Cordeiro de Farias, no Rio de Janeiro nos governos Amaral Peixoto e Miguel Couto, no Paraná de Lupion, por exemplo, a polícia se aliava aos jagunços dos proprietários de terra ou grileiros na repressão às reivindicações que emergiam. Em outros locais, como Goiás, foi possível estabelecer um acordo entre os posseiros de Formoso e o governador Pedro Ludovico. Sem dúvida alguma, aí pesava a repercussão que os conflitos adquiriam e principalmente a capacidade de suas direções em articular apoios e alianças capazes de reduzir o peso da repressão.

No final dos anos 50, no entanto, em que pese a continuidade da violência policial e dos proprietários de terra contra os trabalhadores, há sinais claros de que as lutas no campo começavam a ter maior peso político. O debate em torno da necessidade de promover alterações na estrutura fundiária ultrapassou os limites do PCB e dissidências. Setores nacionalistas, industriais, a Igreja passaram a colocar a importância da reforma agrária, como medida essencial para acelerar o desenvolvimento econômico do país e minorar as tensões sociais.

A — A AÇÃO DOS GOVERNOS ESTADUAIS

A nível de medidas concretas, alguns governos estaduais ensaiaram experiências particulares de intervenção. Em São Paulo, o governo Carvalho Pinto criou, em 1959, um Plano de Revisão Agrária, que objetivava incentivar alterações na estrutura fundiária através de uma nova sistemática de Imposto Territorial Rural, ao mesmo tempo em que promovia a colonização de terras públicas. No centro da proposta estava a idéia de fortalecer uma classe média rural, capaz de sustentar um regime democrático.

No Rio de Janeiro, no governo Roberto Silveira, foi instituído um Plano Piloto de Ação Agrária, cujo objetivo era acabar com os litígios entre grileiros e posseiros, através do levantamento das terras devolutas do Estado e das que estavam ocupadas por posseiros e em disputa com grileiros. A partir desse levantamento, seriam feitas as desapropriações, onde coubesse, e o assentamento, articulado à constituição de cooperativas agrícolas.

No caso de Pernambuco, a desapropriação do engenho Galiléia foi seguida pela criação da CRC (Companhia de Revenda e Colonização), pelo governo Cid Sampaio. Seu objetivo, além de orientar a distribuição dos lotes desse engenho e de outros mais tarde desapropriados, era promover a colonização no estado, encaminhando os trabalhadores sem terra para as terras desapropriadas e para as devolutas. Isso se fazia mediante um arrendamento provisório, de três anos, findos os quais, o colono, se comprovado um bom desempenho, poderia adquirir a terra.

No Rio Grande do Sul, o governo Brizola, além de dar decisivo apoio aos acampamentos de trabalhadores sem terra que começaram a surgir no estado no final dos anos 50, declarando inclusive as associações que deles surgiram e que constituíram o Master (Movimento dos Agricultores Sem Terra) como instituições de utilidade pública, criou o Instituto Gaúcho de Reforma Agrária (Igra) com a finalidade de criar núcleos para a instalação dos Sem Terra.

Evidentemente, o conteúdo de cada uma dessas propostas era muito distinto e a sua implementação também variou. No entanto, elas apontavam para um fato comum: a sensibilização para uma questão que tendia a se tornar cada vez mais candente e a busca de soluções emergenciais, que conseguissem reduzir as tensões sociais.

B - A AÇÃO DO GOVERNO FEDERAL

A nível federal, a questão agrária também adquiriu peso progressivo. Na eleição presidencial de 1960, a reforma agrária e a extensão da legislação trabalhista para o campo foram temas de campanha e o presidente eleito, Jânio Quadros, logo no início do seu governo, instituiu uma comissão, presidida pelo senador Milton Campos, para estudar o assunto e elaborar um projeto de alteração da estrutura fundiária do país. O resultado desse trabalho foi uma das bases para a posterior elaboração do Estatuto da Terra.

Nesse momento, a Presidência da República parecia estar mais sensível às pressões, em resultado do próprio jogo populista. O Congresso Nacional, porém, tradicional reduto dos interesses vinculados à propriedade da terra, espaço onde os estados mais vinculados à agropecuária tinham uma representação proporcionalmente maior em relação aos industrializados, mostrou-se mais impermeável à discussão. Os sucessivos projetos de reforma agrária ali apresentados ou eram bloqueados nas comissões técnicas, permanecendo anos a fio sem discussão, ou então eram derrotados. O mesmo se pode dizer da proposta de extensão dos direitos trabalhistas ao campo: desde a mensagem de Getúlio Vargas, datada de 1954, o projeto sofreu derrotas sucessivas a cada reapresentação, só tendo sido aprovado em 1963.

No entanto, o início dos anos 60 colocou novas cores nesse panorama. Como veremos logo adiante, as lutas no campo estenderam-se, intensificaram-se, e ganharam tons de radicalidade. O Congresso de Belo Horizonte, com as dimensões que assumiu, tanto a nível de representatividade como de repercussão na conjuntura, foi uma demonstração de força dos trabalhadores rurais. A crise política em que o país submergiu com a renúncia Jânio Quadros, a fragilidade do governo João Goulart, tentando ampliar as suas bases de apoio mediante um programa de reformas, das quais o carro-chefe seria a reforma agrária, abriam espaço para a polarização de posições.

Nesse mesmo momento, a revolução cubana passava a se constituir em tema de debate, ampliando o receio das classes dominantes com relação às mobilizações populares que cresciam no campo e na cidade. Finalmente, a eleição de John Kennedy para a presidência dos Estados Unidos abria uma nova era para as relações desse país com a América Latina. Foi nesse momento que se constituiu a Aliança para o Progresso, destinada a apoiar o desenvolvimento dos países latino-americanos, inclusive através de medidas de transformações estruturais, como era o caso da reforma agrária. Atrás dessa proposta estava a percepção de riscos de rompimento presentes nas tensões sociais em muitos países latino-americanos, e da necessidade de apoiar medidas destinadas a aliviar os conflitos agrários e erradicar a miséria.

Nessa conjuntura complexa, começaram a surgir medidas, por parte do governo federal, que se constituíam, de alguma maneira, em resposta à mobilização que se intensificava nas áreas rurais.

Já no princípio de 1962 regulamentou-se a sindicalização rural, velha demanda das organizações que atuavam no campo. Pela Portaria 355-A, de 20 de novembro, passava a ser possível a criação de sindicatos de trabalhadores na lavoura; trabalhadores na pecuária e similares; trabalhadores na produção extrativa rural e produtores autônomos (pequenos proprietários, arrendatários e trabalhadores autônomos que explorassem a atividade rural sem empregados, em regime de economia familiar ou coletiva). Feita nos moldes da legislação sindical vigente, ao mesmo tempo em que os trabalhadores viam reconhecidas suas entidades de representação pelo Estado, também passavam a tê-las tuteladas. O poder de intervenção pelo Ministério do Trabalho, a imposição de um sindicato único por município, o funcionamento com base nos recursos provenientes do imposto sindical, uma estrutura verticalizada extremamente rígida eram o reverso do reconhecimento do direito as indicalização. Mas, nesse momento de euforia e crescimento, a legislação sindical não era questionada pelas forças hegemônicas no interior dos movimentos. O seu peso só seria percebido posterior-mente, quando se verificou uma mudança radical de conjuntura.

No ano seguinte instituiu-se a Consir (Comissão Nacional de Sindicalização Rural), destinada a promover a sindicalização e planos integrados, em regiões específicas, através do levantamento de relações de trabalho, identificação profissional, educação e aperfeiçoamento sindical.

Ainda em 1963, o Congresso Nacional acabou aprovando o Estatuto do Trabalhador Rural (lei nº 4.214, de 2/3/1 963), garantindo aos assalariados do campo o direito a antigas reivindicações como salário mínimo, repouso semanal remunerado, férias remuneradas, licença maternidade, indenização em caso de dispensa, estabilidade após dez anos de serviço, obrigatoriedade de registro em carteira profissional etc.

No que se refere à reforma agrária, em finais de 1962 surgiu a Superintendência de Política e Reforma Agrária (Supra), apontando para o reconhecimento da necessidade de intervenção na estrutura fundiária. No entanto, medidas concretas de desapropriação, dependentes de alterações constitucionais de forma a permitir o pagamento das indenizações em títulos da dívida agrária, continuaram sendo o ponto de estrangulamento dessas tentativas de enfrentar a questão agrária. O Congresso Nacional permanecia impermeável a ela.²⁷

Através desse aparato legal e dos organismos específicos, crescia o peso do Estado como ator político importante nos rumos dos conflitos no campo. Seu ponto máximo foi o decreto de 13 de março de 1964, assinado pelo presidente João

Goulart, no famoso Comício da Central, e que previa a desapropriação das terras localizadas numa faixa de dez quilômetros ao longo das rodovias, ferrovias e açudes construídos pela União. Procurando ampliar e estender a política populista de Goulart para o campo, num clima de ameaças golpistas, esse decreto seria um dos aceleradores do golpe que ocorreria poucos dias depois.

5. A reação dos proprietários de terra

À emergência dos conflitos no campo e à constituição, no plano mesmo das lutas, da categoria “camponês”, correspondeu também a construção social de uma determinada imagem do “latifúndio”, invocando as idéias de atraso, de opressão, identificadas, na linguagem de esquerda, com a sobrevivência feudal.²⁸ A constituição dessa imagem não foi passiva.

A reação dos proprietários de terra à organização dos trabalhadores se fez em diversos planos. No interior das propriedades, pela tentativa de impor a sua lei: a ação de jagunços, a queima de casas, o gado solto nas lavouras, despejos, perseguições de todo tipo e até mesmo assassinatos dos que ousavam contestar foram fatos comuns e apenas uma pequena amostra deles vinha a conhecimento público. No plano do poder local, o controle que detinham das instâncias de decisão e da justiça sempre criava situações desfavoráveis ao trabalhador.

Além desse âmbito, os interesses dos proprietários eram fortemente representados no Congresso Nacional. Pela pressão parlamentar, conseguiam impedir o avanço de qualquer medida que pudesse atender às novas demandas que vinham do campo. Firmemente entrincheirados no PSD e na UDN, só permitiram a passagem da legislação trabalhista quando a pressão popular já se tornara demasiado forte e, como mal menor, para aliviar as tensões crescentes. No que se refere à reforma agrária, conseguiram articular alianças amplas de tal forma que, mesmo setores simpáticos à idéia de transformações na estrutura fundiária, alinharam-se contra a emenda constitucional que permitiria a indenização da terra em títulos da dívida agrária.

Se houve um fortalecimento das organizações dos trabalhadores, o período também assistiu a uma revitalização das entidades representativas dos interesses dos proprietários de terra. Multiplicaram-se as associações de nível municipal, as federações estaduais e já no início dos anos 50 surgiu a Confederação Rural Brasileira. Essas agremiações, longe de ter um papel decorativo, constituíram-se, pelo menos em alguns estados, como São Paulo, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, em pólos de debate e de geração de propostas para a agricultura, procurando contestar a imagem de atraso que era atribuída a seus associados.

No bojo dessas associações procurava-se criar a imagem do proprietário que produzia sem receber estímulos do governo, que sustentava a industrialização

com as divisas que seus produtos geravam, que enriquecera a custo do trabalho duro, que dava toda proteção e apoio aos bons trabalhadores e que se via agora ameaçado pela agitação introduzida em suas terras de fora para dentro. Rebatendo a imagem do atraso, reivindicavam do governo apoio à entidade agrícola, com políticas especiais de crédito, construção de silos, armazéns, estradas, educação, introdução de medidas de apoio à produção etc., de forma a elevar o nível de renda do setor. Com isso, argumentavam, seria possível também a melhoria do padrão de vida dos trabalhadores e a conseqüente redução do êxodo rural.

- **Como Começou**
Realização: FASE-Regional Sudeste-Sul, U-Matic, 20', 1982
Fonte: FASE
Três fundadores da FETAG-RJ, relatam as lutas por terra em três regiões do Estado do Rio e a necessidade de articulação dessas lutas, o que levou à fundação da Federação dos Trabalhadores Rurais do Rio. 1940




Foto: Marcelo Riani Marques

- **NAS TERRAS DO RIO SEM DONO,**
de Carlos Olavo da Cunha Pereira

Relata conflitos de terra no Vale do rio Doce, em Governador Valadares (MG), que atravessam os anos 40 até o golpe de 64. É o "testemunho" com "sabor de romance" de um militante, de um exilado político, como afirma Edgar da Matta Machado no prefácio.

Editora Vega, Belo Horizonte, 1980
Rua Guajajaras, 178
30.000 – Belo Horizonte – Minas Gerais



Por outro lado, em nome da liberdade na gestão dos seus negócios, recusavam-se a aceitar a introdução da legislação trabalhista. Com o argumento do crescente poder de intervenção do Estado e do risco de medidas socializantes, negavam-se a aceitar qualquer reforma agrária, e demandavam medidas que permitissem a capitalização da grande propriedade.²⁹

Com esse tipo de argumento, mostraram uma grande capacidade de construir alianças políticas, trazendo desde logo a burguesia industrial para seu lado e mostrando cristalinamente que a reforma agrária, naquele momento, não interessava a nenhuma forma de capital. Deixavam claro também que os diversos setores burgueses, por mais preocupados que estivessem com a ampliação do mercado interno, não podiam suportar os trabalhadores mobilizados em busca de direitos e questionando a forma com que se revestia a propriedade da terra.

6. Intensificam-se as lutas no campo

O início dos anos 60 foi marcado pela intensificação dos conflitos no campo, que se estenderam inclusive por regiões onde até então não tinham tido maior expressão. Se o clima em que o país vivia, de debate sobre a necessidade de reformas profundas, entre elas a agrária, para acelerar o processo de desenvolvimento, teve um peso na emergência de novos conflitos, não há como negar também que a existência de resistências bem sucedidas levou a que, em algumas regiões, não se aceitasse mais passivamente uma ordem de expulsão, salários baixos, aumentos das taxas de arrendamento etc. Ao mesmo tempo, a violência dos proprietários de terra, que não era fato novo na história do país, tornou-se mais dirigida, voltando-se contra algumas lideranças expressivas. Foi o caso de João Pedro Teixeira, como veremos mais adiante.

Embora em alguns locais os conflitos ganhassem maior destaque, acentuadamente o caso do Nordeste, pelo impacto das Ligas Camponesas, a questão agrária, com diferentes facetas, aparecia num enfrentamento mais generalizado entre trabalhadores e proprietários, colocando em jogo a disputa pela terra, a luta por direitos trabalhistas e a liberdade de organização. Vejamos alguns exemplos.

Os acampamentos do Rio Grande do Sul: nova forma de pressão pela terra

Nos anos 40 e 50 constituiu-se no Rio Grande do Sul uma camada de agricultores que não tinham acesso a terra, quer pelo esgotamento da fronteira interna do estado, impedindo o estabelecimento de novas unidades da pequena propriedade familiar, gerada na colonização do estado, quer pelo crescimento do número de assalariados temporários. Alguns conflitos começaram a surgir, mas de forma isolada e sem maiores conseqüências.

Em 1960, uma área de 1.600 hectares de terra, no município de Encruzilhada do Sul, que estava, havia mais de 50 anos, em mãos de 300 famílias de posseiros, passou a ser reivindicada por um pretense dono. A primeira tentativa de despejo de um posseiro resultou na organização dos demais ameaçados na fazenda, com o apoio do prefeito local, Milton Serres Rodrigues, que inclusive mediou um acordo com o governo do estado, baseado na promessa de desapropriação da área. A partir dessa ameaça de despejo surgiu o primeiro núcleo do Movimento dos Agricultores Sem Terra (Master), que contou com o apoio também do deputado do PTB, Ruy Ramos.

No início de 1962, os Sem Terra iniciaram a forma de luta que mais os caracterizaria: acampamentos no perímetro de latifúndios improdutos, previamente escolhidos. Feito o acampamento, pediam a desapropriação do imóvel, com base na Constituição estadual, que estipulava que “O Estado combaterá a propriedade improduta, por meio da tributação especial ou mediante desapropriação”. O primeiro desses acampamentos foi em Sarandi, sob o comando do prefeito de Nonoai, Jair Calixto. Logo depois, a área foi desapropriada pelo governo do estado.

A partir daí, vários acampamentos surgiram, em diversos municípios, tais como Camaquã, Santa Maria, Caçapava, Itaporã, Sapucaia, Alegrete, São Francisco de Assis e outros. Além de acampamentos também verificaram-se diversas manifestações, sempre demandando desapropriação de terras. As terras reivindicadas eram muitas vezes pertencentes ao estado, outras de titulação duvidosa. O que chama a atenção é que o acampamento marcou o aparecimento de uma forma nova de pressão: não se tratava mais de posseiros resistindo ao despejo ou foreiros negando-se a pagar maior renda ou a sair de terras onde há muito viviam. Eram ofensivas de trabalhadores já expropriados ou semi-expropriados demandando terras ainda não cultivadas, através da pressão direta sobre o estado. Os acampamentos contavam, pelo menos no período Leonel Brizola, com o apoio do próprio governador, que fornecia alimentos, remédios, impedia a repressão, até que se chegasse a uma solução. No entanto, mesmo sem o apoio do governo, que em 1963 passou para as mãos de Ildo Meneghetti, os acampamentos ainda prosseguiram embora sob condições mais adversas.³⁰

A luta pela terra no Rio de Janeiro

No início dos anos 60, no Estado do Rio, a luta pela terra não só se intensificou como mudou suas táticas. A resistência aos grileiros começou a se fazer também com o recurso às armas e à ocupação de terras.

O primeiro caso de resistência armada à investida dos grileiros deu-se na fazenda São Lourenço, no município de Duque de Caxias. Depois de ter recorrido à

justiça e perdido o pedido de embargo de despejo, os posseiros passaram a resistir à ação policial, fechando a área que ocupavam num verdadeiro esquema militar. Obtendo o apoio do deputado Tenório Cavalcanti, que colocou seu jornal Luta Democrática em sua defesa, conseguiram ver a fazenda desapropriada pelo então governador Celso Peçanha.

Paralelamente, em Cachoeiras de Macacu, também se verificou um levante armado contra a ação de grileiros, liderado por Mariano Besser.³¹ O envio de tropas da Polícia Militar para a região dispersou os posseiros. No final de 1963 ocorreram duas ocupações de terra nessa mesma fazenda, e os trabalhadores também se prepararam para resistir. No entanto, acabaram sendo despejados por um contingente de soldados armados de metralhadoras. O prefeito do município, Ubirajara Muniz, solidarizou-se com os posseiros e levou o caso à Presidência da República que, em janeiro de 1964, fez a desapropriação da área. Também em Magé ocorreram ocupações de terras, consideradas griladas.

Em abril de 1963 deu-se uma das ações mais ousadas dos trabalhadores rurais fluminenses: a ocupação das terras do Imbé, no município de Campos, griladas, segundo, a versão dos jornais que a apoiaram, por uma usina. Essa ação foi rigorosamente planejada por José Pureza da Silva, dirigente da Federação das Associações de Lavradores do Rio de Janeiro e tesoureiro da Ultab. Para tanto, mobilizou cerca de 200 trabalhadores, todos eles desempregados da cana do norte fluminense. Houve repressão policial e foi invadido até mesmo o Sindicato dos Ferroviários de Campos, em busca de líderes do movimento. A mobilização ultrapassou os trabalhadores do campo e os de usina, após uma assembléia com presença de mais de duas mil pessoas, decidiram realizar uma passeata pelas ruas da cidade em apoio aos ocupantes do Imbé. A articulação com outras forças sociais e com parlamentares desaguou em pressão junto ao governo estadual e à Supra para a desapropriação da terra, o que acabou ocorrendo. Além dessa, outras 21 áreas foram desapropriadas no estado.³²



HINO DO CAMPONES

Companheiros, irmãos de *sofrimentos*,
Nosso canto de dor sobre a terra
E a semente fecunda que o vento
Espalha pelo campo e pela serra.

Coro

A bandeira que adoramos
Não pode ser manchada
Com o sangue de uma raça
Preso ao cabo da enxada.



Não queremos viver na escravidão
Nem deixar o campo onde nascemos
Pela terra, pela paz e pelo pão:
Companheiros, unidos venceremos.

Hoje somos milhões de oprimidos
Sob o peso terrível do cambão
Lutando, nós seremos redimidos.
A Reforma Agrária é a solução.

Nossas mãos têm calos de verdade,
Atestando o trabalho honrado e duro;
Nossas mãos procuram a Liberdade
E a glória do Brasil para o futuro.

Hino do Camponês

Música de autoria de Francisco Julião, cantada na final dos anos 50 e início dos anos 60. Segundo o Sr. Antonino Gomes de Azevedo, liderança camponesa da época, um dos fundadores de ASSOCIAÇÕES DE LAVRADORES no norte do Estado do Rio de Janeiro, este HINO era cantado pelas várias delegações que participaram do CONGRESSO DE BELO HORIZONTE. O Sr. Antonino vive hoje em ANGRA DOS REIS/RJ.

Outras ocupações

Além desses casos de maior destaque, houve no período algumas ocupações no Estado de São Paulo (municípios de Pompéia e Jales), em Sergipe (fazenda Bica) e Frio Grande do Norte (municípios de Pipa e Timbaú).

A expansão das Ligas Camponesas

No início dos anos 60, as Ligas Camponesas tendem a expandir-se para outros estados, especialmente no próprio Nordeste. No entanto, foi a Paraíba seu centro mais importante, além de Pernambuco.

A extensão das Ligas Camponesas na Paraíba deu-se especialmente nos municípios de Sapé, Mamanguape, Rio Tinto, Santa Rita. Tal como em Pernambuco, a base social dessas ligas era constituída por foreiros, moradores e os conflitos surgiram em torno da tentativa de expulsão da terra, da cobrança do cambão e dos aumentos do foro.

Na liderança dessas Ligas, ganhou peso a figura de João Pedro Teixeira, que foi também o fundador da Liga de Sapé, a maior do Brasil, com cerca de dez mil filiados. Sua influência estendia-se por toda a Paraíba. Em 1962, João Pedro foi assassinado, sendo o mandante do crime um conhecido fazendeiro da região. Poucos dias antes fora eliminado Alfredo Nascimento, também líder de Sapé. A morte de João Pedro teve repercussão nacional e internacional, e seu nome acabou por se tornar um símbolo das Ligas.

Em 1962 e 1963 os conflitos se intensificaram na Paraíba, as Ligas se expandiram rapidamente e a violência recrudescceu, atingindo até mesmo filhos de João Pedro, ainda crianças, e outros trabalhadores envolvidos em demandas, como foi o caso da chacina de Mari, em janeiro de 1964, ocasião em que diversos trabalhadores foram assassinados num confronto com a polícia.³³

Além de sua expansão em termos de criação de novas delegacias, as Ligas também passaram a novas formas de ação, como ocupações de terra, especialmente em Pernambuco. Foi o caso do engenho Serra, que forçou uma intervenção direta do governador do estado, Miguel Arraes.

Greves

Uma das mais importantes frentes de luta dos anos 60 foram as greves. Conseguimos registrar 9 em 1962, sendo 8 em São Paulo; e 19 em 1963 – em São Paulo (10), Paraná (3), Pernambuco (3), Rio de Janeiro (1) e Paraíba (1). Algumas delas englobavam diversas fazendas, indicando um processo inicial de articulação. As reivindicações, no geral, eram salariais e pela obtenção dos direitos trabalhistas.

Duas delas ganharam destaque especial: a da usina Nova América, em Assis, município do Estado de São Paulo e a greve geral da Zona da Mata pernambucana. No caso da usina Nova América, a greve envolveu cerca de dois mil assalariados em seis dias de paralisação. Além das reivindicações trabalhistas e salariais, também estava em jogo o direito de organização. Apesar da repressão, os grevistas conseguiram o pagamento dos dias parados, férias atrasadas, reconhecimento da associação, etc.

Quanto à greve de Pernambuco, suas proporções a tornaram singular no período. Mobilizando cerca de duzentos mil trabalhadores da cana, em luta por melhorias salariais e pelo estabelecimento de uma tabela de tarefas no campo, ela paralisou toda a região canavieira, unificando a seu redor diferentes forças políticas que disputavam a direção das lutas dos trabalhadores rurais na região: PCB, Ligas e a Igreja.

Frente à dimensão que atingiu, e ao fato de o governo do estado (Miguel Arraes) apoiar a greve e não permitir repressão, os donos de engenhos e usineiros foram obrigados a fazer uma série de concessões, algumas de caráter econômico, outras de conteúdo político, como é o caso da garantia do delegado de engenho, eleito pelos trabalhadores e só passível de demissão mediante inquérito judicial, e o compromisso dos empregadores de fazerem o desconto sindical para os que assim o desejassem. Do ponto de vista econômico, os principais ganhos foram o aumento salarial de 80%, obrigatoriedade de registro em carteira profissional e cumprimento das correspondentes obrigações legais pelos patrões, pagamento do 13º salário, etc.

GREVES: 1961

MUNICÍPIO	UF	CATEGORIA ENVOLVIDA	MOTIVAÇÃO/ REIVINDICAÇÃO
Escada	PE	“camponeses”	aumento salarial
Catanduva	SC	“trabalhadores”	melhores salários
Vera Cruz	SP	“assalariados do café (34 famílias)”	melhores salários
Guariba	SP	“trabalhadores rurais” em fazendas de cana	salário

Fontes: **Jornais Novos Rumos e Terra Livre**

GREVES:1962

MUNICÍPIO	UF	CATEGORIA ENVOLVIDA	MOTIVAÇÃO/ REIVINDICAÇÃO
Penápolis	SP	“cortadores de cana”	cumprimento dos novos níveis do salário mínimo, horas extras, redução da taxa de habitação
Assis	SP	s/i	s/i
Santa Rosa do Viterbo	SP	“assalariados” (12.000)	fim do desconto habitação e reajuste salarial
Pulinópolis	PR	“camponeses”	aumento da diária
Alta Mogiana	SP	“trabalhadores da cana” (6.000)	aumento de salário
Garça	SP	“camponeses”	melhor pagamento do café
Presidente Alves	SP	“camponeses”	pagamento do salário mínimo e outros direitos
Adamantina	SP	s/i	aumento
Garça	SP	“trabalhadores”	s/i. Patrão teve que pagar indenização aos grevistas dispensados (35 famílias)

Fontes: **Jornais Novos Rumos e Terra Livre.**

GREVES: 1963

MUNICÍPIO	UF	CATEGORIA ENVOLVIDA	MOTIVAÇÃO/ REIVINDICAÇÃO
Bonsucesso	PR	“lavradores” trabalhadores do café	atraso dos salários (mais de 5 meses)
Barretos	SP	“trabalhadores da lavoura”	aumento salarial
Rio Bonito	RJ	“trabalhadores”	greve de protesto

Guaira	SP	"camponeses "trabalhadores do algodão"	contra a baixa na diária
Ourinhos	SP	"trabalhadores rurais" "colonos"	salário mínimo e demais direitos
Colina	SP	"assalariados" agrícolas	aumento salarial
Itanhaém	SP	"bananeiros"	Salário mínimo e demais direitos
Marília	SP	"tarefeiros" na carpa do café (14 famílias)	aumento salarial
Marília	SP	130 famílias	aumento salarial
Maringá	PR	s/i	greves em 21 fazendas por aumento salarial
Garça	SP	"colonos" (22 famílias)	aumento no preço do trato da cana
Nova Esperança	PR	"camponeses"	salário
s/i	s/i	"camponeses"	direitos: salário mínimo, repouso remunerado etc.
Jaboatão, São Lourenço, Pau d'alto, Glória de Goitá	PE	"camponeses"	aumento salarial, carteira profissional e outros
Marília	SP	"lavradores"	aumento de salários, sem desconto
s/i	PE	"camponeses"	aumento salarial e outros direitos
s/i	PB	"trabalhadores"	aumento salarial
Jaboatão	PE	"trabalhadores rurais"	pagamento do 139
Itanhaém	SP	"bananeiros"	conseguiram férias de 1962 em dobro, em dobro, na DRT

Fontes: **Jornais Novos Rumos e Terra Livre.**

7. A disputa pela representação dos trabalhadores rurais e a emergência do sindicalismo

A continuidade e acirramento dos conflitos no campo vieram acompanhados também pela intensificação da disputa pela representação dos trabalhadores rurais. Se durante os anos 50 essa disputa não era muito visível e configurava quase que uma divisão regional entre as forças políticas diversas, ela já ficou clara por ocasião do Congresso de Belo Horizonte, quando as Ligas Camponesas e a Ultab, aparecendo como porta-vozes das reivindicações que os conflitos carregavam, lutavam por impor às organizações de trabalhadores suas palavras de ordem. A partir desse evento, a bandeira das Ligas Camponesas impôs-se ao chamado movimento camponês. No entanto, é difícil afirmar que essas organizações detiveram realmente a hegemonia no campo nos anos 1962 e 1963.



A - A CRISE DAS LIGAS CAMPONESAS

A partir de 1961 é possível falar que as Ligas Camponesas, enquanto organização, entraram em crise interna. Fruto da reflexão sobre a experiência cubana, parte de sua direção, tendo à frente Clodomir Moraes, incorporou as teses da guerra de guerrilhas e da impossibilidade de transformações sociais e políticas pela via pacífica. Esse setor iria procurar instalar campos de treinamento, os chamados “dispositivos militares”, em alguns pontos do país: Goiás, Bahia, Paraná, Acre, e outros. Francisco Julião, por seu lado, contrário à tese das guerrilhas, tentou unificar novamente a direção, mas sem sucesso. A partir daí, isoladas politicamente e tendo que enfrentar novos adversários (a organização dos trabalhadores pela Igreja e a ação do estado), as Ligas só mantiveram sua força nos estados de Pernambuco e Paraíba, onde sua organização estava profundamente encravada nas lutas dos trabalhadores. No entanto, mesmo aí, encontraram uma concorrência acirrada com o PCB e a Igreja. Exemplo típico foi o da Paraíba, onde, após a morte de João Pedro Teixeira, que se deu justamente no momento em que a crise das Ligas começava a se explicitar, a Liga de Sapé, considerada a maior do Brasil, tornou-se objeto de disputa acirrada entre os julianistas, representados pela viúva de João Pedro, Elizabeth Teixeira, e as lideranças vinculadas ao PCB, como é o caso de Assis Lemos.

B - A IGREJA ENTRA EM CAMPO: NOVAS FORÇAS DISPUTAM AS ORGANIZAÇÕES

O crescimento das organizações de trabalhadores correspondeu também a um período em que a Igreja se tornava mais sensível para os problemas sociais, ao mesmo tempo em que se preocupava com o avanço das forças de esquerda, o “perigo comunista”, no campo.

A Igreja na sindicalização rural

Se durante toda a década de 50 é possível perceber em documentos eclesiais e em encontros episcopais uma crescente preocupação com a situação dos trabalhadores rurais e com as “estruturas sociais injustas”, é por volta de 1960 que a Igreja se voltou para um trabalho organizativo e mobilizador. Neste ano, o SAR (Serviço de Assistência Rural do Rio Grande do Norte) criou um setor de sindicalização rural que passou a mobilizar e treinar líderes sindicais e dar orientações sobre a formação de sindicatos. Embora não houvesse regulamentação legal para tanto, a Igreja também se juntou às forças que passaram a pressionar o Estado para obtê-la.

A partir daí, o SAR desencadeou uma intensa campanha de sindicalização, utilizando-se da rede de emissoras controladas pela Igreja e dos párcos locais. Convocavam os trabalhadores para reuniões, onde a equipe de sindicalização os esclarecia sobre os seus direitos através de uma cartilha especialmente elaborada para tal.³⁴

Do Rio Grande do Norte, a experiência estendeu-se para outros estados do Nordeste através dos serviços de assessoramento vinculados aos secretariados de ação social das dioceses. Em 1961 surgiram o Serviço de Orientação Rural de Pernambuco, a Equipe de Sindicalização Rural da Paraíba e a Equipe de Sindicalização da Secretaria de Planejamento da Arquidiocese de Teresina, no Piauí. No ano seguinte, foi criado o Serviço de Orientação Rural de Alagoas.

Mas o trabalho da Igreja não se resumiu a esses estados. Em 1961 foi criado o MEB (Movimento de Educação de Base), por decreto do governo federal. Através de escolas radiofônicas e orientado pela Confederação Nacional dos Bispos do Brasil, esse órgão passou a ser um impulsionador da sindicalização em diversos outros locais, especialmente em Sergipe, Maranhão e Bahia, onde sua atuação foi mais direta. Em alguns estados eram os Círculos Operários que estimulavam a sindicalização: São Paulo, Rio de Janeiro. Em outros ainda eram as Frentes Agrárias, como no Rio Grande do Sul. Em diversos locais se articulava a ação de organismos de Igreja distintos, como foi o caso da Paraíba, onde a sustentação da equipe de sindicalização era dada pelos Círculos Operários.

Nesse emaranhado de organismos, havia uma orientação comum, dada pela CNBB, que, era a de criação de um sindicalismo cristão, afastado das lutas de classe, mas defensor dos direitos dos trabalhadores e de uma reforma agrária, baseada na propriedade familiar, Tendo como objetivo central o combate ao comunismo, a CNBB defendia a extensão dessa sindicalização “a todos os centros rurais, sobretudo quando agitados por reivindicações justas, mas conduzidas por segundas intenções”.³⁵ Essa orientação todavia era mediatizada pelo tipo de concepção da Igreja local, que acabava por impor sua marca à organização emergente. Assim, é difícil falar em homogeneidade de linha de ação nessas entidades criadas a partir da ação eclesial.

O aparecimento da Ação Popular

Dentro dessa experiência surgiu ainda uma divergência mais profunda e de maior repercussão, que envolveu a Ação Católica Brasileira, através de seus segmentos JUC e JEC (Juventude Universitária Católica e Juventude Estudantil Católica). Enquanto organização de leigos, essas entidades tinham um certo grau de autonomia quanto à orientação da hierarquia da Igreja, o que lhes permitiu um engajamento nas lutas que se verificavam muitas vezes com orientação distinta, colocando-se ao lado dos que defendiam transformações radicais na estrutura social. Tiveram um peso muito grande na ação do MEB, do qual constituíam os

principais quadros.

Entrando em conflito com a hierarquia da Igreja, setores da Ação Católica criaram uma organização propriamente política, a Ação Popular, que já nasceu em âmbito quase que nacional. A prioridade que essa organização definiu para sua ação dizia respeito à organização de operários e camponeses, baseada nas “exigências concretas das massas”. E com essa perspectiva que ela se voltou para o trabalho de sindicalização rural, tendo por horizonte a construção de uma nova sociedade, de perfil socialista. Dentro dessa visão entrou na disputa da representação dos trabalhadores rurais, não só com setores considerados conservadores da Igreja (os vinculados à hierarquia católica), mas também com o PCB.

C - A CRIAÇÃO DA CONTAG

Com a regulamentação, em 1962, da sindicalização rural, instituiu-se uma verdadeira corrida entre as diferentes forças políticas que atuavam no campo em busca do reconhecimento de “seus” sindicatos. Como a legislação só permitia a existência de um sindicato em cada município, tratava-se de conseguir a carta sindical o mais rapidamente possível, quer através do pronto encaminhamento da documentação necessária ao Ministério do Trabalho, quer através de barganhas e pressões no interior da Comissão Nacional de Sindicalização Rural.

Em muitas áreas já existiam associações ou então sindicatos que funcionavam sem reconhecimento. Tratava-se de legalizar sua situação. Em outras, o sindicato era criado independentemente da existência de organizações anteriores ou da mobilização dos trabalhadores. Como o controle sobre um grande número de entidades também garantiria o controle sobre a federação a ser criada a nível estadual e como esse mecanismo se repetiria para a direção da confederação, em âmbito nacional, é fácil perceber o interesse das forças políticas em terem em suas mãos o maior número possível de sindicatos.

É sempre necessário ressaltar, todavia, que, na maior parte das vezes, os trabalhadores passavam ao largo dessa disputa, que se dava ao nível das direções, chegando mesmo a frequentar mais de uma organização.

Com a realização em julho de 1963, em Natal, da I Convenção Brasileira de Sindicatos Rurais, acelerou-se a competição. Nela, com representação majoritária nordestina e dos sindicatos vinculados à Igreja, discutiu-se a necessidade de fundação de uma confederação sindical. Três meses depois, as federações cristãs de Sergipe, Pernambuco e Rio Grande do Norte reuniram-se e encaminharam ao Ministério do Trabalho a documentação necessária.

No entanto, essa confederação não foi reconhecida. Considerando que havia muitos processos de federações aguardando reconhecimento (eram 19), o

Consir impôs nova fundação, convocando-a para o final do ano. Nesse momento, já havia 26 federações com direito a voto. Delas, dez seguiam a orientação do PCB, oito da Ação Popular, seis eram vinculadas aos grupos cristãos do Nordeste e duas colocavam-se numa posição de “independentes”.³⁶ Claramente a correlação de forças no interior da disputa pelo controle do poder sindical havia se alterado.

Apesar da diversidade presente, conseguiu-se chegar a um acordo, para uma chapa única, onde o PCB tinha dois cargos-chaves: o presidente (Lindolfo Silva) e o tesoureiro (Nestor Veras) e a AP, o secretário (Sebastião Lourenço de Lima).

Reconhecida em janeiro de 1964, a Contag assumiu dois compromissos básicos: a luta pelo reforço e ampliação dos sindicatos, bem como da unidade do movimento e a encampação das resoluções do Congresso de Belo Horizonte.

Dois meses depois sobreveio o golpe militar e alteraram-se os rumos das lutas trabalhadoras e do sindicalismo rural.

D - UM BALANÇO

A riqueza do período que se encerra com o golpe militar foi enorme. E nele que se desenvolveram as primeiras experiências mais abrangentes de organização dos trabalhadores do campo e em que, através de um complexo processo político, suas reivindicações imediatas se articularam com demandas amplas que colocavam em questão determinadas formas de exercício do poder, das quais o latifúndio era o maior símbolo. Evidentemente, isso foi produto de uma conjuntura muito particular, ligada ao desenvolvimentismo, ao populismo, ao crescimento do movimento operário e cuja multiplicidade de dimensões não podemos desenvolver aqui.

Neste momento, antes de prosseguirmos para verificar o que se passou com as lutas dos trabalhadores rurais após 1964, queremos apenas salientar alguns pontos, que chamam a atenção num balanço final do período.

O primeiro aspecto a ser ressaltado é a enorme diversidade dos trabalhadores que se mobilizavam, colocando a nu uma pluralidade de inserções no processo de produção e de condições de vida. Essa diversidade revela também uma grande amplitude geográfica, mostrando que, se os conflitos que eclodiram nos anos 50/60 tornaram-se mais intensos e ganharam maior visibilidade em determinadas áreas, como é o caso do Nordeste, nem por isso podem ser vistos como um problema exclusivamente regional. Eles desvendaram questões estruturais não só de caráter econômico, mas também político, que foram sintetizadas pela figura do latifúndio. Mais do que uma grande propriedade, tecnicamente atrasada, pouco produtiva, ela passou a simbolizar uma determinada forma de exercício do poder.

A constituição dos trabalhadores rurais como atores políticos implicou na presença, no campo, de diversas forças que buscavam representá-los e articulá-los

a um projeto de sociedade que ultrapassava seus interesses mais imediatos.

No entanto, apesar de, ao nível das propostas políticas mais gerais, haver grandes divergências, é possível se pensar que a nível das lutas mais imediatas havia uma certa dose de convergência e muitos consensos. Assim, a necessidade de se lutar por uma legislação trabalhista, pelo direito de livre organização, por alterações na estrutura agrária era encarecida pelas diversas forças presentes.

Mesmo no que se refere à forma de organização, se Julião freqüentemente alertava para o fato de que “Goulart . . . compreendeu que só havia uma maneira de frear o impulso do homem do campo: sindicalizá-lo para submetê-lo ao controle do próprio governo”, nem por isso deixou de recomendar a sindicalização.³⁷ No célebre documento Bença-mãe, datado de 1962, insistia que onde houvesse uma Liga se criasse um sindicato e onde houvesse um sindicato se criasse uma Liga. Colocava-se, então, a questão muito mais de disputar uma dada orientação política do que de negar um instrumento de organização que, de resto, se generalizava, com o apoio do Estado.

Um outro exemplo significativo é o da greve geral de Pernambuco, onde participaram Ligas, sindicatos “dos padres” e comunistas, numa aliança conjuntural.

Na história brasileira, as Ligas Camponesas firmaram uma imagem de radicalidade e de ação fora dos limites institucionais. No entanto, grande parte de sua trajetória foi marcada pela defesa dos trabalhadores na justiça, usando o instrumental legal existente. Isso não as impedia de romper com uma determinada ordem, quando levavam os tradicionais senhores aos tribunais ou transformavam as praças em locais de suas manifestações. E somente no seu período final que as Ligas partiram para ações do tipo ocupações de terra, em Pernambuco e na Paraíba.

Ao mesmo tempo, ações armadas e ocupações de terra ocorreram também em conflitos onde a direção era do PCB. Os casos que expusemos anteriormente, de Formoso e das lutas na Baixada da Guanabara, são bastante ilustrativos. Talvez o caso do Imbé seja ainda mais significativo, visto que ele foi apontado pela imprensa comunista como um exemplo a ser seguido no campo.

Mesmo as entidades vinculadas à Igreja não puderam deixar de acompanhar palavras de ordem que permeavam os conflitos e tiveram que se envolver na defesa dos direitos, tal como compreendidos na época e, embora sem orientar ações do tipo ocupações, engajaram-se na luta pela reforma agrária.

Finalmente, as questões estratégicas eram debatidas fundamentalmente a nível das direções. Os conflitos eram movidos por reivindicações de caráter mais imediato: a conquista de uma determinada terra, do direito a nela permanecer, de direito a férias, a salário mínimo, a se livrar do jugo dos proprietários expresso, por

exemplo, no cambão. E nesse plano que muitas vezes as lutas se radicalizavam e ultrapassavam uma orientação inicialmente dada, pois era aí que se davam os confrontos diretos, a violência.

Outro aspecto a ser ressaltado e que indica como muitas vezes os conflitos conseguiram maior projeção e, em alguns casos, certos ganhos, foi a sua capacidade de fazer alianças e garantir apoios com outros grupos sociais, partidos etc., quer a nível local, estadual e federal. Nesses casos, configuraram-se determinadas conjunturas em que os governos tiveram que mediar as lutas e tentar soluções. Foi o caso de diversas desapropriações de terra, titulações em favor de posseiros e vitórias grevistas.

Se nesse processo foi possível conseguir inclusive a aprovação, pelo Congresso Nacional, do Estatuto do Trabalhador Rural, o que se evidenciou foi, por outro lado, o fracasso das tentativas de construção de canais institucionais para o encaminhamento da questão da propriedade fundiária. Embora fosse grande a mobilização dos trabalhadores rurais e tivesse se constituído um consenso nacional sobre a necessidade de superar o suposto atraso da agricultura, a força da propriedade territorial se impôs, impedindo qualquer alteração que ameaçasse o direito pleno de propriedade.

Notas

- 1 Para um melhor conhecimento do período, ver: DRAIBE, Sonia M. **Rumos e Metamorfoses. Estado e Industrialização no Brasil: 1930/1964**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985; WEFFORT, Francisco C.. **O Populismo na Política Brasileira. Rio de Janeiro**, Paz e Terra, 1980 (2º ed.); IANNI, Otavio. **O Colapso do Populismo no Brasil**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975 (3º ed.)
- 2 Cf. LOUREIRO, Walderez Nuñez. O Aspecto Educativo da Prática Política. **A Luta do Arrendo em Orizona - GO. Rio de Janeiro**, IESAE/FGV, 1972, mimeo. Tese de Mestrado.
- 3 Cf. Jornal **Voz Operária**, diversos números do ano de 1950.
4. A única referência que temos é sobre um Congresso de Colonos Assalariados Agrícolas, realizado em 1930 em Ribeirão Preto (SP) e reprimido pela polícia. No documento desse Congresso, há referência ao “Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas e Colonos”. Cf. CARONE, Edgard. **O PCB. 1922 a 1943**, São Paulo. DIFEL, 1982, vol. I.
5. A respeito cf. MARTINS, José de Souza. **Os Camponeses e a Política no Brasil**. Petrópolis, Vozes, 1981, especialmente parte I.
- 6 “Resoluções Aprovadas na III Conferência Nacional do PCB em 15/7/1946”. Cf. CARONE, Edgard. **O PCB. 1943 a 1964**, São Paulo, DIFEL, 1982, vol. II, p. 69/70.
7. Cf. CARONE, Edgard. **O PCB . . . , op. cit.**, vol. II, p. 109/110.
- 8 Cf. LOUREIRO, Walderez Nunes. **O Aspecto Educativo da Prática Política. A Luta do Arrendo em Orizona, GO**. Rio de Janeiro, IESAE/FGV, 1982, dissertação de mestrado. Especialmente cap. 3, “A Luta do Arrendo”.
- 9 Cf. “Carta dos Direitos das Reivindicações dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas”. **Terra Livre** nº 44, 1954.
- 10 A colônia de Ceres, em Goiás, bem como a de Dourados, em Mato Grosso do Sul foram criadas por Getúlio Vargas, durante o Estado Novo.
- 11 Cf. **Novos Rumos**, 1961. Este jornal publicou uma série de matérias sobre o conflito. Ver, também, CARNEIRO, Maria Esperança. **A Revolta Camponesa de Formoso e Trombas**. Universidade Federal de Goiás, 1981. Tese de mestrado, mimeo.
- 12 GOMES, Iria Zanoni. **1957. A Revolta dos Possesiros**. Curitiba, Ed. Criar, 1987, 2º ed. p. 55/56.
- 13 GOMES. Iria Zanoni. **op. cit.**, p. 71.

14 GOMES, Iria Zanoni. op. cit., p. 98/99.

15 PUREZA, José. **Memória Camponesa**. Rio de Janeiro, Marco Zero, 1962, p.27.

16 Cf. CHA IA, Vera Lucia M. **Os Conflitos de arrendatários em Santa Fé do Sul**. (1959-1969). São Paulo, F F E LCH / USP, 1980, dissertação de mestrado.

17 Em 1956, uma resolução do TST corroborou uma resolução do TRT de São Paulo reconhecendo a colonos e demais assalariados agrícolas o direito a férias remuneradas. Em 1957, o TRT da 2ª região de São Paulo garantiu aos colonos e assalariados o direito a salário mínimo. Nesse momento é que parece se desenvolver um esforço de transformação, por parte dos proprietários, dos contratos de colono em contratos de “empreitada”, de forma a livrar os patrões de eventuais cobranças de direitos na justiça.

18 Sobre a morada e o foro ver SIGAUD, Lygia. **Os Clandestinos e os Direitos**. São Paulo, Duas Cidades, 1979 e PALMEIRA, Moacir. “Casa e trabalho: notas sobre as relações sociais na plantation tradicional”. In **Contraponto**, ano II, nº 2, nov. 1977.

19 O comitê era constituído por Francisco Julião, deputados Inácio Valadares Filho e José Dias da Vila (UDN), Clodomir Moraes e Paulo Viana de Queiros (PTB), vereador José Guimarães Sobrinho (PST); prefeito de Jaboatão, Cunha Primo e advogado Djacir Magalhães (PCB). Cf. AZEVEDO, Fernando. **As Ligas Camponesas**. Rio, Paz e Terra, 1982.

20 Cf. AZEVEDO, Fernando. **As Ligas...** op. cit., p. 67. Ver também BASTOS, Elide R. **As Ligas Camponesas**. Petrópolis, Vozes, 1984.

21 Cf. **Terra Livre**, nº 88, fev. 1960, p. 3.

22 AZEVEDO, Fernando. **As Ligas. . . , op. cit.**, p. 76.

23 Ver: “Declaração sobre a Política do Partido Comunista Brasileiro” in **PCB: Vinte Anos de Política**. 1968-1979 (documentos). São Paulo, Ciências Humanas, 1980.

24 Segundo José Arlindo Soares, “o Partido Comunista e as demais forças de esquerda, trabalhistas e socialistas — envolvidos diretamente na campanha presidencial do General Lott — temiam incompatibilizar-se com o candidato e setores conservadores de seu eleitorado e, por esta razão, preferiam colocar em segundo plano o movimento de apoio e solidariedade à nova república socialista ou, pelo menos, postergá-lo para após o período eleitoral”. Cf. SOARES, J.A. **Frente do Recife e o Governo de Arraes. Nacionalismo em Crise — 1965/1964**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982, p. 116.

26 Declaração de Belo Horizonte. In: JULIÃO, F. **Que São as Ligas...** op. cit.

27 Ver CAMARGO, Aspásia A. "A Questão Agrária: Crise de Poder e Reformas de Base (1930-1964)". In: Bons Fausto (org.) **História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Republicano**, v.3, t.III, São Paulo, Difusão **Europeia** do Livro, 1981.

28 NOVAES, Regina **C. De Corpo e Alma. Catolicismo, Classes Sociais e Conflitos no Campo**. São Paulo, FFLCH/USP, 1987, mimeo, tese de doutorado.

29 MEDEIROS, Leonilde 5. de. A Questão da Reforma Agrária no Brasil. 1955-1964, São Paulo, FFLCH/USP, 1982, mimeo. Tese de mestrado.

30 Cf. ECKERT, Córdula. Movimento dos Agricultores Sem Terra. 1960-1964, Itaguaí, CPDA/UFRRJ, 1984. Tese de mestrado.

31 Há toda uma polemica em torno desse conflito, considerado por alguns órgãos da imprensa da época como um ato provocativo. Mariano Besser estaria a serviço do governo americano. Do ponto de vista que nos interessa aqui, no entanto, esse fato se torna secundário. O que queremos ressaltar é a forte resistência às ameaças de despejo.

32 Sobre os conflitos no Rio de Janeiro, cf. PUREZA, José. **Memória** Camponesa, op. cit.; GRYNZPAN, Mano. "O Campesinato Fluminense. Mobilização e Controle Político (1950-1964)". Revista **do Rio de Janeiro**, nº 2. abril de 1986. MEDEIROS, Leonilde et. alli. **Lutas Sociais no Campo no Rio de Janeiro**. Rio, CPDA/UFRRJ. 1983. mimeo. Relatório de Pesquisa. ARAÚJO, Frederico G.B, **Lutas pela Terra na Baixada da Guanabara**. 1950-1964. Rio de Janeiro, COPPE/UFRJ, 1982. Dissertação de mestrado.

33 Cf. AVED, Bernardeth. A **Vitória dos Vencidos. Partido Comunista Brasileiro e Ligas Camponesas**. 1955-1964. Florianópolis, ed. da UFSC, 1986.

34 Sobre o trabalho do SAR cf. CRUZ, Dalcy da Silva. A Redenção Necessária (Igreja Católica e Sindicalismo **Rural — 1960-1964**). Campina Grande, UFPB, 1982, mimeo. Tese de mestrado. Cf. também CALAZANS, Maria Julieta C. Os Trabalhadores Rurais e a Sindicalização — **uma Prática**. Rio de Janeiro, 1983, mimeo.

35 Sobre os pronunciamentos da Igreja nesse período, cf. CARVALHO, Abdias Vilar, 'A Igreja Católica e a Questão Agrária', in PAIVA, Vanilda (ed.) Igreja e Questão Agrária. São Paulo, Loyola, 1985.

36 O número de federações superior ao número de estados justifica-se pelo fato de, em alguns estados, existir mais de uma federação. Isso acontecia porque a legislação permitia sindicatos de assalariados e de produtores autônomos.

37 Cf. JULIÃO, Francisco. **Cambão, la otra cara de Brasil**. México, Siglo Veinteuno ed., 1968, p. 180.

III - Atomização das lutas



Após o golpe de 31 de março de 1964, as lutas no campo e na cidade entraram em refluxo, frente à repressão que passaram a enfrentar. No entanto, sob a tutela militar, iniciou-se uma série de reformas, de caráter modernizador da economia e da sociedade, algumas delas demandadas no pré-64. Foi o caso da reforma bancária, universitária, administrativa e até mesmo da reforma agrária, que ganhou corpo legal através do Estatuto da Terra. A um curto período em que o discurso liberal e reformista permaneceu, e em que não foram alteradas as regras institucionais, seguiu-se outro, de fechamento, que teve início no final de 1965 e ganhou maior fôlego com o Ato Institucional nº 5, em 1968. Foi a partir daí, sem nenhum espaço para manifestação das diversas forças sociais, que se passou a definir a política econômica que daria origem ao chamado “milagre brasileiro”. Marcado pela concessão de subsídios e incentivos fiscais, processou-se um rápido crescimento econômico, fundado na concentração de capitais e de renda, tanto a nível pessoal como regional. Ampliou-se a produção de bens de capital, modernizou-se o parque industrial, estimulou-se a modernização agrícola e a ocupação das fronteiras pelos grandes empreendimentos incentivados. O discurso em torno da reforma agrária, que marcou ainda o primeiro governo militar, foi substituído pelo da colonização, da ocupação dos espaços vazios, da transformação tecnológica da agricultura tradicional. Juntamente com essas medidas, implementava-se uma grande propaganda em torno de projetos especiais tais como o Programa de Integração Nacional (PIN), o Programa de Redistribuição de Terras e Estímulos à Agroindústria do Norte e do Nordeste (Proterra), o Funrural e grandes empreendimentos dos quais o mais desastroso exemplo foi a construção da Transamazônica.

Do ponto de vista dos trabalhadores urbanos, o novo modelo significou arrocho salarial. No campo, um intenso êxodo rural, multiplicação dos despejos, aumento do trabalho temporário em proporções assustadoras. As manifestações de protesto, greves, eram impedidas. A imprensa censurada. As organizações clandestinas de esquerda, que ainda buscavam alguns canais de resistência, foram duramente reprimidas. Foi o período das torturas, dos “desaparecimentos”, da brutal repressão à guerrilha do Araguaia.

No entanto, já em meados dos anos 70, apareceram os primeiros indicadores de exaustão. Do ponto de vista econômico, esboçaram-se os sinais iniciais da crise, evidenciada com o choque do petróleo. Do ponto de vista político, já em 1974, o MDB, único partido de oposição permitido, conseguiu uma grande vitória eleitoral, capitalizando um voto de recusa ao governo. No ano seguinte, a morte no Doi-Codi do jornalista Vladimir Herzog provocou o primeiro grande ato público de protesto, desde 1968. Ao mesmo tempo, começou a se esboçar uma oposição empresarial de perfil antiestatizante. A maré oposicionista crescia, culminando, em 1978, com as grandes greves do ABC em São Paulo. A luta pela reposição salarial, as mobilizações pela anistia, as crescentes denúncias sobre conflitos no campo criavam um novo clima.

Aos poucos se iniciou uma “abertura”, ou “distensão”. Com ela e por ela e ampliando-a, as classes populares conquistavam espaço no cenário político. Inclusive os trabalhadores rurais que, nos anos mais negros da ditadura, resistiram e conseguiram articular formas próprias de organização. Embora débeis, elas se mostraram capazes de manter as bandeiras de luta dos anos 60. A demanda por reforma agrária continuava na ordem do dia.¹

1. Duas faces do primeiro governo militar: repressão sobre as lutas dos trabalhadores e aprovação do Estatuto da Terra

O período que se sucedeu ao golpe militar de 1964 foi marcado por uma intensa repressão às organizações de trabalhadores. Sedes de Ligas e de sindicatos foram fechadas e vasculhadas; as lideranças perseguidas; muitos foram presos, muitos outros assassinados; outros ainda conseguiram escapar ao cerco e se exilar ou no exterior, como foi o caso do presidente da Contag, Lindolfo Silva, ou no próprio país, abrindo mão até mesmo de sua identidade, como ocorreu com Elizabeth Teixeira, líder das Ligas Camponesas na Paraíba.

Nas áreas de conflito mais intenso foram realizadas verdadeiras ocupações militares. Muitos trabalhadores também foram presos. Os despejos voltaram a se suceder, agora sem enfrentar nenhum tipo de resistência. Desapropriações já feitas foram revistas e muitas áreas foram devolvidas aos antigos donos.

Um dos primeiros atos do novo governo foi anular o decreto que precipitara o golpe militar, referente à possibilidade de desapropriação das terras às margens das rodovias. Mas, ao mesmo tempo em que o fazia, instituiu um grupo de trabalho com a finalidade de elaborar uma proposta de reforma agrária. O tema era

agora passível de ser tratado, com base em um compromisso social diferente, revestido de um caráter essencialmente técnico. Com isso, os novos governantes indicavam que reconheciam a necessidade de modernizar a estrutura agrária e de evitar conflitos no campo, ao mesmo tempo em que se propunham a aumentar a produtividade agrícola e criar uma classe média rural, de perfil empresarial.

Em novembro de 1964 foi finalmente aprovado pelo Congresso Nacional o projeto de Estatuto da Terra, acompanhado de uma mensagem presidencial (Mensagem 33) e de uma emenda constitucional que viabilizava aquela que fora uma das principais demandas dos trabalhadores no início dos anos 60: o pagamento das terras desapropriadas com títulos da dívida agrária.

Esse documento, que em anos mais recentes gerou múltiplas interpretações e apaixonados debates, foi definido pela mensagem que o acompanhou como sendo mais do que uma lei de reforma agrária, uma Lei de Desenvolvimento Rural. Como tal, compunha-se de duas partes bastante distintas, uma referente à reforma, outra ao desenvolvimento. Coerente com essa divisão, tipificava-se os imóveis rurais existentes em minifúndios, latifúndios por exploração, latifúndios por dimensão e empresas rurais. O objetivo da reforma agrária seria a gradual extinção de minifúndios e latifúndios, fontes de conflitos. A empresa, definida como empreendimento caracterizado pela exploração “econômica e racional”, dentro das condições da região em que se situasse e pela utilização de uma área mínima segundo padrões a serem estabelecidos em lei, tornava-se o modelo ideal de propriedade fundiária. Ela seria capaz de cumprir a função social que a Constituição impunha à propriedade, mantendo níveis de produtividade capazes de permitir o adequado desenvolvimento industrial e observando “justas” relações de trabalho. O caminho para que o latifúndio se convertesse em empresa seria a desapropriação (em casos de tensão social), a tributação progressiva, e medidas de apoio técnico e econômico à produção.²

Um dos componentes do projeto modernizante do governo militar, mas também explicitando constantemente sua preocupação com as tensões sociais, o Estatuto da Terra acabou por impor aos trabalhadores rurais um determinado campo de luta pela reforma agrária. O questionamento de seus fundamentos só apareceria com vigor quase vinte anos depois, em uma conjuntura bastante distinta. No momento de sua aprovação representou uma esperança e um patamar possível para reivindicações.

Ao mesmo tempo em que se criava esse documento, extinguiu-se a Supra e criavam-se dois novos órgãos: o Ibra (Instituto Brasileiro de Reforma Agrária), diretamente subordinado à Presidência da República, e o Inda (Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário), ligado ao Ministério da Agricultura. Com isso, compunha-se o aparato institucional necessário à promoção de transformações no campo.

2. Os caminhos da organização sindical

Se os movimentos foram duramente reprimidos, isso não significou que o sindicato, enquanto instituição, tenha desaparecido. Vários deles foram fechados e tiveram sua carta de reconhecimento cassada; outros sofreram intervenção; alguns chegaram a manter suas diretorias.

Para o regime que se constituía, marcado por uma proposta modernizadora da economia e da sociedade, não se tratava de eliminar o sindicalismo rural, mas sim de lhe dar uma outra direção, mais condizente com os novos tempos.

Sindicatos e federações

No processo de reconstituição do sindicalismo que então se verificou em diversas regiões, as entidades vinculadas à Igreja parecem ter tido um papel importante. Foram elas que indicaram muitos interventores e juntas governativas e que tentaram reorganizar os sindicatos. Isso não significou, no entanto, que a tarefa tenha sido simples, e, muitas vezes, também sobre os sindicalistas “cristãos” se abateu a repressão.

No caso de Pernambuco, por exemplo, o relato do Padre Crespo, principal articulador desse sindicalismo, é bastante expressivo: “Inicialmente livres da influência comunista, começamos a reorganizar os sindicatos rurais, sobretudo na Zona da Mata. No agreste e no sertão, os sindicatos quase desapareceram. Foi uma grande luta para demonstrarmos às autoridades o caráter democrático e cristão do movimento rural e de muitos líderes que foram sacrificados . . . as intervenções foram abusivas e indiscriminadas em todos os sindicatos rurais da zona canavieira e o pior de tudo é que os elementos colocados à frente dos sindicatos foram elementos, em sua maioria, desvinculados da classe, sem preparação, pelegos contumazes, aproveitadores que foram cedendo aos padrões todos os direitos, todas as conquistas dos trabalhadores. Esfacelaram o movimento sindical. Separaram o sindicato da federação. Divididos, perderam toda sua força e portanto foram perdendo um a um seus direitos. Chegou-se ao ponto de os próprios trabalhadores não confiarem mais, nem sequer procurarem seus sindicatos . . .”³

Mesmo assim, algumas greves ocorreram entre 1964 e 1968, na região do Cabo, e, em fins de 1968, um pouco antes da decretação do AI-5, verificou-se uma greve geral em todos os engenhos e usinas do município, reivindicando pagamento de salários atrasados, aplicação do Estatuto da Terra e principalmente a extensão da previdência social ao trabalhador rural. Esse fato indica que, apesar da repressão de 1964, pelo menos alguns sindicatos ainda se constituíam em canal de expressão de lutas. Não por acaso, nesse estado, uma nova onda de repressão se fez sentir, através de intervenções e ameaças de averiguações por parte do Ministério do Trabalho, com o intuito de investigar denúncias de corrupção e

subversão nos sindicatos. O clima de medo voltou a instalar-se.⁴

No caso do Rio de Janeiro, onde os interventores da federação saíram dos Círculos Operários, ocorreu processo semelhante. Reuniões promovidas pela própria federação para organizar ou reorganizar sindicatos eram proibidas ou dependiam de autorização do DOPS; os trabalhadores, assustados com a repressão, recusavam-se a participar. O controle era especialmente intenso em áreas onde conflitos persistiam, como na fazenda Campos Novos, no município de Cabo Frio.

Há indícios de que fenômenos desse tipo ocorreram em diversos outros pontos do país. O pouco que se sabe leva a supor que, na maior parte dos casos onde os sindicatos se reestruturaram, a sua ação passou a se pautar pela tentativa de garantir alguns dos direitos que haviam sido conquistados no período anterior ao golpe. Onde a memória da luta era mais forte, onde o sindicato de alguma forma ainda tinha algum comprometimento com as demandas dos trabalhadores, verificaram-se ações na justiça contra os patrões, demandando principalmente salários atrasados.

Onde havia conflito de terra, quando o sindicato agia, era no sentido de tentar garantir a manutenção dos trabalhadores na área, quer impetrando medidas legais cabíveis (ações de manutenção ou reintegração de posse, por exemplo), quer demandando a desapropriação, nos termos do Estatuto da Terra.

A demanda por previdência social para o campo também parecia e foi, por exemplo, um dos temas centrais de um congresso estadual de trabalhadores rurais promovido pela FAG (Frente Agrária Gaúcha), em 1965, no Rio Grande do Sul.⁵

Essas práticas, no entanto, eram extremamente pulverizadas, localizadas e estavam longe de constituir um padrão de ação sindical. A maior parte dos sindicatos existentes no país na segunda metade dos anos 60 não se constituía em um referencial para as demandas dos trabalhadores.

Nesse quadro diversificado, surgiram inclusive experiências sindicais distintas que, embora tenham sido rapidamente eliminadas pela repressão, são indicadoras das insatisfações existentes no meio rural. O exemplo ilustrativo é o do Maranhão. Nesse estado, apesar da desagregação dos sindicatos após o golpe militar, a Igreja, através do MEB, prosseguiu com o trabalho de educação sindical e, ao mesmo tempo em que formava novas lideranças, buscava recuperar trabalhadores com experiência de organização. Isso se deu especialmente no vale do rio Pindaré, durante a campanha para as eleições para o governo do estado, em 1965, quando apoiaram a campanha de José Sarney, candidato que percorria o interior prometendo a reabertura e o livre funcionamento das entidades representativas dos trabalhadores.

Apesar da vitória de Sarney, as tentativas de reabrir os sindicatos foram desencorajadas. Em 1966, em Pindaré, surgiu então, sob a liderança de Manoel da Conceição, um sindicato independente de reconhecimento oficial, conhecido localmente como “sindicato clandestino”, e que passou a atuar contra as invasões de gado nas roças dos lavradores, a ocupação ilegal de terras por grileiros e a ação dos comerciantes de arroz. Além de matar o gado que invadia as roças, e derrubar cercas de grileiros, por orientação do sindicato, os trabalhadores desenvolveram roças e paióis coletivos. Uma violenta repressão desencadeou-se então sobre a região, pondo fim à experiência e levando os trabalhadores a procurarem outras áreas para se fixar.⁶

Contag

O processo que atingiu sindicatos e federações também atingiu a Contag, criada pouco antes do golpe. Nesta entidade, a intervenção foi imediata e feita através de membros dos Círculos Operários. Para sua presidência foi nomeado José Rotta, que dirigia, já antes de 1964, a federação de linha cristã de São Paulo.

No ano de 1965 já havia seis federações reorganizadas (São Paulo, Rio Grande do Sul, Bahia, Sergipe, Pernambuco e Paraíba) e foi formalmente suspensa a intervenção sobre a Contag. Convocadas às eleições, os interventores foram legitimados pelo voto em seus cargos.⁷

Logo depois, sob patrocínio do recém-criado INDA (Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário), foi convocado um congresso de trabalhadores rurais, realizado em 1966 e do qual participaram 250 representantes de 14 estados.

Sua tônica foi o estudo e o esclarecimento do Estatuto do Trabalhador Rural e do Estatuto da Terra, sugerindo regulamentação ou alteração de alguns itens. Apareciam também reivindicações em torno da aplicação dos benefícios da Previdência Social aos trabalhadores rurais, direito à greve, estabilidade e participação em órgãos tais como Justiça do Trabalho, Conselho Técnico do Ibra etc. A reforma agrária era mencionada, timidamente, através da solicitação de que o Ibra (Instituto Brasileiro de Reforma Agrária) procurasse tornar a lei uma realidade concreta, quer pela caracterização do maior número possível de áreas prioritárias, com a conseqüente desapropriação, quer pela imediata adjudicação das terras desapropriadas aos trabalhadores. Reconhecendo a realidade dos despejos, apelavam ainda para que fosse dada prioridade à desapropriação de algumas áreas.⁸

Embora a resistência organizada tivesse desaparecido, as conclusões desse congresso sugerem que as demandas do período anterior ainda estavam vivas e, de alguma forma, permeavam a nova organização que era imposta aos trabalhadores.

3. Os caminhos para uma direção sindical nacional e unificação de linhas de ação

Os anos que se seguiram ao golpe viram, como desdobramento da política agrícola e agrária dos diversos governos militares, a continuidade e mesmo a intensificação das lutas no campo, na medida em que as condições que as alimentavam não só persistiram como se agudizaram. No entanto, elas se davam de forma isolada, localizadas, sujeitas à repressão não só policial como também dos proprietários de terra e grileiros.

Foi nesses tempos sombrios que o sindicalismo rural se reestruturou, a partir de sua confederação, que tentava levar, nem sempre com sucesso, os sindicatos a se colocarem na condução da multiplicidade de conflitos que emergiam. Procurando se constituir em porta-voz das bandeiras históricas de luta dos trabalhadores rurais, ela se transformou numa referência obrigatória para o entendimento dos rumos de muitas das lutas no campo.

A - OS PRINCÍPIOS DA AÇÃO: A LUTA POR DIREITOS

Em 1967 foram convocadas eleições para a direção da Contag e apresentou-se uma chapa de oposição à diretoria de José Rotta. Liderada por José Francisco da Silva, proveniente da Zona da Mata pernambucana, a nova chapa incorporou o tesoureiro da gestão anterior, ligado aos Círculos Operários do Rio de Janeiro e contou com o apoio do Rio Grande do Sul, onde dominava a FAG. Vencedor por apenas um voto, esse grupo vai tentar reorganizar o sindicalismo no país, com base nas bandeiras enraizadas nas lutas dos trabalhadores: defesa dos “direitos”, demanda por reforma agrária e previdência social.⁹

Um desafio se colocava então: construir determinados parâmetros de ação sindical, em defesa das reivindicações dos trabalhadores, a partir de sindicatos em sua maioria controlados por intervenções, ou dirigidos por elementos muitas vezes distantes de suas bases e de suas demandas.

À conjugação desse quadro interno ao qual se associava a desmobilização dos trabalhadores e um clima generalizado de medo, com uma conjuntura mais ampla marcada pela repressão, fez com que a luta pelos “direitos”, dentro dos parâmetros legais, se constituísse na diretriz básica da ação da Contag.

Duas questões se colocavam para esse sindicalismo emergente: a divulgação dos direitos, de forma mais ampla possível, de maneira a torná-los conhecidos pelos trabalhadores e dirigentes sindicais e a organização para sua

conquista. Tratava-se, pois, de tornar a lei, em suas diversas formas, em campo de disputa e, assim, ampliar os espaços de organização.

À edição do boletim *O Trabalhador Rural*, iniciada em 1969, foi o instrumento de divulgação dos direitos e de tentativa de formação de um pensamento homogêneo quanto à necessidade e as formas de lutar por eles. No entanto, a concretização dessa luta, como veremos adiante, foi sujeita a muitas vicissitudes.

O ponto de partida da concepção que passa a reger a prática da Contag era o de que os direitos existiam mas não eram respeitados. O referencial legal era o Estatuto do Trabalhador Rural, regulador das relações entre capital e trabalho, e o Estatuto da Terra, que disciplinava quer as relações entre parceiros, arrendatários e proprietários de terra, quer as condições que tornavam possíveis as desapropriações para fins de reforma agrária.



Fonte: O Trabalhador Rural, ano 3, n.º 1, julho 1971

Capas do boletim O Trabalhador Rural, editado pela CONTAG. A reforma agrária é um tema permanente.



Fonte: O Trabalhador Rural, ano 4, n.º 2, setembro, 1972

Do ponto de vista do Estatuto do Trabalhador Rural, a orientação era no sentido de cobrar as transgressões na justiça, encaminhando cada caso que representasse uma violação dos regulamentos existentes para a relação capital/trabalho. Acionava-se, pois, o patrão. Do ponto de vista do Estatuto da Terra, pelo menos no que diz respeito à reforma agrária, a cobrança do seu cumprimento era feita predominantemente às “autoridades” em especial ao presidente da República. No entanto, na medida em que esse documento tratava das condições do acesso a terra pelo trabalhador e que, portanto, tocava em instituições extremamente sólidas, nota-se nos ofícios e relatórios dirigidos às “autoridades” uma necessidade de legitimar os próprios princípios legais. Um exemplo interessante é o memorial enviado em 1970 ao presidente Médici: mais da metade do texto se constituiu numa retomada não só do aparato legal existente que permitiria a realização da reforma agrária, mas também de resoluções da FAO, pronunciamentos do Papa, citações de trechos de discursos do próprio presidente da República, de ministros, de documentos do Ibra, dos compromissos internacionais assumidos pelo Brasil em Punta dei Este, na Conferência Mundial de Reforma Agrária em 1966 e da ONU. Assim legitimado, reivindicava a reforma agrária, “questão de justiça social para responder a um povo faminto e desesperançado para fixá-lo na terra, matar-lhe a fome e livrá-lo dos laços de exploração e de injustiça ... Que o processo de reforma agrária seja desencadeado em primeira instância pelas suas conseqüências sociais de redistribuição de renda, através da melhor distribuição da terra, criando milhões de empregos, abrindo as fronteiras do mercado interno à metade da população nacional marginalizada da economia de mercado e que a curto e médio prazos nunca encontraria colocação nos setores secundário e terciário. . .”¹⁰

Além dessa cobrança da reforma agrária enquanto principio geral, cada caso de despejo, de ameaça aos trabalhadores era motivo de reivindicação de desapropriação das terras em questão, sempre invocando os termos do Estatuto da Terra.

Dessa forma, ia se constituindo um padrão de ação onde o recurso à justiça era dominante. Para tanto, as federações e os sindicatos mais envolvidos com a defesa dos trabalhadores acabaram por montar assessorias jurídicas, peças-chave no encaminhamento dos conflitos. É o caso de Pernambuco e Rio de Janeiro, por exemplo.

Nos locais onde havia maior comprometimento dos sindicatos, as ações na justiça tornavam-se instrumento de seu próprio fortalecimento, atraindo os trabalhadores que estavam em conflito com os proprietários de terra. Onde tal não ocorria, a possibilidade de resistência dos trabalhadores era muito mais reduzida.

Além disso, como já apontamos anteriormente, deve ser lembrado que uma atuação mais combativa do sindicato imediatamente se traduzia em uma possibilidade de intervenção, prisões, e mesmo repressão policial aberta. E dentro desse quadro que se gera um determinado tipo de dirigente sindical, caracterizado pela ação prudente, que não desafiava o Estado. Seu princípio era: “E preferível fazer pouco do que não fazer nada.”¹¹

B — A DIVERSIDADE NO INTERIOR DO SINDICALISMO E AS DIFICULDADES DE UNIFICAÇÃO DAS LUTAS

O esforço da cúpula do sindicalismo rural em unificar linhas de ação e de tentar transformar o sindicato em representante efetivo dos interesses do conjunto dos trabalhadores de sua base encontrava uma série de obstáculos. O primeiro deles, a que já nos referimos, era a enorme diversidade de posturas das direções. Se muitas eram portadoras das lutas anteriores, a grande parte era constituída quer por elementos sem maior experiência de atuação em conflitos, quer por pessoas até mesmo de outros grupos sociais, impostas aos sindicatos por interesses políticos locais, que, certamente, não se confundiam com os dos trabalhadores. Em alguns casos, constituíram-se chapas de oposição, que tiveram que enfrentar a fraude eleitoral e a conivência das Delegacias Regionais de Trabalho. Nesse quadro, o real controle dos sindicatos e das federações pelos trabalhadores se constituiu num processo extremamente complexo, cujas raízes hoje ainda são bastante visíveis no sindicalismo.

Mas, além dessa diversidade, o sindicalismo se enfrentava com uma outra no seu interior: as diferentes categorias que se representam num mesmo sindicato, por força da lei. Com efeito, pela Portaria 71, de 2/2/1 965, do Ministério do Trabalho, para efeitos de enquadramento sindical passou a existir somente o “trabalhador rural”, “pessoa física que exerça atividade profissional rural sob a forma de emprego ou como empreendedor autônomo, neste caso, em regime de economia individual, familiar ou coletiva e sem empregados”. Instituiu-se, assim, um único sindicato, agregando grupos diversos, com interesses imediatos distintos e, por vezes, até mesmo contraditórios, como é o caso de pequenos produtores e assalariados temporários. Pela história anterior de conflitos em áreas específicas, pela origem social dos dirigentes, pela maior dinâmica de algumas lutas em relação a outras, é possível entender como determinadas categorias poderiam se sentir menos representadas que outras no sindicato e sequer dele participar.

Ao lado dessa representação imposta por lei, muitas vezes o sindicato também se defrontava com segmentações geradas no interior de um mesmo grupo social, e que implicavam em exclusão de determinados setores. E o caso, por exemplo, da Zona da Mata pernambucana, onde a diferenciação que, no processo local, se constituiu entre “fichados” (assalariados registrados, com carteira de trabalho assinada) e “clandestinos” (assalariados sem registro) acabou por levar a que estes últimos não se sentissem com direito a participar do sindicato. Foi somente no final dos anos 70 que algumas entidades de representação tentaram levar adiante um trabalho mais significativo para atrair os clandestinos para o seu seio.¹²

O desafio de construir um movimento unificado a partir desse amplo conjunto de diferenças, de transformar as bandeiras de luta em chamados reais para o conjunto dos trabalhadores colocou-se desde cedo e enfrentou graus diferenciados de sucesso. A questão era como transformar uma unidade outorgada pelo Estado em real unidade de interesse, que só pode se construir num processo de lutas.

C - A INSTITUIÇÃO DO FUNRURAL

A forma como a Previdência Social foi instituída no campo tornou-se um sério obstáculo à constituição do sindicato como mecanismo de encaminhamento das lutas.

Dadas às condições de vida extremamente pauperizadas dos trabalhadores rurais, sempre teve peso, nas suas reivindicações, a demanda pela inclusão da categoria no sistema de previdência social.

As bases dessa previdência foram instituídas em 1963, através do Estatuto do Trabalhador Rural, mas ela só começou a ser implementada quatro anos depois, como assistência médico-social. A sua efetiva instauração se deu em 1971, com a criação do Programa de Assistência ao Trabalhador Rural, mais conhecido como Funrural, abrangendo aposentadoria (por velhice ou por invalidez), pensão, auxílio funeral, serviços de saúde, serviço social. Antecedendo a essa legislação, já havia a Lei de Valorização da Ação Sindical, promulgada em dezembro de 1970. Este decreto presidencial estabelecia prioridade para uma política de ação sindical que se propusesse a estimular a participação dos sindicatos, dando maior peso na política social e objetivos de assistência social e assistência sindical. No primeiro caso, tratava-se de instrumentalizar o sindicato para prestar assistência médica e odontológica. No segundo, criavam-se mecanismos para em préstimos financeiros para construção, reforma, ampliação ou aquisição de sedes, escolas, colônias de férias, campos de esporte, clubes recreativos, hospitais, creches, ambulatórios e cooperativas de consumo;

realização de atividades culturais, cursos de legislação social, bolsas de estudo para formação profissional, entre outros.

Em julho de 1971 uma resolução disciplinou a celebração de convênios entre o Funrural e as entidades de classe, para assistência ambulatorial, desde que dispusessem de instalações próprias.¹³

Com essa legislação criavam-se as condições institucionais para que o sindicato assumisse funções de assistência sanitária e previdenciária. Suas repercussões foram extremamente significativas. As organizações de trabalhadores no Brasil, sem dúvida alguma já tinham uma tradição de atividades assistenciais junto a seus associados. Tanto as Ligas Camponesas como as associações ou os sindicatos dos anos 50 e 60 a combinavam com as práticas mobilizadoras e reivindicativas. No entanto, mudada a conjuntura, reduzida à possibilidade do sindicato se constituir em instrumento de mobilização, reivindicação e luta dos trabalhadores, o assistencialismo imposto pelo Estado acabou muitas vezes se tornando prática predominante, senão única.

Os resultados foram perversos. Propiciando atendimento ao trabalhador numa esfera onde as carências eram enormes, este era atraído para o seu sindicato, permitindo um contato com a entidade, mas, ao mesmo tempo, conformando uma imagem dela vinculada ao Funrural e não à defesa de seus interesses.

Se considerarmos que o sindicato tem seu perfil real determinado pelo conjunto de relações em que ele nasce e se desenvolve, é fácil entender o que significou o fato de que, em muitos municípios, as entidades sindicais tivessem sido criadas pelas autoridades locais com a finalidade de colher os frutos políticos gerados na prestação de serviços, sem arcar com os seus ônus. Em diversos locais, os sindicatos se tornaram apenas uma agência assistencial, espaço de arregimentação de votos e favores, numa reedição do clientelismo.

Evidentemente, esse processo teve também sua outra face. Em algumas situações, o trabalho de prestação de serviços assistenciais foi um caminho para a educação política do trabalhador: o momento de atendimento também se constituía numa oportunidade para o esclarecimento sobre os direitos e possibilidades de conquistá-los. Ao que tudo indica, porém, não foi esta a regra.

D - O II CONGRESSO NACIONAL DOS TRABALHADORES RURAIS

A proliferação de sindicatos que ocorreu no início dos anos 70, num período de desmobilização, contribuiu para acentuar a heterogeneidade do sindicalismo que então ia se constituindo. Estabeleceu-se uma situação muito especial onde, de um

lado conformaram-se sindicatos desvinculados das lutas, de outro, os conflitos emergiam e, em algum momento, acabavam tendo que ser traduzidos pelo sindicato, canal instituído para a filtragem das reivindicações e seu ajustamento à linguagem jurídica. Em situações desse tipo a natureza real dessas entidades se explicitava e criava condições para o aparecimento de uma leitura crítica da própria prática sindical. Tentando dar direção a esse conjunto, encontrava-se, como já apontamos, a Contag, que procurava manter vivas as bandeiras de luta dos trabalhadores.

É com esse complexo quadro interno e numa conjuntura extremamente adversa, de intensa repressão no conjunto do país, que se realizou, em maio de 1973, o II Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, convocado pela Contag.

Um dos destaques desse encontro foi à ênfase na formação de dirigentes, considerada então como meta prioritária do trabalho da Contag e das federações. Seus objetivos fundamentais eram, de acordo com o que foi discutido, promover maior integração dos dirigentes sindicais através da unidade de linha de ação a nível de sindicatos, federações e Contag; dar orientação aos dirigentes no sentido de trabalharem em termos de reivindicações e defesa dos objetivos do movimento sindical, evitando que sua prática se reduzisse aos serviços burocráticos e assistencialistas; incentivo à formação de novos dirigentes de forma a evitar a criação de uma classe profissional de diretores de sindicatos; formação de dirigentes a partir das bases, com a criação de delegados sindicais orientados para uma ação engajada na comunidade e acompanhados pelos sindicatos e federações através de treinamentos periódicos de formação sindical.



Aspecto da plenária do II Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais. Em primeiro plano, à esquerda, José Gomes da Silva que, em 1985, seria presidente do INCRA.
Fonte: Anais do II Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, Brasília, CONTAG, 1973



Uma das comissões do II Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais.
Fonte: Anais do II Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, Brasília, CONTAG, 1973

É possível perceber, subjacentes a essas preocupações, a percepção da diversidade que anteriormente foi apontada e a necessidade de atuar sobre ela, como condição para que as propostas mais gerais da entidade fossem mais do que palavras.

Do ponto de vista das reivindicações, o congresso reiterou a defesa de uma reforma agrária que “desse à terra sua função social” e que, segundo a postura dominante no encontro, deveria ser feita com base no Estatuto da Terra. Este se consolidava assim como o espaço jurídico e político em que deveria se dar a luta pela terra. Aceito o Estatuto como uma lei capaz de permitir a reforma agrária, a questão que se colocava era fazê-lo cumprir-se. Propostas de alteração na legislação foram recusadas, por serem consideradas de teor “estritamente acadêmico”.¹⁴

Além da luta em torno da aplicação do Estatuto da Terra, demandava-se que a reforma agrária se fizesse enquanto “processo global”, que ela não fosse confundida com colonização, que não se concretizasse através da transferência dos camponeses para áreas distintas das que habitavam, mas que se realizasse com a fixação do homem no local onde morasse. Pediam ainda a revisão das áreas prioritárias até então decretadas, para “amplia-las” e “corrigir distorções”, a revisão do Proterra à luz dos princípios da mensagem 33 e do Estatuto da Terra*; participação efetiva das entidades sindicais como integrantes das comissões agrárias. Finalmente, pedia-se a distribuição de terras, considerado passo



Plenária do II Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais.

Fonte: Anais do II Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, Brasília, CONTAG, 1973.

fundamental para a reforma agrária.

Do ponto de vista das questões trabalhistas, apontavam-se às precárias condições dos volantes, propondo-se que a eles se estendesse a regulamentação jurídica dos safristas. Pedia-se também a extensão da lei dos 2 hectares aos trabalhadores assalariados em geral**. Havia ainda um clima de esperança e expectativa em relação à lei, que então tramitava no Congresso Nacional, de extensão da CLT ao trabalhador rural (lei 5.889/73).

*O Proterra, Programa de Redistribuição de terras e de Estimulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste, foi criado através do decreto-lei 1.179, de 6/7/1971, com a finalidade de corrigir distorções de determinadas áreas consideradas prioritárias e criar condições para a fixação no campo dos trabalhadores rurais. Propunha-se a fazer compra e/ou desapropriações de terras e sua distribuição a pequenos produtores e expandir o crédito rural.

** Lei dos Dois Hectares é o nome através do qual ficou conhecido o decreto nº 57.020/65, que estabelecia a obrigatoriedade da cessão de 2 hectares de terra aos trabalhadores permanentes da agroindústria canavieira. Em Pernambuco, é conhecido como "lei do sítio".

A discussão de uma linha de ação sindical aparecia na demanda da redução do quorum mínimo para fundação do sindicato; elaboração, pela Contag, de um estatuto padrão para o campo e um trabalho, a ser desenvolvido pelas federações, através de cursos e publicações, de “conscientização dos trabalhadores no que se refere à participação no sindicato, principalmente no que se refere à eleição e apresentação de chapas”. Já vimos ainda como também aparecia a preocupação com a formação de novas lideranças.

Os temas discutidos nesse congresso mostram que havia no sindicalismo rural, ou pelo menos na sua direção, uma sensibilidade aos fenômenos que vinham ocorrendo no campo, entre eles o progressivo abandono, por parte do regime militar, das propostas reformistas e sua substituição por uma política de incentivo ao grande capital, que se refletia no apoio à modernização das áreas de ocupação antiga e na abertura da fronteira aos grandes projetos agropecuários. Tal política implicava na intensificação dos conflitos de terra, quer nas áreas onde o sindicalismo, sob qualquer de suas formas, já era uma realidade, quer em regiões novas, onde inexistia qualquer entidade que, de alguma maneira, representasse os trabalhadores.

A proposta de construção de um movimento sindical amplo, integrado, impunha a necessidade de considerar esses novos pólos de conflito que se traduziam, concretamente, na expulsão de milhares de trabalhadores de suas terras.

E – A CONTAG APÓS O II CONGRESSO

A realização do II Congresso da Contag implicou na reordenação de alguns aspectos da ação da entidade, merecendo destaque a preocupação com o mapeamento da realidade sindical de cada estado e a ênfase na formação sindical, com a constituição de equipes educacionais, quer na própria Contag, quer em diversas federações.

O trabalho educacional parece ter sido o ponto nodal da atuação da Contag no período que se abriu após o II Congresso, entendendo-se “educacional” no seu sentido amplo: desde desenvolver uma concepção sobre o que é sindicalismo até noções práticas sobre como operar com os sindicatos existentes (administração sindical). No entanto, esta preocupação não rompia com os princípios anteriores. Pelo contrário, consolidava-os através de um trabalho mais sistemático, na medida em que, para a Contag, o investimento educacional aparecia como uma das principais vertentes para fortalecer o movimento sindical e torná-lo representativo.

O eixo da concepção da Contag sobre educação era a necessidade de os trabalhadores rurais conhecerem os seus direitos e se organizarem para obter seu cumprimento. De acordo com a entidade, isso seria feito através de cursos para lideranças, mostrando a marca de uma visão pedagógica originária da Igreja, segundo a qual seria necessário conscientizar os trabalhadores para que estes pudessem ir à ação.¹⁵

Ao lado dessa visão pedagógica da prática política, a Contag insistia nos direitos enquanto conquista da luta dos trabalhadores. Mas conquistas que não eram suficientes para marcar o fim das lutas, uma vez que os direitos adquiridos não eram respeitados. Para que isso se desse, colocava-se a necessidade de “aperfeiçoamento” e de medidas impulsionadoras das “autoridades”. Entre as demandas de aperfeiçoamento, destacavam-se: aperfeiçoamento e cumprimento da legislação trabalhista; criação e aparelhamento das Juntas de Conciliação e Julgamento nos Estados; medidas no sentido de impedir os freqüentes despejos de trabalhadores; providências urgentes e eficientes para assegurar aos posseiros a regularização da posse da terra; impulsionar, onde e quando necessário, o processo de colonização, cuidando-se entretanto de não limitá-lo a reduzido número de famílias; aperfeiçoamento e aplicação de uma política agrícola que garantisse preços mais justos aos produtos da lavoura, que facilitasse o sistema de comercialização e armazenamento e que objetivasse a melhoria da produtividade e da produção, através da assistência técnica eficiente; providências para melhoramento, ampliação e facilidade do crédito fundiário e agrícola; aperfeiçoamento do sistema cooperativista, com efetiva participação dos trabalhadores rurais, resultando daí sua valorização e defesa. Ou seja, um conjunto de medidas que garantisse as relações capital-trabalho dentro dos parâmetros legalmente fixados e agilizassem não só as condições de defesa do trabalhador, mas também medidas para que o pequeno produtor se mantivesse na terra, reproduzindo-se enquanto tal.

Com isso, ela privilegiava as demandas ao Estado, como se bastasse a denúncia das carências para vê-las resolvidas. Tornava-se, antes de mais nada, um canal de apelo às autoridades.

4. Os conflitos no campo e a prática sindical

Paralelamente à consolidação do sindicalismo rural, também cresceu o espaço dos conflitos no campo. Em algumas áreas, o sindicato se constituía no seu esboço quase que natural; em outras ficava completamente à margem. A diversidade de situações foi enorme e é praticamente impossível mapeá-las. De toda a forma, foi esse vasto tecido de tensões que, a cada momento, colocava em questão a problemática sindical e de representação dos interesses dos trabalhadores.

Os móveis dos conflitos que se desenvolviam, apesar de suas inúmeras manifestações concretas, eram principalmente a luta pela garantia dos direitos conquistados e pela permanência na terra.

Luta por direitos trabalhistas

A luta pelos direitos, envolvendo principalmente os assalariados, teve seu ponto forte na Zona da Mata pernambucana. Mencionamos anteriormente o fato de que no final dos anos 60 já se registravam algumas greves na região, apontando para uma retomada das demandas pelas conquistas trabalhistas que haviam sido obtidas no período anterior ao golpe. Eram dois os fatores que criavam um clima extremamente tenso na região: a tendência de os proprietários expulsarem os moradores e foreiros e as disputas que ocorriam no interior mesmo do processo de produção e que envolviam o ganho final do trabalhador.

O mundo dos bóias-frias - I

Já em meados dos anos 70, o crescimento da proletarianização no campo, aparece como questão para a sociedade, através da figura do "bóia-fria". O jornal O Estado de São Paulo realiza uma série de reportagens sobre o tema. Fonte: Jornal O Estado de São Paulo, 13/5/1976



Fotos : Francisco de Oliveira e Luis Carlos Lopes

A expulsão de foneiros e moradores, em grande parte reação às mobilizações anteriores a 1964 e à conquista de direitos sociais, fazia-se através de diversos artifícios, como o corte do sítio, atribuição de sítios longe do local de residência, em terras ruins, proibição do cultivo de plantas permanentes, etc. Muitas vezes, a expulsão se fazia sem indenização, ou com uma compensação irrisória.

Por outro lado, no processo mesmo de produção da cana, os trabalhadores disputavam o tamanho da tarefa que lhes era atribuída, pediam a medição do resultado diário do trabalho, reclamavam do atraso nos pagamentos, do não pagamento de férias, do repouso remunerado, do décimo terceiro salário.¹⁶ Em qualquer dos casos estava sempre presente o recurso ao sindicato que, já nos anos 60, se colocara como uma mediação obrigatória nesses conflitos, e, através dele, o encaminhamento das questões à justiça.

Em algumas situações onde o sindicato não era percebido como um canal adequado para a condução dessas demandas, por estar vinculado a intervenções e distante das reivindicações colocadas, surgiram organizações alternativas. E o caso de um município pernambucano, onde, com apoio de entidades da Igreja, foi criado um Centro de Defesa dos Direitos dos Pobres. Através desse centro, os trabalhadores “tentavam ocupar o espaço deixado pelo sindicato assistencialista: encaminhando questões à justiça, assumiam a missão que deveria ser cumprida pelo sindicato e faziam a crítica à descaracterização de sua representatividade. O



Aguardando a partida do caminhão: a ausência de segurança no transporte para o trabalho. Fonte: Jornal O Estado de São Paulo. 13/5/1976

CDDP tornou-se a 'casa dos trabalhadores', expressão comumente utilizada para se referir ao sindicato . . .¹⁷ Foi inclusive através desse centro que procuraram retomar, embora sem sucesso, a entidade, sempre percebido como o instrumento por excelência para encaminhamento das demandas.

Se no processo de saída dos engenhos e no cotidiano do processo de trabalho em Pernambuco, através da ação sindical, a lei foi introduzida na relação entre patrões e trabalhadores, em outras regiões o que ocorreu foi bastante distinto. Em São Paulo e no Paraná, por exemplo, o processo de expulsão que se acelerou no início dos anos 70 foi acompanhado por uma intensa modernização, pelo menos em algumas fases do processo produtivo. Assim, além da rapidez com que a expulsão se verificou, a requisição de mão-de-obra passou a ser bastante desigual



Fotos de: Francisco de Oliveira e Luis Carlos Lopes

Colheita: escolas vazias e a espera de uma vaga no caminhão do "gato"
Fonte: Jornal O Estado de São Paulo, 14/05/1976.



Na hora do embarque, a disputa por um lugar no caminhão, o leilão pela maior diária ou o trabalho a qualquer preço. Para os que ficam, só resta a esperança do dia seguinte.

no decorrer do ciclo agrícola. Os trabalhadores dispensados, ao contrário do que se deu em Pernambuco, não mais encontravam possibilidade de emprego regular na própria região, tendo que deslocar-se no decorrer do ano em busca de trabalho ou mesmo combinar tarefas rurais com ocupações urbanas eventuais. Vivenciando a qualificação de trabalhadores “sem profissão”, “bóias-frias”, só muito mais tarde esse contingente iria encaminhar lutas por seus direitos e tentar transformar o sindicato em canal de suas reivindicações. Em que pese a esses fatores adversos, no entanto, são vários os registros de situações de resistência à exploração, barganhando com os empreiteiros de mão-de-obra o preço da venda da força de trabalho, negando-se a subir nos caminhões que os levavam para as fazendas, etc.¹⁸

Mesmo em lugares onde foram instaurados dissídios coletivos, já em meados dos anos 70, como foi o caso de São Paulo e Rio de Janeiro, a luta do sindicato e a luta dos trabalhadores de alguma forma corriam paralelas. Os ganhos possíveis dos dissídios que, no geral, eram a reafirmação de direitos já garantidos pela legislação trabalhista, não eram acompanhados por uma mobilização de trabalhadores ou por lutas em direção ao seu cumprimento. Além do mais, esses dissídios envolviam os trabalhadores permanentes e excluía os temporários que permaneciam a margem de qualquer defesa legal.



Fonte: Jornal O Estado de São Paulo, 13/5/1976
Fotos de: Francisco de Oliveira e Luis Carlos Lopes

A questão da terra

Se os conflitos de assalariados pelo preço de sua força de trabalho ou a sua luta pela permanência no interior das fazendas permaneceram, embora de forma atomizada, foi na intensidade dos conflitos pela terra, envolvendo principalmente posseiros, que os anos 70 encontraram a face mais conhecida da violência no campo.

Já mencionamos o fato de que, com a repressão que se seguiu ao golpe, as ações de despejo se sucederam: muitos proprietários aproveitaram-se da conjuntura de desmobilização para “limpar” suas terras, e fazer valer seu poder. Ao mesmo tempo, especialmente a partir do final dos anos 60, a política modernizante começou a tomar corpo. Os anos 70 trouxeram consigo os grandes projetos agropecuários incentivados para promover a ocupação da Amazônia pelo grande capital. Nas áreas onde esses projetos se estabeleceram muitas vezes havia posseiros, que de há muito haviam migrado de diversos estados do Nordeste e mesmo do Sul em busca de terras.

Com isso, fenômenos semelhantes aos que ocorreram na ocupação do Paraná ou de Goiás, nos anos 50, agora se repetiam com mais intensidade. Foram inúmeros os conflitos que então eclodiram no enfrentamento entre os jagunços das grandes empresas e os posseiros. Alguns poucos foram divulgados pela imprensa

da época, rigidamente censurada. A grande maioria se desenvolveu surdamente, marcados pela violência do gado na roça, queima de casas, assassinatos. Fragmentada, desarticulada, a resistência se fazia cada vez mais presente. Na maior parte dos casos, tratava-se de uma resistência individual, de pequenos grupos, que encontrou na resposta violenta sua forma de expressão, uma vez que o recurso à justiça contra os “grilos” era inútil: desde logo ficava patente que a grilagem só proliferava com a convivência das instituições judiciárias. Por outro lado, a burocracia de Estado encarregada de cuidar dos problemas de terra, o Incra, na grande maioria dos casos fechava os olhos às expulsões em massa e às irregularidades de titulação fundiária.



Início da expulsão da terra: destelhamento.

Fonte: Reforma Agrária – Boletim da ABRA, Abril, 1972.

Proliferaram, também, os projetos de colonização por empresas particulares e pelo Estado, que passavam a servir de esperança para as populações expulsas de outras regiões. As condições precárias desses projetos, a perda das ilusões, foram um outro pólo gerador de tensões.

Mas não era só na região amazônica que os conflitos de terra cresciam. Em áreas de ocupação antiga, projetos de reflorestamento, de construção de estradas provocaram valorização de terras e, com ela, a presença da grilagem. A construção da Rio-Santos, no Rio de Janeiro, os projetos para o norte de Minas, e sertão baiano, o reflorestamento no norte do Espírito Santo, por exemplo, trouxeram a essas áreas uma violência contra os trabalhadores tão intensa quanto a que se verificava no Norte. No sudoeste do Paraná, a disputa também voltou a se verificar. A construção de barragens no Nordeste (Moxotó, Sobradinho, Itaparica) e no Sul (Itaipu) e a conseqüente ameaça ao modo de vida de milhares de famílias aumentavam as franjas de tensão. Em outras áreas ainda foi o Proálcool que, ampliando as áreas plantadas com cana, provocou a expulsão de antigos moradores, como ocorreu na Paraíba.



O povoado de Sento Sé abandonado para a construção da barragem de Sobradinho.
Fonte: Carvalho, Murilo. **Sangue da Terra. A luta armada no campo.** São Paulo, Brasil, Debates, 1980.

Foto: Tucha.

• **LUTA DE TERRA, BRIGA DE FOICE**, de Claudio Thomas Bornstein

Ficção baseada em fato real. O romance é construído a partir de depoimentos, documentos e cordéis referentes aos conflitos de terra ocorridos em 1977 no município de Santa Maria da Vitória, Bahia, que resultaram na morte do advogado do sindicato dos trabalhadores rurais, Eugenio Lyra, assassinado por pistoleiros a serviço de latifundiários e grileiros que atuam na região. O livro foi editado ao mesmo tempo em que ocorreu a Segunda Sessão do Tribunal dos Crimes do Latifúndio, coordenada pelo Instituto Apoio Jurídico Popular (AJUP) e com a participação de inúmeras entidades da sociedade civil, que julgou o caso do assassinato deste advogado.



Livraria Editora Cátedra, Rio de Janeiro, 1987
Rua Senador Dantas, 20 s/806-807
20.000 - Rio de Janeiro -RJ
Tel.: 240-1980

Não é possível enumerar todos os conflitos desse período, dada sua enorme quantidade, abrangência e diversidade. Não houve, na década de 70, um único estado da federação onde a luta pela terra não estivesse presente, de forma mais ou menos aguda.

Em todas essas áreas, as formas de enfrentamento, além da reação dos trabalhadores, de caráter restrito e fragmentada, muitas vezes passava pelo recurso ao sindicato, em locais onde este existia. A resposta da entidade, no geral, era encaminhar a defesa dos atingidos à justiça (ações de manutenção ou reintegração de posse, principalmente) e denunciar ao Incra, através das federações e da Contag. Normalmente, essas denúncias eram acompanhadas do pedido de desapropriação das terras em questão, com base no Estatuto da Terra. As denúncias também eram levadas a ministérios e à Presidência da República. Os conflitos passavam a ter então dois desdobramentos: um administrativo, através do qual ele era dado ao conhecimento de diversas instâncias do aparelho de Estado e outro, vinculado à ação imediata dos trabalhadores, que podia ou não estar ligada à coordenação sindical (e, na maior parte dos casos, não estava).

A fragilidade dos sindicatos como canal para condução das tensões, a intensidade das lutas de resistência e a disposição de alguns setores da Igreja em lhes dar apoio acabaram por gerar uma visão alternativa de ação sindical. Ela terá seus frutos quer numa reorientação das linhas de ação do sindicalismo rural no final da década de 70, quer no aparecimento de sindicatos de oposição à linha dominante.

5. A Igreja no campo

Com presença mais ou menos visível, dependendo de locais e conjunturas particulares, a Igreja, após o golpe militar, ainda esteve presente na organização dos trabalhadores. Já vimos como, de alguma maneira, ela deixou sua marca na reestruturação do sindicalismo rural, embora de forma diferenciada regionalmente (Sorpe, FAG, Círculos Operários etc.).



A pressão sobre os posseiros: o Sobi Agropecuária isolou, com arame farpado, o povoado de Santana de Ituqui, na várzea do Amazonas, do rio que o abastece.

Fonte: Carvalho, Murilo, Sangue da Terra, A luta amada no campo. São Paulo, Brasil, Debates, 1980.

No final dos anos 60 e início dos anos 70, inspirados numa nova concepção de prática eclesial que se firma após os encontros de Medellín e Puebla, surgiram outros organismos, com linhas de ação diferenciadas, que se pautavam pelo apoio à luta dos trabalhadores, propondo ser sua voz.¹⁹ Agrupando setores específicos, portadores de uma concepção sobre a relação fé e vida que não era necessariamente compartilhada pela Igreja como um todo, alguns desses organismos ganharam influência no cotidiano dos conflitos.

Deles, o que teve maior destaque pela dimensão que assumiu foi a Comissão Pastoral da Terra, criada em 1975, no Encontro Pastoral das Igrejas da Amazônia Legal. Assumindo inicialmente o compromisso de “empenhar-se no processo global de reforma agrária do nosso país, dando cumprimento ao espírito e à letra do Estatuto da Terra”, a comissão teria por finalidade “interligar, assessorar e dinamizar os que trabalham em favor dos homens sem terra e dos trabalhadores rurais”.

O surgimento da CPT ligou-se diretamente aos efeitos da política de ocupação da Amazônia empreendida pelos governos militares. Já em 1971, D. Pedro Casaldáliga divulgava sua carta pastoral “Uma Igreja na Amazônia em conflito com o latifúndio e com a marginalização social”, onde explicitava uma linha de compromissos com posseiros, índios, peões e outros marginalizados. Na época, o documento teve grande repercussão como denúncia de uma realidade, ignorada pela sociedade. A ação da Igreja na região era duramente reprimida. O processo contra o padre Francisco Jentel em 1973, a inclusão da equipe da Pastoral de São Félix do Araguaia, inclusive do bispo Casaldáliga, na Lei de Segurança Nacional, o assassinato, em 1976, dos padres Rodolfo Lukembein e João Bosco Penido Burnier são apenas momentos ilustrativos das tentativas de impedir a ação pastoral na região, que vivia uma espécie de convulsão anárquica, na feliz expressão de José de Souza Martins.

E desse quadro que surgiu a Comissão Pastoral da Terra, como entidade de apoio às lutas dos trabalhadores, definindo-se como serviço de articulação e de assessoria. Seu eixo de trabalho era o apoio à organização popular: “Os trabalhadores precisam organizar-se livremente, desde as formas mais localizadas de comissões ou associações até a constituição de partidos políticos que canalizem suas forças para organizar ou reorganizar a sociedade segundo suas aspirações.”

Investindo no trabalho cotidiano de organização, que passava pela análise e Crítica das práticas sindicais concretas, a CPT dispunha a seu favor o fato de que, sendo um organismo vinculado à CNBB e contando com alguns bispos entre seus membros, podia fazer valer em determinadas situações o peso institucional. Assim, num período de intensa repressão, pôde assumir o papel de canal de denúncia da violência, adquirindo importância na formação de uma consciência

nacional em relação à problemática do campo.

Originado na Amazônia, o trabalho da CPT convergiu com outras ações pastorais de alguns padres e bispos em outras regiões do país, como foi o caso do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Bahia, Maranhão e Goiás. Rapidamente, expandiu-se por todo o Brasil e em 1979 já eram 15 as suas regionais.²⁰

Essa expansão só se dava, no entanto, nas dioceses em que os bispos apoiavam seus objetivos ou, pelo menos, os aceitavam.

No geral, a ação da CPT voltava-se sobretudo para áreas onde a questão da luta pela terra era a mais candente. O trabalho junto a assalariados, por exemplo, nunca marcou sua prática, sendo a única exceção à área de atuação do padre Bragheto em São Paulo. E isso se dava (e se dá) muito em função da visão ruralista da Igreja, segundo a qual a sociedade é vista predominantemente sob a ótica da terra e onde o modelo ideal seria a comunidade de pequenos produtores.²¹





Na base da CPT e organismos semelhantes, e ligando-se à sua atuação, deve-se destacar a emergência das comunidades eclesiais de base — CEBs —, pequenos grupos de trabalhadores, organizados em torno da capela. Esses grupos eram animados por “agentes pastorais”, leigos ou religiosos, que conduziam as reflexões sobre as condições de vida, organização de mutirões, de manifestações, etc. Tentando ligá-las às mensagens bíblicas, elas se constituíram no eixo de organização dos trabalhadores e expandiram-se rapidamente na zona rural.

No cotidiano de seu trabalho de apoio às resistências, a CPT valeu-se de diversos recursos, assessorando juridicamente os trabalhadores, abrindo espaço para a reflexão sobre a situação em que viviam e suas causas, denunciando a violência, realizando encontros que permitiam a troca de experiências. Com isso, impulsionou sua organização, mas também lhe passou uma visão do mundo, calcada no igualitarismo comunitário e na ênfase na participação das bases.

Nesse processo, encontrou-se com o sindicato, sempre percebido como instância privilegiada de representação. Sob o apoio da CPT criaram-se sindicatos em algumas áreas onde eles antes não existiam, e, principalmente, desenvolveu-se em muitos locais a crítica da prática sindical existente, gerando o aparecimento de chapas de oposição, que traziam em seu bojo propostas alternativas de trabalho com as bases e de encaminhamento das lutas. Mais adiante voltaremos ao tema.

6. A mudança de rumo do sindicalismo rural: O III Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais

Os últimos anos da década de 70 trouxeram transformações importantes no sindicalismo rural. Os efeitos da política agrária do governo eram então plenamente sentidos. Os conflitos por terra se ampliavam, a violência no campo se acentuava, a expulsão dos trabalhadores em diversas áreas do país seguia ritmo acelerado. Já estava bastante claro que o governo militar não tinha a menor intenção de aplicar o Estatuto da Terra como instrumento de alteração na estrutura fundiária. Por outro lado, as práticas sindicais dominantes no encaminhamento dos conflitos mostravam-se cada vez mais inócuas. O recurso à justiça como forma de defesa dos interesses dos trabalhadores na maior parte dos casos encontrava um aparelho comprometido com os interesses dos proprietários de terra ou de grileiros. Embora no caso da justiça trabalhista alguns ganhos pudessem ser obtidos, dada a obviedade das causas, eles pouco efeito tiveram na sustação das expulsões. Por outro lado, um enorme contingente de trabalhadores - os temporários - encontravam-se à margem de qualquer defesa judiciária, visto que não se enquadravam nos casos previstos na legislação trabalhista.



Aspecto da plenária do III congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais.

Fonte: Anais do III congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, Brasília, CONTAG, 1979.

Apesar de suas propostas, expressas no II Congresso, de realizar um amplo trabalho de educação sindical, que, como vimos, tinha o sentido de construir a hegemonia de uma determinada concepção de ação sindical no interior do movimento, grande parte dos sindicatos não conseguia se constituir em porta-voz das lutas dos trabalhadores. Permanecendo presos ao assistencialismo eram capazes, no máximo, de acompanhar as lutas através de expedientes administrativos, envio de cartas, relatórios etc.

Nesse momento, a hegemonia da direção da Contag que, na prática, já era contestada pela paralisia de grande parte das direções sindicais, começou também a ser colocada em questão pelo envolvimento da Igreja, através da CPT, na organização dos trabalhadores rurais, cujo principal resultado era a crítica aos sindicatos inoperantes, e o aparecimento de oposições sindicais. Urgia retomar o debate sobre as bandeiras de luta e a prática sindical.

Se esse era o clima no meio rural, também nas áreas urbanas havia mudanças significativas. As greves do ABC, de 1978, recolocaram para o conjunto dos trabalhadores a questão sindical, dessa vez trazendo à tona a crítica à estrutura sindical existente, o debate sobre as comissões de fábrica, sobre as paralisações etc. A luta pela anistia ganhava fôlego. O governo era obrigado a se encaminhar para um programa de



Aspecto da plenária do III Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais.

Fonte: Anais do III Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais. Brasília, CONTAG, 1979.

É nesse quadro que foi convocado o III Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais. Preparado desde 1978, através de reuniões locais e estaduais, que faziam um balanço da situação de cada região, de cada estado, o congresso, realizado em maio de 1979, foi o momento de sistematização das experiências já existentes, das formas de luta já encaminhadas. Contou com a presença de cerca de 1.600 dirigentes sindicais, representantes de todas as partes do país.

Bandeiras de luta

No que diz respeito ao conteúdo das reivindicações, a reforma agrária permanecia como a grande bandeira do movimento sindical. A demanda resultante do encontro era de uma reforma agrária ampla (realizada em todo o território nacional), massiva (deveria beneficiar a grande maioria das famílias de trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra), imediata (com fixação de prazo para o assentamento das famílias beneficiadas) e com a participação dos trabalhadores em todas as suas etapas e níveis, desde as decisões a nível nacional até o acompanhamento dos projetos, sua execução e fiscalização. Pedia-se, ainda, a redistribuição imediata das terras que se encontravam em áreas prioritárias e em áreas já desapropriadas, a discriminação e titulação das terras públicas, com entrega ao legítimo trabalhador rural e a não destinação de áreas às grandes empresas. Já então apontando para os limites do Estatuto da Terra, propunha-se a elaboração de uma lei criando o instituto da perda sumária da propriedade acima de um módulo rural pela não utilização de pelo menos 70% de sua área agricultável e a criação do instituto da área máxima, com limites entre 250 e 700 hectares, de forma a impedir o crescimento de latifúndios e a aquisição de terras com fins especulativos.²²

Na perspectiva definida no congresso, a reforma agrária aparecia ainda como condição para a redemocratização do país: “Não se pode pensar em democracia, de fato, no Brasil, sem que se integre a massa de assalariados, parceiros, arrendatários, posseiros e pequenos proprietários minifundistas, que constituem a classe dos trabalhadores rurais, à vida do país. E essa integração só se fará através da reforma agrária.”

Além da reforma agrária, o encontro reivindicava o cumprimento da legislação trabalhista, visto que se constatava que 80% dos trabalhadores do campo sequer tinham carteira assinada, garantia aos trabalhadores rurais dos benefícios previdenciários que a legislação assegurava aos urbanos, incentivos às culturas dos pequenos produtores etc.

Novas demandas

No entanto, acréscimos se fizeram, implicando numa mudança qualitativa no teor de reivindicações já históricas. Dentre elas há que ressaltar a demanda pela alteração da legislação sindical, libertando as entidades representativas dos trabalhadores rurais do controle do Estado. Segundo o presidente da Contag, José Francisco da Silva, “. . . se faz necessário lutar pela reformulação do modelo sindical brasileiro, desatrelando-o dos princípios fascistas contidos no título V da atual CLT, em busca da plena autonomia e liberdade sindical, permitindo que os trabalhadores, única e exclusivamente, estabeleçam as normas de funcionamento de suas entidades sindicais, mediante a alteração do artigo 166 da Constituição Federal e a ratificação da Convenção nº 87 da OIT, assegurando o direito de constituição de organizações sindicais, sem nenhuma distinção, independente de autorização prévia; o direito de filiar-se a essas organizações, com a única obrigação de observar os estatutos das mesmas; o direito de redigir os próprios estatutos, bem como seus regulamentos administrativos, o direito de eleger livremente seus representantes; e direito de organizar sua administração e suas atividades e de formular seu programa de ação; que as autoridades públicas devem abster-se de qualquer intervenção que venha limitar esses direitos e enfraquecer seu exercício legal; que as associações sindicais não ficarão sujeitas à dissolução ou suspensão por via administrativa; o direito de filiação a federações e confederações de trabalhadores inclusive internacionais”.

As resoluções do congresso ressaltavam ainda a importância da criação de uma central sindical para a luta por um sindicalismo livre e a participação dos trabalhadores rurais na mudança do modelo político. Para que as bases pudessem participar mais ativamente das definições políticas do movimento, aconselhava-se a discussão com elas do momento político nacional, particularmente no que se referia aos problemas enfrentados pelo movimento sindical. Dessa forma, o sindicalismo rural se alinhava com o sindicalismo urbano nas suas propostas mais gerais e ganhava novo espaço para que a sua bandeira maior, a reforma agrária, saísse dos limites do campo e pudesse se tornar uma questão do conjunto dos trabalhadores. Este também seria um trabalho de construção de apoios e alianças nem sempre bem-sucedidos.

Essas concepções, aliadas à denúncia da política agrária do governo “que em vez de corrigir a difícil situação dos trabalhadores ajuda os latifundiários”, indicavam um deslocamento de interlocutores no discurso da Contag: o Estado deixou de ser visto prioritariamente como mediador, ao quais se recorreria para encaminhar demandas dos trabalhadores e passou a ser colocado como um dos componentes da situação aflitiva por eles vivida.

Novas formas de luta

Assim, se no nível das reivindicações mais imediatas, o III Congresso reafirmou a ênfase no cumprimento da legislação existente mas não respeitada, num plano mais geral, o deslocamento que apontamos trouxe consigo uma mudança de estratégias quanto ao encaminhamento das reivindicações: passou a ser proposta a pressão coletiva, com estímulo à mobilização, à ênfase nas ações de resistência e à valorização das iniciativas dos trabalhadores. Segundo o que se documentou do encontro, tratava-se não mais de pedir, mas de exigir. E sob essa ótica que se pode entender, por exemplo, uma resolução tal como a de que “o movimento sindical assuma o compromisso de desenvolver trabalhos de base programados, de organização, motivação e mobilização dos trabalhadores rurais, no sentido de ocuparem as terras improdutivas, nelas fixando residência e tornando-as produtivas”. Ou seja, a luta pela reforma agrária não se daria mais somente por encaminhamentos administrativos, mas sim através das iniciativas dos trabalhadores, organizados sindicalmente.

Essa perspectiva implicou também em mudança na concepção de educação sindical, que passou a ser vista como “processo constante e crescente que conduz o trabalhador à transformação de sua realidade atual. E através da prática sindical que o trabalhador vivencia as experiências de transformação”. Dessa forma, como orientação para o trabalho educacional, estava a proposta de “preparação dos trabalhadores para ações concretas de transformação, seja através da legítima defesa de seus direitos, seja no encaminhamento de seus problemas na justiça”.

O III Congresso marcou a visibilidade do sindicalismo rural para o conjunto da sociedade. Sua repercussão foi dada não só na imprensa, mas no interior do sindicalismo urbano, que marchava para a busca de construção de uma central sindical única de trabalhadores. O sindicalismo rural emergiu, no entanto, com uma feição distinta do que se consolidara em outras categorias profissionais: o verticalismo, definido pela legislação sindical e que aparecia nas demais categorias como inoperante e símbolo do atrelamento, no sindicalismo rural assumia a forma de uma integração, que visava uma unidade de ação. Nele, quem buscava estar sintonizado com as lutas e dar-lhes direção era principalmente a confederação e não os sindicatos ou federações.

Notas

1 Para maiores informações e análises da conjuntura econômica e política do período, ver, entre outros, TAVAR ES, Maria da Conceição e ASSIS, J. Carlos de. **O Grande Salto para o Caos. A Economia Política e a Política Econômica do Regime Autoritário**. Rio de Janeiro, Zahar, 1985. CARDOSO, Fernando Henrique. **Autoritarismo e Democratização**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975; ALMEIDA, Maria Hermínia T. e SORJ, Bernardo (org.) **Sociedade e Política no Brasil pós-64**, São Paulo, Brasiliense, 1983.

2 Sobre o Estatuto da Terra, suas virtualidades e interpretações, ver: MARTINS, José de Souza. **A Militarização da Questão Agrária no Brasil**. Petrópolis, Vozes, 1984; GOMES DA SILVA, José. **A Reforma Agrária no Brasil. Frustração Camponesa ou Instrumento de Desenvolvimento?** Rio de Janeiro, Zahar, 1971. LARANJEIRA, Raymundo. **Colonização e Reforma Agrária no Brasil**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1983; BRUNO, Regina., Liberalismo e Reforma Agrária". Rio de Janeiro, CPDA/ UFRRJ, 1983, mimeo.

3 CRESPO, Paulo. "Pequeno Resumo do Movimento Sindical Rural em Pernambuco". Recife, 1966, mimeo, p. 5.

4 KOURY, Mauro G.P. "Sindicato e Política: Caso da Zona da Mata de Pernambuco (1968/1974)". **Nova Escrita Ensaio**, ano IV, nº 8, 1980.

5 BRESSAN, Suimar João. "Sindicalismo Rural e Sociedade. Relações e História". Porto Alegre. IEPE/UFRGS, 1978, mimeo. Tese de Mestrado.

6 Ver ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de. **Autonomia e Mobilização: Política dos Camponeses no Maranhão**. CPT, São Luís, 1981; CONCEIÇÃO, Manuel da. **Essa Terra é Nossa. Depoimento sobre a vida e as lutas de camponeses no Estado do Maranhão**. Entrevista e edição de Ana Maria Galano. Petrópolis, Vozes, 1980.

7 Ver GUEDES PINTO, Luzia Alice, **A Contag, uma Organização Contraditória**. Brasília, UnB, 1978, Tese de Mestrado.

8 Ver In da/Contag. **II Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais. Conclusões**, São Paulo, 1966.

9 GUEDES PINTO, Luzia A. A Contag, uma Organização Contraditória, op. cit.

10 "**Memorial ao Presidente da República**", 24/3/1970. In O Trabalhador Rural, nº especial, abril 1970.

11 Ver NOVAES, Regina R. **De corpo e alma...** op. cit. cap. II, "A Igreja, o Estado e a Lei do Sindicato".

12 Ver NEVES, Mozart Borba. "Uma Experiência com o Bóia-Fria". **Ensaio de Opinião**, v. 11, 1979; SI GAUD, Lygia M. **Os Clandestinos e os Direitos**. São Paulo, Duas Cidades, 1979.

13 A legislação referente ao tema consiste na resolução INPS 900-3 de 28/7/70, BS/I NPS 145, 3/8/70, seção I; decreto 67.227, de 21/9/1970, BS/INPS 201, 21/10/70, seção I e lei complementar nº 11 de 27/5/71, DOU 223, de 25/11/71, seção I, parte I. Sobre o significado dessa legislação, cf. ALMEIDA, Célia M. de. **Política Social e Assistência Médica aos Trabalhadores Rurais. Um Estudo sobre o Funrural.** Centro Biomédico/ Instituto de Medicina Social/Ierj. Rio de Janeiro, 1971. Tese de Mestrado.

14 “Considerando os riscos que adviriam da busca da modificação da lei fundamental — o Estatuto da Terra — eis que os aperfeiçoamentos que se pudessem fazer proporcionariam abertura ao esvaziamento do conteúdo social de nossa lei agrária, julgou-se que a busca da correção dos defeitos do Estatuto da Terra só perderiam a natureza estritamente acadêmica, passando à condição de reivindicação no momento em que se apresentasse inevitável sua violabilidade” **Anais do II Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais.** Brasília. Contag, 1973, p. 124.

15 Ver PALMEIRA, Moacir. “A Diversidade da Luta no Campo: Luta Camponesa e Diferenciação do Campesinato” e PAIVA, Vanilda “Introdução” in PAIVA, Vanilda (org.) **Igreja e Questão Agrária.** São Paulo, Loyola, 1985.

16 Para uma análise detalhada do processo que então se verificou na Zona da Mata, cf. SIGAUD, Lygia M. **Os Clandestinos e os Direitos.** op. cit.; Palmeira, Moacir. “Desmobilização e Conflito: Relações entre Trabalhadores e Patrões na Agroindústria Pernambucana”. **Revista de Cultura e Política.** Cedec, ano 1. nº 1, agosto de 1979.

17 Sobre esse processo, cf. SGRECCIA, Alexandre. **O Assalariado da Cana.** Estudo das lutas de resistência do trabalhador assalariado na lavoura canavieira pernambucana, São Paulo, PUC, 1981. Tese de Mestrado.

18 Para uma análise da situação do “bóia-fria”, ver D’INCAO, Maria da Conceição, **Qual é a Questão do Bóia-Fria,** São Paulo, Brasiliense, 1984.

19 Ver PAIVA, Vanilda. “A Igreja moderna no Brasil” in Paiva, V. (ed.) **Igreja e Questão Agrária.** op. cit.

20 Eram as seguintes as regionais da CPT, em 1979: Amazonas, Acre, Rondônia, Pará-Amapá, Maranhão, Piauí, Nordeste II (Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas), Bahia-Sergipe, Mato Grosso, Araguaia-Tocantins, Centro-Sul, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

21 Ver GRZYBOWSKI, Cândido. **Caminhos e Descaminhos dos Movimentos Sociais no Campo.** Petrópolis, Vozes/FASE, 1987.

22 Contag. **Anais do III Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais.** Brasília, Contag, 1979.

IV - Os trabalhadores rurais



recuperam espaço na cena política

O final dos anos 70 e o início dos 80 foram marcados pela eclosão das lutas no campo e nas cidades. Neles evidenciou-se plenamente a crise do regime militar, marcado por dificuldades de natureza econômica, fortalecimento de setores oposicionistas no interior da própria burguesia e contestação popular. O conjunto desses fatores acabou por convergir no processo de abertura “lenta e gradual”, culminando na transição negociada e na escolha de Tancredo Neves para a Presidência da República.

A anistia, com a conseqüente volta dos que tiveram que se exilar por imposição do regime, o fim do bipartidarismo, a liberdade de imprensa, as greves rurais e urbanas, as reivindicações por melhores preços de produtos agrícolas, a luta pela terra, trouxeram à cena política novos atores.

Da perspectiva dos trabalhadores, esse momento viu cristalizar-se uma profunda crítica à estrutura sindical vigente. Enraizada na experiência de resistência acumulada durante os anos anteriores, ganhou densidade a discussão sobre o papel do sindicato na sociedade e na política e sobre a natureza da relação que estabelecia com as suas bases. Momento crucial nesse processo foi a realização da I Conferência Nacional da Classe Trabalhadora, em agosto de 1981. Nela se fizeram representar diferentes correntes de pensamento no interior do sindicalismo, que, nos anos seguintes, se corporificariam na criação de duas centrais sindicais: a Central Única dos Trabalhadores — CUT, e a Confederação Geral dos Trabalhadores — CGT. Elas desempenhariam importante papel na constituição e organização das reivindicações dos assalariados.’

Do ponto de vista dos trabalhadores do campo, suas lutas se intensificaram e deram um salto de qualidade. As razões para isso devem ser entendidas tanto a partir desse novo momento vivido pelo país, que abriu um novo espaço para Sua expressão, como também devem ser buscadas em mudanças que se processaram no interior da dinâmica dos conflitos. Dois fenômenos contribuíram para isso. Um deles foi à entrada em cena de novos mediadores, como foi o caso da Comissão Pastoral da Terra, que acabaram por gerar uma disputa pela representação dos trabalhadores no interior dos movimentos. De alguma forma, esse fato forçou a explicitação de bandeiras e o desenvolvimento de

novas formas de luta. Outro fator de impulso foi o esgotamento e o reconhecimento da pouca eficácia das formas até então dominantes de encaminhamento dos conflitos, que se expressavam nas ações de caráter “administrativo”, predominantes no sindicalismo.

Fruto desse salto de qualidade, os trabalhadores experimentaram novos caminhos, novos atores emergiram e a reforma agrária, bandeira que até então mantivera-se viva no interior dos conflitos no campo, mas que não tinha maior significado para outros segmentos, retomou seu lugar de destaque nas lutas políticas.

Se as lutas no campo e na cidade cresciam e os sinais de liberalização do regime se faziam cada vez mais evidentes, também se verificou uma nova iniciativa do Estado com relação à questão agrária. O discurso oficial sobre a reforma agrária foi retomado e ganhou impulso o que José de Souza Martins chamou a “militarização da questão agrária”.²

1. As experiências de greve no campo

A — A EMERGENCIA DO MODELO DE PERNAMBUCO

A greve dos canavieiros de Pernambuco, em outubro de 1979, época da safra, foi um primeiro experimento de novas formas de luta de trabalhadores assalariados. Articulado desde final do ano anterior, esse movimento foi intensamente preparado, especialmente no caso dos sindicatos mais estruturados e combativos da Zona da Mata, como era o caso de São Lourenço da Mata e Pau-d’Alho.

Além desses municípios, a mobilização também foi feita em outras áreas da zona canavieira. Tal fenômeno só pode ser explicado através da particularidade dessa greve em relação a outras que se verificaram no meio urbano, explicitando o sentido do sindicalismo que se constituiu nas áreas rurais nos anos 70: na coordenação do movimento teve participação ativa a Federação dos Trabalhadores na Agricultura e a própria Contag. Essas entidades, desde o momento em que a idéia era apenas realizar um dissídio coletivo, colocaram lado a lado dirigentes de sindicatos diferenciados, mais combativos e mais acomodados, para que os problemas fossem discutidos em comum e fosse possível traçar uma linha de ação unificada.³

A greve, que mobilizou diretamente vinte mil trabalhadores e vinte e três sindicatos, foi iniciada em São Lourenço da Mata e Pau-d'Alho e teve uma outra característica sui generis: realizou-se totalmente dentro dos parâmetros da lei de greve, considerada uma arma importante pelas lideranças sindicais, uma vez que era percebida como lei impessoal, "vinda de fora", que podia se contrapor às leis privadas, base da ação dos patrões e da repressão, tradicionalmente utilizada no interior dos engenhos e terras de usina no Nordeste. A utilização dessa lei era vista também como uma forma de evitar a intervenção do Estado nos sindicatos, possibilidade sempre presente e que, durante o regime militar, desestruturara muito do trabalho que se fazia de reorganização dos trabalhadores.

No ano seguinte, a greve se repetiu, com a adesão dos 42 sindicatos da Zona da Mata e de cerca de duzentos e quarenta mil trabalhadores. Em 1981, embora não tenha havido greve, houve preparação e mobilização para tal. Nos anos posteriores, novas greves ocorreram e, mesmo quando isso não se deu, foi por haver se chegado a uma solução de acordo durante as negociações, precedidas de mobilização.



Companheiros !

VAMOS TODOS PARAR O SERVIÇO
OS PATRÕES NÃO CHEGARAM PARA O QUE
A GENTE QUER

VAMOS FAZER GREVE PARA TER:

- aumento de salário
- tarefas mais baixas - tabela
- terra para plantar - sítio
- ganho certo na doença

ESTAMOS EM GREVE

Panfleto chamando para a greve, Pernambuco 1980.

Fonte: CONTAG. As lutas camponesas no Brasil, 1980. Rio de Janeiro, Marco Zero, 1981.



ATENÇÃO

Trabalhadores Rurais

-Fichados e Clandestinos-

É HORA DE UNIÃO

DIA 21 DE SETEMBRO

COMPAREÇAM TODOS A ASSEMBLÉIA DO SEU SINDICATO
PARA DECIDIR:

- 1 - AUMENTAR O SALÁRIO
- 2 - ACABAR COM O ROUBO DA VARA E DA BALANÇA
- 3 - TER TERRA PARA PLANTAR - SÍTIO
- 4 - TER AUXÍLIO DOENÇA, PRÁ VALER
- 5 - OUTRAS MELHORIAS

**FICHADOS E CLANDESTINOS UNIDOS DEFENDENDO O VALOR
DO SEU TRABALHO. TODO CAMPEÑÉS NO SINDICATO
DIA 21 DE SETEMBRO**

A convocação para a assembleia, sintetizando as principais reivindicações.
Fonte: CONTAG. As lutas camponesas no Brasil, 1980. Rio de Janeiro, Marco Zero, 1981

A base das greves em Pernambuco foram os trabalhadores permanentes, “fichados”, justamente os mais organizados do ponto de vista sindical. No entanto, suas possibilidades de êxito envolviam a participação do contingente de “clandestinos”, sem vínculo empregatício e até mesmo o apoio dos pequenos produtores do agreste que, nessa época do ano, vem participando do corte de cana como uma forma de aumentar seus rendimentos. Dessa forma, os sindicatos se viram levados a ampliar seu trabalho para segmentos onde, até então, sua ação fora precária.

Do ponto de vista das reivindicações, destacavam-se as de reajuste salarial e de aprovação de uma “tabela de cana”, reedição, modificada, da tabela conquistada em 1963 e que, com a desmobilização que se seguiu ao golpe, tornara-se letra morta. A importância que a tabela assumiu, voltando à pauta de reivindicações na primeira oportunidade, dá a idéia de sua importância como instrumento a ser utilizado no cotidiano dos trabalhadores contra o que eles chamam os “roubos” dos patrões.

Além das demandas salariais, a pauta também incorporou a velha reivindicação do direito a terra, através da lei dos 2 hectares ou “lei do sítio”, bem como uma série de outras, referentes a cláusulas, já presentes na legislação, mas sistematicamente desrespeitadas pelos patrões, como férias, repouso remunerado, fornecimento de ferramentas necessárias à execução de tarefas, equipamento de

proteção contra acidentes de trabalho, adicional de insalubridade nos casos pertinentes, obrigatoriedade da assinatura da carteira de trabalho, de escola primária em toda propriedade que tivesse mais de 50 famílias de trabalhadores, etc.

Mobilização onde foi sempre marcante a presença da estrutura sindical, as greves de Pernambuco também acabaram por se constituir num laboratório e num modelo de ação, que deram maior visibilidade ao projeto sindical rural que tinha na Contag sua força propulsora. Esse modelo tinha dois elementos definidores: a articulação da ação a partir da confederação e a luta respeitando os parâmetros legais.

Foto de Valdir Afonso



Votando pela greve. Barreiros PE.

Fonte: CONTAG. As lutas camponesas no Brasil, 1980. Rio de Janeiro, Marco Zero.



Canavieiro em greve na Zona da Mata, Pernambuco.
Fonte: Revista Tempo e Presença, 211, agosto de 1986.

Ação articulada, cuidadosamente preparada, nela o sindicalismo procurava se fortalecer, articulando as reivindicações dos trabalhadores e, de alguma forma, criando-as. O exemplo típico foi à maneira como foram integradas, nessas greves, as lutas por terra e as demandas salariais, através da reivindicação pelo cumprimento da “lei do sítio”. Divulgando a concepção de que a cessão do lote mais do que um costume era um direito, criava-se no sindicato o espaço político para a luta pela conquista da terra e forjavam-se as diferentes estratégias para chegar a ela (ações na justiça, ocupações), de acordo com as particularidades e definições locais, a nível de usinas e engenhos.⁴

Mantendo a luta dentro dos parâmetros da lei, esse sindicalismo exercitava no limite as potencialidades desse instrumental, salvaguardando um modelo que fora gestado durante todo o período anterior, de respeito aos canais institucionais e de prudência no agir, e que no caso de diversos municípios de



Membros da Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados constata as marcas de espancamentos por jagunços e policiais em um trabalhador. São Lourenço da Mata, Pernambuco.

Fonte: CONTAG. As lutas camponesas no Brasil, 1980. Rio de Janeiro, Marco Zero, 1991



Os trabalhadores se recusam a subir no caminhão.

Fonte: CONTAG. As lutas camponesas no Brasil, 1980. Rio de Janeiro, Marco Zero,



Foto: Valdir Afonso

Aclamação antes da votação da greve.

Fonte: CONTAG. As lutas camponesas no Brasil, 1980. Rio de Janeiro, Marco Zero, 1981

B - A EXTENSÃO DA EXPERIENCIA

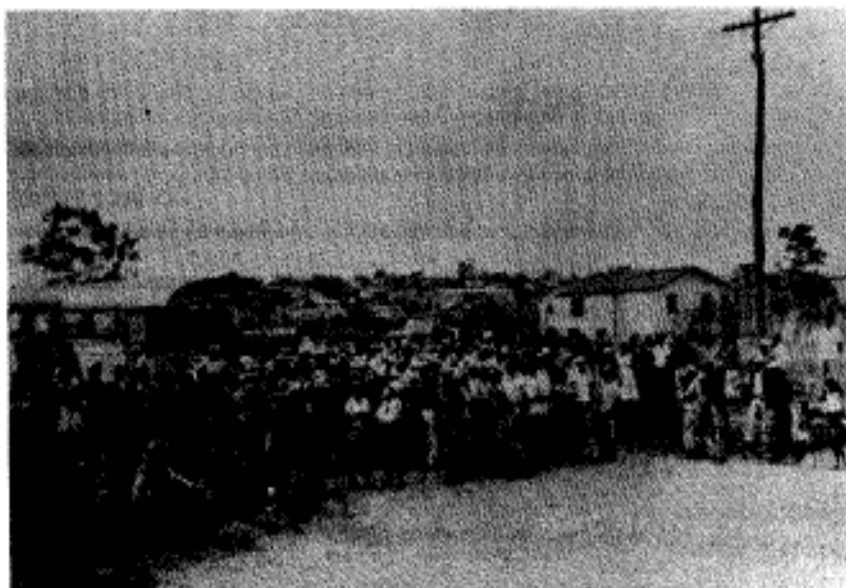
Já em 1980 surgiram outras experiências de greves, mais localizadas, como foi o caso dos apanhadores de café da Bahia e dos canavieiros de Passos, em Minas Gerais. Mas foi nas áreas de cana do Nordeste que se concentraram os esforços no sentido de aplicar o modelo que se constituía em Pernambuco.

Em 1982, o Rio Grande do Norte realizou sua primeira convenção coletiva, na área de produção da cana, culminando em greve. Em 1983, nova greve ocorreu, sendo marcada pela violência patronal e policial. No julgamento do dissídio, os trabalhadores viram atendidas suas principais reivindicações, entre elas, a tabela de tarefas, lote para cultivo de subsistência, auxílio doença, salário família, auxílio à gestante, transporte seguro, carteira assinada, etc.⁵ Em 1984 a Paraíba também se incorporou às lutas grevistas. Nesse estado, os trabalhadores conquistaram a equiparação salarial com Pernambuco, a tabela de tarefas, a diminuição do tamanho das tarefas, no corte da cana, de sete para cinco ruas. Em 1985, nova mobilização, mais fraca, marcada por intensa repressão, resultou em um novo aumento da tarefa.⁶

Em todos esses casos, a experiência da greve não pode ser entendida fora da ação sindical integrada, articulada dentro dos parâmetros oferecidos pela Contag e federações, que decidiam sobre o caráter e oportunidade das greves. Para tanto, foram fundamentais sucessivos encontros de delegados e dirigentes sindicais. O primeiro deles, realizado em Carpina, em 1980, marcou o início de uma programação conjunta, que seria desdobrada em diversos outros encontros de assalariados, onde eram traçadas metas para as campanhas salariais nos diferentes estados, avaliadas experiências, divulgados padrões de ação.

Sob essa perspectiva, sem dúvida os movimentos grevistas nordestinos acabaram por fortalecer o verticalismo sindical e realçar o papel central que a Contag neles assumia. Como veremos adiante, acabadas a greve e as negociações, a mobilização refluí e o que ressalta é o descumprimento dos acordos, com os usineiros e proprietários de engenho recuperando o controle sobre o mercado de trabalho e buscando restabelecer o seu poder, questionado no momento da paralisação.

As greves tiveram por efeito também acirrar a disputa, em determinadas áreas, entre a estrutura sindical e as organizações de apoio e assessoria, portadoras de uma visão distinta sobre a condução dessas lutas. Os efeitos dessa disputa manifestaram-se na competição pelas direções, ampliando o quadro de diferenciação e transformação no interior do sindicalismo rural.



Greve de Passos, MG, 1980.
Foto: Geraldo Ribeiro

C - A LUTA PELO CUMPRIMENTO

Momento espetacular, de explosão popular, onde os trabalhadores vivem situações em que controlam os engenhos e levam os patrões a sentar-se à mesa de negociações, a greve é seguida por um outro longo período onde o cotidiano do trabalho se impõe. E aí que se coloca a questão do cumprimento dos acordos e decisões dos tribunais e, portanto, da concretização dos ganhos obtidos através da paralisação.

Em geral, no interior dos engenhos e usinas, às greves se seguiu com maior ou menor intensidade, dependendo de uma série de variáveis locais, um conjunto de estratégias patronais visando a desmobilização dos trabalhadores. Entre elas destacavam-se as medidas de repressão, com a ação de milícias armadas, ameaças a dirigentes sindicais, advogados, delegados de engenho; formação de “listas negras”, com os nomes dos trabalhadores mais ativos, que passavam a ter dificuldade de encontrar trabalho; dispensa de trabalhadores; introdução de máquinas no processo produtivo, gerando ameaça de desemprego; tentativas de cooptação de lideranças etc. Por esses mecanismos, os patrões buscavam recompor seu poder junto aos trabalhadores e seu controle sobre o mercado de trabalho.

Além das estratégias patronais, o efetivo cumprimento dos acordos encontrava ainda outros obstáculos internos à organização sindical. Na realidade, a possibilidade de mobilização para a greve não correspondia necessariamente a uma organização sólida que impusesse o cumprimento das cláusulas acordadas. Aí entravam em jogo diversos fatores: a diferenciação interna às direções sindicais, muitas delas levadas à greve pela pressão das federações e da Contag; a eficácia da pressão patronal, e a existência e solidez da organização dos trabalhadores no interior das propriedades.

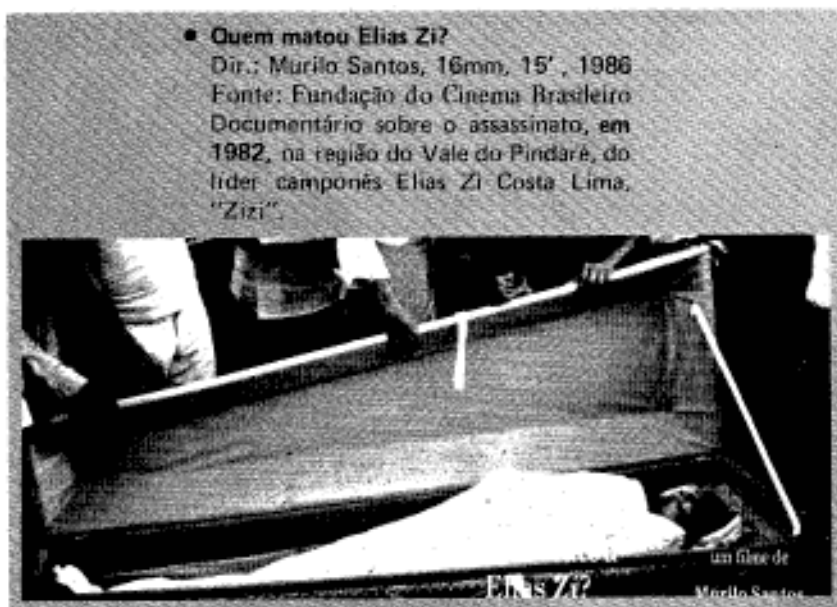
No entanto, se em muitos lugares os ganhos não se concretizaram, em alguns outros, as lutas pelo cumprimento, através de ações na justiça, paralisações, acordos, tornaram-se continuidade das campanhas salariais. Privilegiando algumas cláusulas, avaliadas como mais importantes, intensificaram-se os conflitos entre patrões e trabalhadores, ampliados pela própria existência de um regulamento existente a partir e através da greve.

Foi ainda nesse processo que, em certos municípios, chegou-se à substituição de direções avaliadas pelos trabalhadores como não comprometidas com as lutas e pouco afeitas ao trabalho junto às bases.⁷

D AS GREVES DO CENTRO-SUL: EXPERIENCIAS POR FORA DO MODELO DA GREVE LEGAL

A eficácia do “modelo Pernambuco” parece não ter sido absoluta e as condições de sua extensão a outras áreas foram bastante problemáticas. Em Minas Gerais, por exemplo, as campanhas salariais, apesar de chegarem a alguns ganhos nas convenções, não resultaram em luta pelo cumprimento. Demissões em massa, ação “pacificadora” do governo estadual, através da distribuição de alimentos e formação de frentes de trabalho contiveram as pressões e apontaram para a ineficácia local do modelo.

Mas foi em São Paulo que um outro padrão de greve se desenvolveu com grandes repercussões, quer no interior do sindicalismo, quer para fora dele. Embora desde 1976 fossem promovidas convenções coletivas de trabalho no estado, elas não foram seguidas de mobilizações de trabalhadores e de pressão. No entanto, de há muito era possível observar, na região de Ribeirão Preto, onde a constituição de um mercado de trabalho composto predominantemente por bóias-frias configurou-se de forma exemplar, a emergência de algumas reivindicações. Estas eram acompanhadas de pequenas paradas de turma nas frentes de trabalho, quando dois ou três trabalhadores, conhecedores do descontentamento geral, propunham que o corte não fosse iniciado se o preço da tonelada ou metro não fosse elevado.



Nesse momento já se encontrava, na região, uma preocupação, por parte de alguns sindicalistas, com o estabelecimento de um padrão de ação sindical mais voltado para um trabalho junto aos bóias-frias e para sua mobilização. Para tanto, foram fundamentais algumas alterações que já haviam se processado na direção da Federação dos Trabalhadores, colocando aí dirigentes provindos da área canavieira paulista e com uma concepção de lutas mais afinada com as diretrizes do III Congresso. A CPT também iniciara um trabalho de organização da área. No entanto, as mobilizações mais intensas e que conduziram à greve em 1984 verificaram-se em um município, Guariba, onde sequer a discussão da pauta de reivindicações da campanha salarial em curso tinha sido feita, onde a CPT não tinha trabalho sistemático e onde nem mesmo havia sindicato.⁸

Desde 1983 era bastante grande na região o descontentamento com a introdução do sistema de sete ruas de corte de cana*, sendo a questão introduzida, inclusive na pauta da campanha salarial de 1984. Algumas paralisações foram feitas em torno dessa demanda, acabando por gerar uma explosão social, com ataque às instalações da Sabesp, Serviço de Abastecimento de Água do Estado de São Paulo (que havia recentemente elevado as tarifas de fornecimento de água) e a um supermercado, onde tradicionalmente os trabalhadores faziam suas compras a crédito e que lhes cortara o abastecimento. Os objetos da fúria dos trabalhadores são indicadores das suas condições de vida e das razões mais imediatas da sua revolta.

E só num segundo momento que a Federação dos Trabalhadores na Agricultura de São Paulo interveio, convocando os grevistas para uma assembléia e elaborando uma pauta de reivindicações, o que até então sequer havia. O Acordo de Guariba, como ficou conhecido o acerto que colocou fim à greve, trouxe algumas vitórias para os trabalhadores: a volta do sistema de cinco ruas, preços reajustados para cana mais velha e cana mais nova, fornecimento gratuito de instrumentos de proteção e segurança no transporte diário, registro em carteira etc. Paralelamente às negociações, a greve se estendeu por toda a região canavieira e citrícola do estado. Dezesesseis dias após o início do movimento, 24 conflitos haviam sido noticiados pela grande imprensa, envolvendo cerca de cinqüenta mil trabalhadores, em saques, depredações e greves. Além disso foram realizados mais de 5 acordos, envolvendo cerca de 27 municípios.⁹

Até então cada trabalhador recebia cinco fileiras de cana para cortar e ia amontoando o produto cortado a intervalos previamente estabelecidos. Os estudos realizados por técnicos contratados pelos usineiros revelaram a possibilidade de um maior lucro, através da distribuição de sete ruas. para cada trabalhador. com a alteração, o número de montes de cana seria reduzido e, em conseqüência, os gastos com o combustível usado pelas carregadeiras da cana e com a terra levada juntamente com cada monte carregado. Para os trabalhadores, isso significava um esforço e um desgaste físico muito maior, uma vez que precisariam caminhar mais para amontoar a cana, Portanto, um rendimento menor, uma vez que recebiam por produção.

Nesse mesmo momento, sob o impacto da efervescência dos bóias-frias paulistas, verificou-se ainda a retomada dos movimentos grevistas na zona canavieira fluminense. Nessa área, em que pese toda uma tradição sindical de encaminhamento legal das demandas dos trabalhadores e uma firme adesão às diretrizes da Contag e da federação local, a greve acabou se antecipando aos passos legais, por pressão dos cortadores de cana.¹⁰



Foto: Osmar Cardes, colaboração da CPT

A violência nas greves em São Paulo: bóia-fria morto, na greve de 1984, possivelmente pela Polícia Militar.

Fonte: Tempo e Presença, 199, julho 1985.

E O SIGNIFICADO DAS GREVES

A retornada em escala ampliada dos movimentos grevistas no início dos anos 80 trouxe à luz o modelo sindical que se gestou nas áreas rurais durante os anos de ditadura. Articulado, integrado, portador de determinadas concepções de luta, que se buscou atualizar através do “modelo Pernambuco”: um encaminhamento que explora ao limite as virtualidades da legislação existente, procurando buscar nela o espaço para a mobilização e organização dos trabalhadores.

Testado na prática, ele trouxe uma série de Conquistas para os canavieiros nordestinos, mas que nem sempre puderam resultar em ganhos reais. Entre as greves se colocou a necessidade de uma outra luta: a do cumprimento, que só podia resultar em vitórias a partir de uma organização que, no geral, era bastante frágil. Como já apontamos em outro momento deste trabalho, era enorme a diversidade sindical. Assim, se para alguns municípios de Pernambuco é possível afirmar que o sindicato historicamente se constituiu em uma referência para os trabalhadores, o mesmo não se pode dizer de outros locais, onde o sindicato se configurou apenas como uma agência de prestação de serviços assistenciais. Nesses casos, o que estava em jogo era transformá-lo em uma instância de representação dos interesses econômicos e sociais dos trabalhadores, o que nem sempre foi possível fazer.

Se as greves promoveram uma revisão da ação sindical, gerando substituição de direções em sindicatos e dinamizando a ação de algumas federações, elas também acabaram por reforçar o corporativismo e, na medida do sucesso do modelo, promover o fortalecimento de uma unidade por adesão.¹¹ Tais situações levavam a uma certa dependência dos sindicatos em relação às iniciativas da Contag e das federações, instâncias avaliadas como legítimas para definir adequadamente o momento da greve, a sua forma de condução etc. Com isso, muitas vezes ficou em segundo plano a análise da correlação de forças a nível local, o que se refletiu tanto no próprio desdobramento da greve como na luta pelo cumprimento.

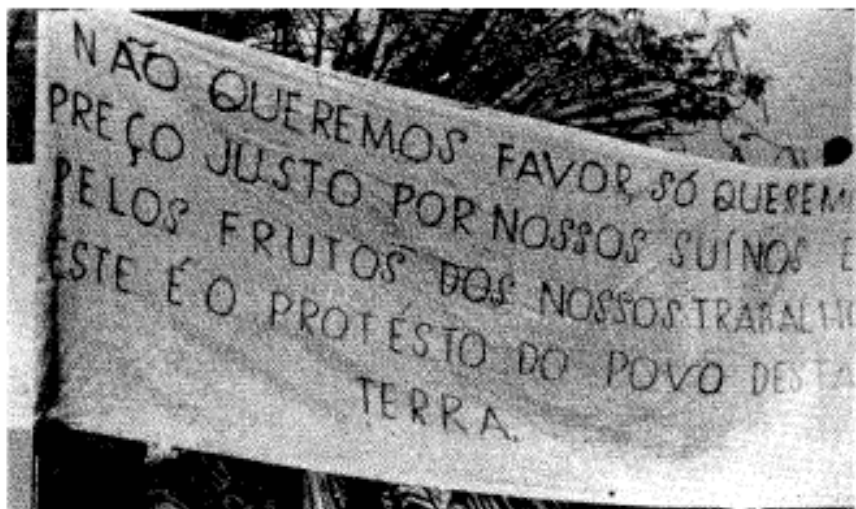
A ampliação dos movimentos grevistas mostrou que a ação integrada do movimento sindical rural, dentro de uma estratégia montada pela Contag, nem sempre pôde se efetivar. O sindicalismo acabou por ser obrigado a assumir greves que surgiram fora de seu controle, sendo a sua captura pelo sindicato um momento posterior à eclosão da luta. Com isso, relativizou-se o modelo da greve legal e a hegemonia do parâmetro de ação elaborado pela Contag.

As greves atualizaram ainda de forma bastante rica uma outra questão presente em muitas análises das lutas dos trabalhadores rurais: a proletarianização exclui a luta pela terra? Já vimos como em Pernambuco a ação sindical articulou as demandas por salário e terra tornando-as complementares. Em outros locais (e São Paulo é um exemplo) a luta salarial e as dificuldades nela envolvidas colocaram em muitos momentos, no horizonte de grupos delimitados de trabalhadores, a questão do controle sobre as terras das usinas como condição para melhoria de suas condições de vida.¹²

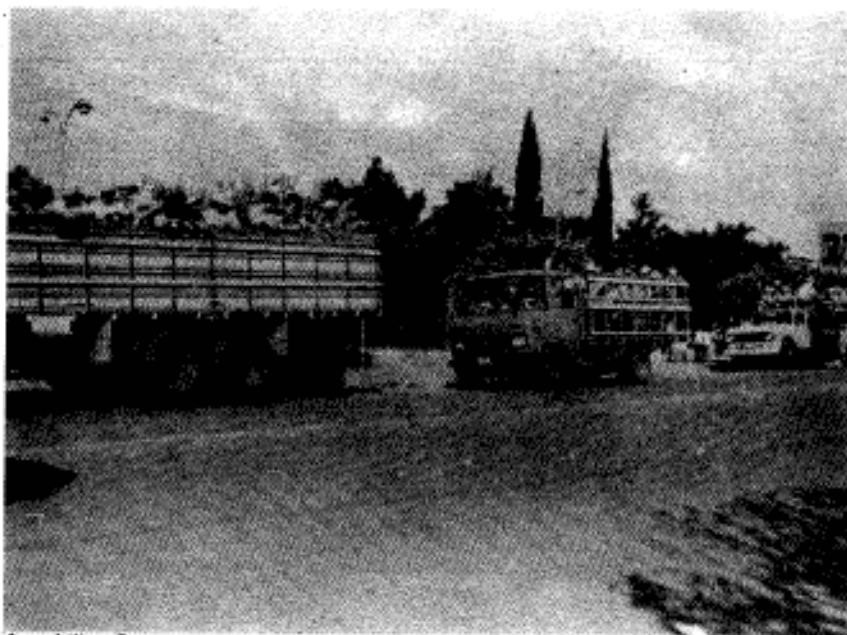
2. Os pequenos produtores mobilizam-se questionando a política agrícola

No final dos anos 70 começaram a aparecer movimentos que trouxeram em seu bojo uma crítica à política agrícola governamental. A base social desses movimentos foi uma nova camada de pequenos produtores que surgiu dentro do processo de modernização da agricultura: os chamados “integrados”, Proprietários da terra, produzindo com mão-de-obra predominantemente familiar, esses produtores, no entanto, foram levados a se especializar em torno de algumas mercadorias demandadas por algum tipo de indústria (soja, fumo, uva, suínos), de quem recebiam instruções sobre o processo de cultivo e financiamento. Para elas vendiam toda sua produção, com pouco ou nenhum controle sobre preços.¹³

Já em 1978, mais de mil agricultores do oeste e sudoeste do Paraná mobilizaram-se em torno da questão das promissórias rurais. Estas eram documentos através dos quais a indústria ou o comércio financiavam, junto ao banco, o capital de giro necessário à compra de produtos agrícolas. Mas tinham uma particularidade em relação às promissórias comuns: aquele que vendia o produto para a indústria ou comércio era quem as endossava. Ou seja, o produtor era o avalista do documento através do qual se obtinha dinheiro para pagar seu produto. No final de 1977, vários frigoríficos e uma indústria de esmagamento de soja pediram concordata no Paraná. Os bancos junto aos quais essas empresas possuíam dívidas tentaram aplicar a lei que lhes dava o direito de cobrar esse dinheiro dos agricultores.



A luta por melhores preços para os produtos agrícolas: suinocultores de Francisco Beltrão, PR. Foto: Oswaldo Dickow



A mobilização dos suinocultores: rumo à cidade.

Fonte: CONTAG. As lutas camponesas no Brasil. Rio de Janeiro, Marco Zero, 1981

Foto: Oswaldo Dickow



Ato público dos pequenos produtores do Sudoeste do Paraná.

Fonte: CONTAG. As lutas camponesas no Brasil. Rio de Janeiro, Marco Zero, 1981

Foto: Oswaldo Dickow

Por esse mecanismo, cerca de mil famílias estavam sendo obrigadas a devolver aquilo que tinham recebido pela venda de seus produtos. No município de Medianeira chegaram mesmo a ser publicados editais de leilões de terras de agricultores inadimplentes. Frente à grita dos pequenos produtores o governo acabou por assumir a dívida.¹⁴

Nos anos seguintes eclodiram lutas em torno de preços pagos pelos produtos, explicitando toda a tensão contida na relação entre pequenos produtores, agroindústria e o Estado, enquanto definidor de políticas agrícolas. Em locais e momentos diferentes, produtores de uva, leite, soja, fumo, porcos fizeram, no ano de 1980, assembleias, atos públicos, trouxeram para as cidades suas máquinas e equipamentos agrícolas, fecharam agências bancárias, trancaram estradas, boicotaram a entrega de produtos.¹⁵ Muitas dessas mobilizações tomaram uma forma espetacular, como foi o caso da luta contra o confisco da soja, que chegou a atingir setecentos mil agricultores e gerou grandes demonstrações de rua. Apesar dessas manifestações aglutinarem pequenos e grandes produtores, a participação dos produtores familiares foi extremamente significativa.

Na região oeste do Paraná, que tem por centro a cidade de Toledo, uma assembleia reunindo cerca de dois mil suinocultores, decidiu bloquear as entradas e saídas dos quatro frigoríficos locais, impedindo a passagem de suínos e derivados. O bloqueio persistiu mesmo após o anúncio do envio de tropas para desfazê-lo. O próprio ministro da Agricultura acabou tendo que ir a região negociar com os produtores, que conseguiram um aumento do preço mínimo da carne e a reabertura das exportações de suínos.

Nesses movimentos, que apontam para uma luta de sobrevivência de um segmento dos pequenos produtores, dentro dos novos parâmetros definidos pela integração com a indústria, há alguns pontos a ressaltar. Deles participaram quer o movimento sindical, quer a Igreja, através de organismos como a CPT ou o MER — Movimento de Evangelização Rural. Impulsionados por uma concepção de um sindicalismo mais combativo, também acabaram por provocar um revigoramento das instituições sindicais locais, multiplicando as chapas de oposição e a disputa por concepções distintas de encaminhamento das lutas.¹⁷

As lutas por melhores preços tinham outra peculiaridade. Colocando o Estado no centro das reivindicações, pelo seu papel na definição da política agrícola, elas assumiram, em muitas situações, um caráter interclassista, reunindo pequenos produtores e grandes empresários sob as mesmas demandas imediatas. Tal fato atualizou a discussão sobre que forças seriam hegemônicas no interior desses conflitos e qual o lugar do sindicato de trabalhadores na representação dos interesses dos pequenos produtores e para onde estes convergiam.

Num momento em que o movimento sindical buscava unificar um conjunto de lutas bastante heterogêneo sob a bandeira da reforma agrária, muitos sindicalistas ligados às áreas de pequena produção apontavam para a importância da articulação dessa bandeira com outras, vinculadas à definição de uma política agrícola que não contemplasse exclusivamente os interesses do grande capital. Para eles, além do monopólio da propriedade da terra, havia outros interesses a serem combatidos, especialmente os das agroindústrias, que submetiam aos seus os interesses da agricultura.

Como se verá adiante, bem cedo, a disputa em torno de quem deveria falar pelos pequenos produtores tornou-se acirrada.

3. Intensifica-se a luta pela terra: revigoram-se antigos personagens, surgem novos atores

No início dos anos 80, a luta pela terra na sua forma recorrente em diversos momentos da história do país, ou seja, envolvendo posseiros e grileiros, rendeiros, foreiros ou parceiros e proprietários de terra e, mais modernamente, posseiros e beneficiários de grandes licitações de terra feitas durante o regime militar, se intensificou. Mas a ela agregaram-se novos personagens, gerados na expulsão de seringueiros dos seringais nativos, para transformá-los em pastagens, na construção de barragens para usinas hidrelétricas, ou pela exclusão a que milhares de trabalhadores agrícolas foram condenados frente ao rápido avanço da modernização no campo. Foi nesse caldo de cultura que novas formas de luta surgiram e que a demanda por reforma agrária se intensificou.

A - A LUTA PELA PERMANÊNCIA NA TERRA

As lutas de posseiros manifestaram-se em todo o país, especialmente na região Norte, sob a forma de resistência à ação das grandes empresas agropecuárias. O grau de violência que se seguiu à resistência dos posseiros permitiu que se pudesse falar em uma verdadeira guerra civil nos campos, tal o número de assassinatos, perseguições etc., que se registraram.

No entanto a resistência à expulsão também esteve presente em diversas áreas do Nordeste, como é o caso do sertão cearense, do brejo paraibano, onde trabalhadores que de há muito viviam nas fazendas, como parceiros ou foreiros, passaram, por diferentes razões, a ser pressionados para deixá-las. No processo de luta pela permanência na terra, a reivindicação por desapropriação das áreas surgiu e a noção de um direito à manutenção de uma determinada relação com a terra se construiu.

Em algumas áreas chegou mesmo a ocorrer retomada de terras através da ocupação, como se verificou na fazenda São José da Boa Morte, no Rio de Janeiro.

Foto: Jornal O Fluminense.



Solidariedade e ameaça na mobilização para libertação dos posseiros que ocuparam a fazenda São José da Boa Morte. Rio de Janeiro. Fonte: CONTAG, As lutas camponesas no Brasil, Marco Zero, 1981.

Além dessas formas recorrentes de luta pela terra, o final dos anos 70 e início dos anos 80 viram também nascer um outro personagem: o seringueiro. Nas áreas de exploração de borracha nativa, especialmente no Acre, os anos 70 também foram marcados pela chegada dos investimentos da Sudam, facilitando a compra de antigos seringais para exploração de madeira e transformação em pastagens. Os desmatamentos que passaram a se suceder ameaçavam a reprodução social dos seringueiros, trabalhadores que viviam da exploração da borracha nas matas nativas.

No início dos anos 80, a resistência dos seringueiros à perda de sua fonte de vida, começou a se fazer, com apoio da Igreja e do sindicato, de forma mais organizada, através dos “empates”: grupos, por vezes bastante numerosos, de homens, mulheres e crianças que se colocavam frente aos peões para impedir o desmatamento.



Lavradores e um padre foram presos quando da ocupação das terras da fazenda São José da Boa Morte, Rio de Janeiro.

Fonte: CONTAG. As lutas camponesas no Brasil. Rio de Janeiro, Marco Zero, 1981
Foto: Jornal O Fluminense

A resistência dos seringueiros que logo teve como vítima uma de suas principais lideranças, Wilson Pinheiro, assassinado em 1980 a mando dos proprietários de terra e mais recentemente Chico Mendes (1988), acabou por consolidar uma organização própria, o Conselho Nacional dos Seringueiros, nascida do I Encontro Nacional dos Seringueiros, realizado em 1985. Também produziu bandeiras próprias, com destaque à luta pela constituição de reservas extrativistas, ou seja, o reconhecimento das áreas da floresta, ocupadas por seringueiros, castanheiros etc., como áreas de domínio da União, com usufruto dos seringueiros organizados em cooperativas ou associações.¹⁸

Com características bastante diversificadas, isolados, violentos, os vários tipos de conflito por terra colocaram com muita força, numa conjuntura de maior liberalização, a questão da terra e de sua função. Embora a nível de cada conflito se colocassem a questão de uma área particular de terra e objetivos muito imediatos de permanência e sobrevivência social e até mesmo física, foi a soma dessas lutas particulares que possibilitou a atualização do debate em torno da reforma agrária e seu significado numa situação de intenso desenvolvimento do capitalismo no campo.

Se no interior do movimento sindical, como já vimos, essa foi uma

bandeira que se manteve viva, a gravidade dos conflitos acabou ainda por fazer com que o próprio governo retomasse o discurso sobre a reforma agrária e, à sua maneira, avançasse medidas que visavam apaziguar as tensões mais fortes. Voltaremos a isso mais adiante.



Chico Mendes, líder dos seringueiros do Acre, assassinado em dezembro de 1988.
Fonte: Conselho Nacional de Seringueiros, STR de Xapuri, CUT, Chico Mendes, jan. 1989

B — OS ATINGIDOS PELAS BARRAGENS

Nos anos 70 iniciou-se no Brasil a construção de grandes complexos hidrelétricos, com a finalidade principal de gerar energia para as indústrias, em acelerado ritmo de desenvolvimento. Para tanto, considerou-se necessária a desapropriação de vastas áreas e, num prazo de tempo relativamente curto, toda uma população de agricultores, comerciantes etc. foram obrigados a abandonar suas casas, terras, trabalho, enfim, romper com um conjunto de relações sociais estruturadas.

No início dos anos 70 construíram-se, no Nordeste, as barragens de Moxotó e Sobradinho. Apesar do grande número de pessoas removidas, não se desenvolveu nenhuma forma expressiva de resistência coletiva. O início da

construção da barragem de Itaparica, entre Bahia e Pernambuco, no entanto, já foi acompanhado por uma mobilização dos atingidos que, informados pelas experiências anteriores, passaram a demandar que lhes fossem concedidas outras terras na beira do lago a ser formado, indenização justa das benfeitorias, manutenção das comunidades, de forma a permitir que as famílias permanecessem juntas, e melhores condições de vida. O descaso das autoridades responsáveis pelo projeto e a tentativa de reduzir todo o drama vivido pelas populações atingidas a um debate de caráter técnico implicaram num aumento da resistência, dirigida pelo sindicato e apoiada pela Igreja. Ela culminou com ações diretas, inclusive de ocupação do canteiro de obras, tentativas de impedimento de entrada de máquinas em áreas não indenizáveis, cortes em cercas feitas pela Companhia Hidrelétrica do São Francisco — CHESF, quando obstruíam passagem etc.

Ao mesmo tempo em que se construía o projeto de Itaparica, também se iniciavam as obras de Itaipu, no Paraná. Em 1978, a empresa responsável pela obra começou a fazer as primeiras reuniões com os trabalhadores. Estimava-se que seriam seis mil os atingidos, entre eles 1.700 posseiros. No final desse mesmo ano iniciou-se a resistência organizada, com a realização de uma grande assembléia na cidade de Santa Helena, que contou com a participação de 1.200 agricultores, representando 66 localidades. As reivindicações que então foram elaboradas diziam respeito às indenizações, consideradas muito baixas, e a melhores condições para o assentamento dos trabalhadores deslocados. Uma segunda assembléia, no início de 1979, ampliou as reivindicações anteriores, exigindo início imediato das desapropriações, reassentamento no próprio estado, indenização discriminando o valor da terra nua, correspondente à área real, adquirida ou de posse, dos lucros cessantes, das benfeitorias e benefícios existentes no imóvel a ser indenizado. No processo de elaboração das reivindicações e de denúncia à sociedade da outra face de Itaipu, a CPT teve papel essencial na organização dos trabalhadores, com o movimento sindical aderindo à luta somente num segundo momento.

O fato de as assembléias não resultarem em nada concreto a nível das demandas levantadas levou os atingidos a realizarem grandes acampamentos, com o apoio de uma organização criada no bojo da própria luta, o Movimento Justiça e Terra. Um desses acampamentos, realizado no ano de 1981, durou 56 dias e culminou com o cercamento do escritório da Itaipu em Santa Helena.

À crescente organização correspondia a ação da Itaipu buscando soluções para o conflito. Entre elas a alternativa foi a indicação, através do Incra, de colonizadoras para agir direcionando os fluxos *migratórios* para a região Norte, buscando, dessa forma, aliviar as tensões sociais. De alguma forma, o Estado e a Itaipu procuravam se eximir da responsabilidade do assentamento.¹⁹

Ao mesmo tempo que se desdobrava o movimento de Itaipu, a Eletrosul iniciava um projeto de construção de barragens no rio Uruguai, que significaria o deslocamento de quarenta mil famílias dos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. O movimento de resistência desencadeou-se ainda nessa fase. Segundo Grzybowski, “a Comissão Regional, com representantes dos atingidos dos dois estados, articulada a núcleos locais e municipais, dá a direção política do movimento, organiza encontros, edita um jornal —A Enchente do Rio Uruguai — e coordena a preparação, em 1985, de um enorme abaixo-assinado contra as barragens. Também são estimuladas as ações de desobediência civil, como a arrancada dos marcos indicativos dos futuros lagos e a criação de obstáculos à circulação de técnicos”.²⁰



Acampamento de protesto dos atingidos pela barragem de Itaipu.
Fonte: CONTAG. As lutas camponesas no Brasil. 1980. Rio de Janeiro, Marco Zero, 1981.
Foto: Claudete Dickow

HINO DA REFORMA AGRÁRIA

Agora nós vamos pra luta /
a terra que é nossa ocupar! a terra é pra
quem trabalha a história não falha
nós vamos ganhar.

Refrão:

Já chega de tanto sofrer
já chega de tanto esperar
a luta vai ser tão difícil / na lei
ou na marra nós vamos ganhar.

Se a gente morrer nessa luta
o sangue será uma semente / justiça vamos
conquistar! a história não falha!
nós vamos ganhar.

Quem gosta de nós somos nós
e aqueles que nos vêm ajudar por
isso confia em quem luta /

a história não falha
nós vamos ganhar.

Hino é Reforma Agrária

Entre as várias músicas cantadas neste período de retomada das lutas, destaca-se o HINO pela REFORMA AGRÁRIA escrito nos anos 60 por BENEDITO MONTEIRO, advogado e político paraense.

Nesse processo, a luta evoluiu de uma demanda por desapropriação com pagamento justo e assentamento no próprio estado, para a reivindicação de terra por terra, caminhando, num momento seguinte, para o próprio questionamento da construção de barragens. Como veremos mais adiante, foi a luta contra as barragens uma das origens do Movimento dos Sem Terra, enquanto identidade social e organização específica.

Processo semelhante evidenciou-se ainda na construção da barragem de Tucuruí, pela Eletronorte, onde também se verificou a ação direta dos trabalhadores, inclusive com acampamentos junto aos escritórios da companhia responsável pela construção da hidrelétrica.²¹

Tanto nos projetos no Sul do país, como nas regiões Norte e Nordeste, a luta dos atingidos contou com a mediação dos sindicatos e da Igreja, que foram



fundamentais não só para denunciar as arbitrariedades das empresas, e mostrar a outra face do “progresso” que as barragens diziam trazer, como, principalmente, para socializar experiências dos diversos movimentos e encaminhar formas mais eficazes de luta.

No conjunto, as reivindicações e as formas de luta desenvolvidas nesses movimentos indicavam que o que estava em jogo era mais do que o pagamento de um determinado montante de dinheiro a título de indenização de uma terra. Os projetos de barragens feriam todo um modo de vida. A defesa do espaço social e cultural desses trabalhadores vai progressivamente tornando-se importante no desenvolvimento das lutas e acúmulo de experiências delas decorrentes.

● **Uma questão de terra**

Dir.: Manfredo Caldas, 16mm, 80', 1989

Fonte: FASE/Fundação do Cinema Brasileiro

A violência no campo na Paraíba.

A trajetória de sofrimentos e lutas do povo nordestino, através de relatos e denúncias de pessoas que tiveram participação nas lutas e trabalhos no meio rural paraibano.

(Retrata período 82, 83, 84, 86)

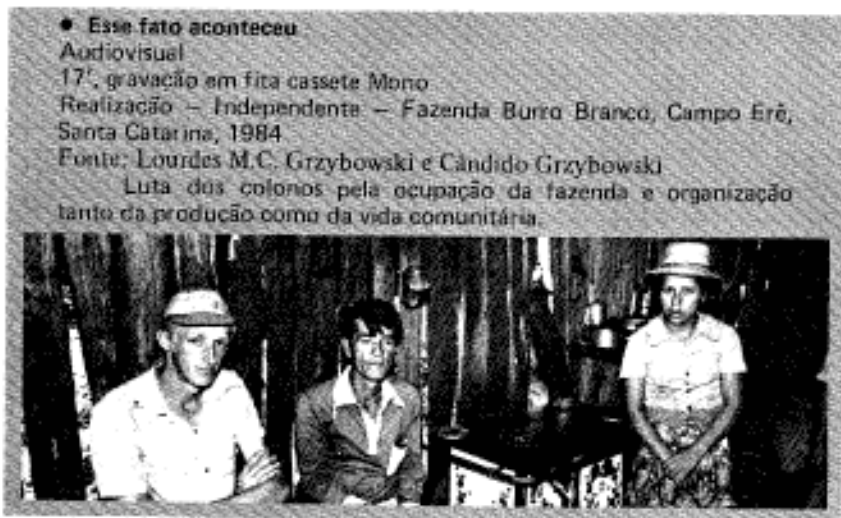


C - OS SEM TERRA

No início dos anos 80, surgiu um novo personagem nas lutas pela terra no país: os chamados Sem Terra. Os processos sociais e econômicos que deram origem e conformaram essa identidade e produziram um movimento específico têm suas raízes em experiências diversas que, em um dado momento, se entrecruzaram.

Uma das mais significativas foi a exclusão de todo um conjunto de trabalhadores do processo de modernização pelo qual passou a agricultura do Sul do país e que resultou na impossibilidade de reprodução social de setores de pequenos agricultores familiares. A crescente dificuldade em dividir os já pequenos lotes ou de comprar novas terras na própria região, tendo em vista o progressivo caráter empresarial que essa agricultura assumia e os altos preços da terra, gerou contingentes de trabalhadores precariamente integrados na produção. Eles iriam constituir uma das bases da luta pela terra.

Frente à pressão que se intensificava, uma solução encontrada por parte dessa população, estimulada pela propaganda da política agrária dos governos militares, foi a migração para as áreas de fronteira, em busca de novas terras nos projetos de colonização, quer oficiais quer privados, ou mesmo a ocupação de terras aparentemente devolutas. No entanto, desde logo muitos voltaram, descontentes com as condições inóspitas das novas regiões, com o isolamento e a falta de apoio à produção etc., transformando-se em um alerta importante nos movimentos de luta pela terra no Sul.



Segundo lavares dos Santos, os “colonos” retornaram com a consciência modificada pela sua árdua experiência e passaram a reagir, denunciando e participando da gestação da recusa da política de colonização. Assim, ao se reincidirem nos movimentos camponeses meridionais, os retornados passaram a agregar as reivindicações pelo produto e pela terra outro significado que perpassava as várias mobilizações: a negação das propostas oficiais de transferência para a Amazônia.²²

Às experiências dos colonos, agregou-se a das lutas dos expropriados pelas barragens. No oeste do Paraná, por exemplo, os remanescentes dos atingidos, parceiros, posseiros, filhos de pequenos produtores, desde logo se articularam num movimento reivindicativo, o Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste, apoiados principalmente pela CPT.

Os primeiros momentos de luta desses grupos foram ocupações de terra, isoladas. Em 1979, posseiros expulsos da reserva indígena de Nonoai pelos índios e que não aceitaram a proposta de serem removidos para projetos de colonização oficiais ocuparam as fazendas Macali e Brilhante, na região de Sarandi. Em 1980, trabalhadores catarinenses ocuparam a fazenda Burro Branco, em Campo Erê, Santa Catarina. Nessa mesma época foi ocupada a fazenda Primavera, em Andradina, São Paulo. Em todos os casos, tratava-se de terras improdutivas e a tensão gerada acabou por desencadear desapropriações.



Foto: Ricardo Maltra

Acampamentos: a pressão na luta por reforma agrária.
Fonte: Revista da ABRA – ano 15, nº 2, mai./jul. 1985



Fonte: Revista da ABRA – ano 15, nº 2, mai./jul. 1985
Foto: Nair Benedicto

O salto de qualidade dessas lutas se deu, no entanto, no momento em que cerca de 300 famílias, em 1981, acamparam na Encruzilhada Natalino, próxima às áreas da Macali e Brilhante. Esse era um lugar histórico e simbólico da luta pela terra no estado. Já tinha sido ali realizado um acampamento nos anos 60, durante o governo Brizola. A terra já fora desapropriada por esse governador, mas naquele momento estava arrendada pelo estado a grandes empresários. O número de famílias no novo acampamento dobrou em cerca de dois meses. Foi grande a repercussão na imprensa, conseguindo mobilizar a opinião pública em seu favor.

Apesar das tentativas de repressão do governo federal, que fez um verdadeiro cerco militar ao acampamento, enviando inclusive para lá o famoso major “Curió”, os acampados resistiram, contando com o apoio decisivo da CPT. Embora alguns concordassem, afinal, em se deslocar para o projeto de colonização de Lucas do Rio Verde, em Mato Grosso, cerca de 200 famílias transferiram-se para uma pequena área comprada com apoio da Igreja, constituindo-se o acampamento de Nova Ronda Alta, que continuou a pressão por terras. Em 1983, o governo estadual acabou por adquirir quatro fazendas no estado para assentar os acampados.

A luta de Encruzilhada Natalino, no entanto, não se esgotou aí. Recolocando de forma incisiva a questão da terra, inaugurando uma nova forma de luta, ela teve como principal fruto um processo de articulação de movimentos que

tinham por uma de suas expressões as ocupações anteriormente mencionadas e que eram marcadas por uma profunda influência da Igreja. O próprio símbolo de Ronda Alta era uma cruz, entendida como evocação “dos sacrifícios a que os colonos estavam submetidos e da fé em Deus e na união da classe”.²³

Na articulação dessas lutas, o sindicalismo foi ausente, pelo menos enquanto direção. Elas acabaram por dar origem a um movimento particular, que, embora se definisse como articulação dentro do movimento sindical, passava ao largo dele.

Em 1982, deu-se um primeiro encontro de lideranças em Medianeira, no Paraná, com participação de representantes do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul. No ano seguinte, novo encontro foi realizado em Chapecó e em 1984, num encontro em Cascavel, entre a liderança dos cinco estados mencionados e de mais seis outros, formalizou-se a criação do Movimento dos Sem Terra, entendido como movimento de massa. Sua bandeira de luta era: “Terra não se ganha, se conquista”, o que implica numa valorização de formas mais incisivas de luta como as ocupações e os acampamentos e, ao mesmo tempo, num esforço enorme de organização.

4. O sindicalismo numa conjuntura de mobilização: ambigüidades

Como apontamos anteriormente, o III Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais foi convocado, preparado e realizado sob

o signo das mobilizações de diversas categorias de trabalhadores rurais. A ele se seguiu, como desdobramento, uma série de encontros, por problemas ou regiões específicas, cuja finalidade era a de promover a troca de experiências entre lideranças, avaliação de vitórias e derrotas, programação de linhas de ação. Também se pretendia, através deles, comprometer dirigentes com determinados programas de atividades. Esperava-se, assim, colocar em prática uma pedagogia através da qual o sindicalismo pudesse se renovar internamente, tornando-se capaz de exprimir e mediar as lutas que se davam no campo. Os encontros constituíam-se, segundo essa perspectiva, no canal para a continuidade da construção de um movimento sindical integrado de cima a baixo, onde a diversidade de lutas pudesse se articular sob uma direção única.

Com esse objetivo, realizaram-se reuniões de dirigentes de áreas de predomínio de assalariados, onde eram avaliadas e programadas as campanhas salariais de diversos estados; de política agrícola, nos quais se reuniam sindicatos de áreas de pequena produção; de conflitos de terra; de áreas afetadas pelas secas; do vale do rio São Francisco, onde se discutiam questões especialmente referentes às barragens e às enchentes; da área de babaçu, etc. Em cada uma delas fazia-se, a partir da avaliação das condições do movimento local, uma

programação de atividades a serem desenvolvidas.

Os resultados desses encontros foram bastante heterogêneos, quer em termos regionais, quer a nível das questões específicas com que o sindicato se enfrentava.

Dois temas merecem destaque especial a esse respeito: a luta pela terra e a luta salarial.

Do ponto de vista dos assalariados, como já vimos, o modelo de ação eleito para o encaminhamento das lutas foi o das greves dentro dos parâmetros definidos pela lei de greve. Resultando em ganhos no momento das negociações, o modelo esbarrava no fato de que, não havendo uma sólida organização a nível de engenhos, usinas e municípios, as conquistas ficavam anuladas pela impossibilidade de se constituir uma luta pelo cumprimento das cláusulas acordadas durante as paralisações. No cerne do encaminhamento estava pois o dinamismo do sindicato nos momentos menos espetaculares, onde não havia a presença da confederação “puxando” a luta.

Em outros estados, como São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais a movimentação dos trabalhadores ultrapassou os passos legais e, em algumas situações, adiantou-se aos próprios sindicatos. No interior do sindicalismo criavam-se, assim, novos fatos políticos, que levavam ao questionamento de um modelo que muitos viam como ritualizador e burocratizador das greves. Com eles, surgiram padrões distintos de ação sindical que, mais do que uma adaptação local de um modelo geral, constituíram-se em uma nova concepção sobre o que significava a luta sindical.

Mas, talvez seja na luta pela terra que as tensões internas ao sindicalismo tenham sido levadas ao seu ponto máximo. Como já mencionamos, ao longo de sua história, o sindicalismo rural privilegiou um encaminhamento “administrativo” dessa luta, compreendendo ações de denúncia junto aos poderes públicos e demandando a aplicação de alguns instrumentos legais, tais como o Estatuto da Terra, através da desapropriação das áreas em litígio. Do ponto de vista do apoio à resistência dos trabalhadores, ela se traduzia nas ações da justiça, tentando garantir sua permanência na terra. Como desdobramento do III Congresso, as mobilizações encaminhadas pelo sindicalismo foram atos públicos, concentrações, visando pressionar os organismos competentes, em especial o Incra. Já no final de 1979 realizou-se uma série de atos, em diversos estados, em comemoração ao décimo quinto aniversário do Estatuto da Terra. A partir daí, essas concentrações proliferaram, a propósito de ações de despejo, de prisões, de assassinatos. Em todas elas a mesma demanda: reforma agrária, com aplicação do Estatuto da Terra. Sem dúvida, a pressão assim desencadeada acabou por impulsionar algumas desapropriações, mas esteve longe de levar ao processo de reforma agrária demandado pelo próprio sindicalismo.

Promovendo o encaminhamento dos conflitos nos marcos institucionais, o sindicalismo, só secundariamente, se agregou a ações que ultrapassavam esses limites — como foi o caso das ocupações de terra e dos acampamentos. Quando as apoiava, era num momento especial, em que já haviam se tornado fato político irreversível e a presença sindical tornava-se importante para ligar a luta particular ao conjunto das que se travavam no país.

Esse vai ser também um outro pólo de disputa no interior do sindicalismo. As experiências concretizadas nos movimentos por terra, quer de resistência quer de acampamentos e ocupações, acabaram por desaguar em tentativas de conquistar os sindicatos. Multiplicaram-se as chapas de oposição, portadoras de uma nova concepção sobre o papel do sindicato no encaminhamento dos conflitos e que cobravam o cumprimento das resoluções do III Congresso referente à ocupação de terras. Foi no interior dessa crítica que começou a se elaborar uma concepção de recusa ao Estatuto da Terra como instrumento capaz de promover a realização da reforma agrária demandada pelos trabalhadores.

Sem dúvida, nessa diversificação interna que brotava dos conflitos no campo estava embutido um debate que ultrapassava de longe o movimento sindical dos trabalhadores rurais. Numa conjuntura mais geral de revigoramento do sindicalismo, de desenvolvimento de práticas tendentes a afirmar o princípio da autonomia sindical e da conjugação de esforços no sentido de criar uma central única de trabalhadores, estava sendo amplamente discutida a natureza de ação sindical e do papel dos sindicatos no momento político que então se vivia.

Fundamentalmente o que estava em jogo pelas diferentes forças envolvidas na criação da central sindical era o lugar que a estrutura sindical existente ocupava, algumas correntes defendendo a criação da central a partir de sindicatos, federações e confederações existentes, outras enfatizando o papel das bases sindicais, das comissões de fábrica e buscando reduzir ou anular o peso das federações e confederações.

Esse debate já esteve presente na I Conclat, realizada na Praia Grande, em São Paulo, em 1981, no entanto, conseguiu-se formar uma comissão nacional pró-CUT unitária. As divergências se precipitaram nos anos seguintes, resultando na realização de dois congressos, um em agosto de 83, onde se fundou a CUT, outro em outubro, de onde saiu a Conclat — Coordenação Nacional das Classes Trabalhadoras.

Do ponto de vista que nos interessa mais de perto, a participação dos trabalhadores rurais na Conclat de 1981 foi bastante expressiva, não só em termos numéricos (cerca de um terço dos delegados presentes), como a nível da atuação política, a Contag procurando preservar a unidade das diferentes tendências sindicais. O sindicalismo rural conseguiu ainda que entre as reivindicações

aprovadas no encontro constasse a sua bandeira maior, a “reforma agrária massiva, ampla e imediata, com a participação direta dos trabalhadores, visando promover a melhor distribuição de terras e modificações estruturais no regime de sua posse, uso e propriedade”.

No processo que se seguiu, de preparação do próximo congresso, onde seria fundada a Central Única dos Trabalhadores, a Contag mostrou-se bastante crítica de propostas que não fizessem do sindicato o eixo de participação na central, apoiando as teses que se mostravam mais próximas da própria estruturação do sindicalismo rural, onde tinham peso decisivo às federações e a confederação. Com essa perspectiva, alinhou-se aos grupos que propunham adiamento na realização do congresso, alegando que a precipitação na criação da central implicaria em fundar uma entidade pouco representativa. Quando da convocação do encontro de criação da CUT, para São Bernardo, em agosto de 1983, decidiu-se a não participar dele, alegando duas ordens de fatores: o acirramento das divergências partidárias (PT X PMDB e entre correntes no interior do PMDB) frente ao fato do encontro ter lugar em São Bernardo; e o regimento do congresso que permitia a participação de delegados por fora das entidades sindicais, aspecto considerado inaceitável pela Contag.²⁴

Em que pese à decisão da Contag, apoiada pelo seu Conselho de Federações, houve uma expressiva participação de rurais no congresso de Fundação da CUT, tanto no que se refere a delegados de base quanto de direções sindicais. Expressava-se, assim, claramente, que no interior do sindicalismo rural já existia um questionamento da hegemonia das concepções da direção da Contag. Para além da presença numérica, há que se considerar ainda que o encontro aprovou um plano de lutas onde, entre outros pontos, constava a demanda por uma reforma agrária “radical, ampla, massiva, imediata e sob o controle dos trabalhadores rurais, a partir da demarcação do uso coletivo da terra” e a proposta de “ocupação imediata das terras dos grileiros, das terras do Estado, dos latifúndios improdutivos ou não, e coletivização das grandes empresas capitalistas nacionais e internacionais”. Ao nível de uma organização mais ampla principiava a cristalização de algumas concepções e práticas sindicais que vinham se gestando no interior das lutas no campo, criavam novos fatos políticos e constituíam a base da disputa pela representação dos trabalhadores rurais. Tal fenômeno não pode ser explicado sem uma referência à ação da Igreja no campo.

PARTICIPAÇÃO NA CONCLAT- 81

	Urbanos	Rurais	Total
Delegados	4073	963	5036
Sindicatos	469	363	832
Associações	211	-	211
Federações	27	16	43
Confederações			05
Estados			23

PARTICIPAÇÃO NA CONCLAT-83



	Urbanos	Rurais	Total
Delegados Dir.	1174	560	5087
Delegados Base	2299	1054	5087
Sindicatos	369	304	673
Associações	219	—	219
Federações	07		07
Entidades Nac.			09
Est. /Territórios			26

Obs.:Confederações ausentes
 Fonte: Jornal da CONCLAT, nº 2, 27/8/83

5. A Igreja e os problemas da terra

A intensificação dos conflitos e a crescente mobilização dos trabalhadores significaram também uma maior presença da Igreja junto a esse segmento. Sua participação foi mesmo essencial para algumas resistências bem-sucedidas, como foi o caso de Ronda Alta ou na articulação do Movimento dos Sem Terra.



Foto: José Lourenço Pechtol

Celebração ecumênica na luta pela terra.
Fonte: Tempo e Presença, nº 211, agosto 1986

No entanto, além do trabalho das igrejas particulares — da prática de alguns bispos em determinadas dioceses —, das comunidades eclesiais de base e da CPT a ação da Igreja, enquanto instituição, ganhou um outro peso a partir de 1980, com a divulgação do documento “A Igreja e os Problemas da Terra”, produto da XV III Assembléia da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Nele eram denunciados o modelo econômico vigente no país, a concentração fundiária, as migrações de trabalhadores, a violência e a exploração no campo. Afirmando ser a terra uma dádiva de Deus, a Igreja criticava sua apropriação como instrumento de exploração do trabalho alheio e fazia a apologia da “terra de trabalho”, configurada na propriedade familiar, na posse, na propriedade tribal e comunitária. Ao mesmo tempo reafirmava o seu apoio “as justas iniciativas e organizações dos trabalhadores, colocando as nossas forças e os nossos meios a serviço de sua causa”.

Nossa atuação pastoral, cuidando de não substituir as iniciativas do povo, estimulará a participação consciente e crítica dos trabalhadores nos sindicatos, associações, comissões e outras formas de cooperação para que sejam realmente

organismos autônomos e livres, defendendo os interesses e coordenando as reivindicações de seus membros e de toda sua classe “. ²⁵

Assumindo oficialmente, em que pesem suas divergências internas, a defesa dos trabalhadores rurais, a Igreja dava uma maior legitimidade às lutas. Numa conjuntura de intensificação dos conflitos, foi enorme a repercussão do documento, ao mesmo tempo em que se expandia a ação das instituições para eclesiais, especialmente da CPT, que passava agora a contar com maior respaldo da própria Igreja.

● **Nossa Greve em 82**

Realização: FASE-Regional Sudeste-Sul, U-Matic, 35', 1982

Fonte: FASE

A greve dos canavieiros de Pernambuco, do momento de realização da assembleia dos delegados sindicais até a vitória. 1982



Fotos: Marcelo Riani Marques



Foto: José Lourenço Pechtol

As romarias: instrumento de mobilização
Fonte: Tempo e Espaço, nº 211, agosto 1990

Diversificando suas áreas de atuação, ampliando seu trabalho junto aos pequenos produtores, a CPT manteve sua linha de estímulo a um outro padrão de organização dos trabalhadores, baseado no que chamava de um “sindicalismo de base”: “O movimento sindical não se transformará pela força das posições dos dirigentes sindicais, por mais autênticas que sejam. A raiz da renovação está na classe, nas lutas por seus direitos. Isso demanda a construção de novos canais de organização dentro dos sindicatos, democratização do poder, formação de novas lideranças, formação continuada dos associados . . . Sem superar o ‘presidencialismo’ reinante nos sindicatos, pouco ou nada se fará. Sem que se articule a força das classes organizadas, pequeno será seu poder político”.²⁶ Não é difícil perceber como essas concepções acabaram, em diversos locais, por gerar diferentes níveis de tensão com o sindicalismo existente, e um revigoramento das “oposições”. A participação da CPT nas lutas que deram origem ao Movimento dos Sem Terra e nas mobilizações contra as barragens são exemplos típicos dessa tensão.

Ao mesmo tempo em que expandia seu trabalho, tanto do ponto de vista geográfico como qualitativamente, a CPT desenvolveu toda uma Teologia da Terra, reflexão sobre os elos de ligação entre a fé e a vida dos trabalhadores rurais, que tem na terra seu ponto central. Dessa forma, como o aponta Regina Novaes, tende

a constituir-se um discurso religioso totalizador, que busca articular todas as dimensões da vida social, e dessa forma, capaz de gerar novas identidades. Uma identidade religiosa que dá o contorno e justifica a luta política. Vinculado a esse discurso, organizou-se toda uma prática que passou a disputar a direção de lutas dos trabalhadores, procurando investir-se no papel de seu “intelectual orgânico”.²⁷

6. O Estado e os conflitos no campo

O entendimento dos desdobramentos dos conflitos no campo nos anos 80 deve passar também por uma análise da relação que se estabeleceu entre eles e o Estado e que teve algumas particularidades no governo Figueiredo. Grosso modo, pode-se dizer que o discurso sobre a reforma agrária foi assumido pelo governo e que sua ação sobre as lutas se complexificou através do que José de Souza Martins vem chamando de “militarização da questão agrária”.²⁸

A ação do Estado sobre os conflitos combinou três dimensões: a repressiva, a intervenção regularizadora sobre algumas áreas de tensão e uma intensa propaganda sobre a realização da “maior reforma agrária do mundo”. Todas elas visavam a neutralização política dos conflitos no campo.



Foto: João Roberto Ripper

Violência no campo, com a participação de juiz e oficiais



Violência no campo, com a participação de juiz e oficiais

Violência

Do ponto de vista da violência, permaneceram as práticas anteriores de repressão sobre os movimentos, quer abertas, como a intervenção policial e até mesmo militar nos conflitos, quer mais veladas, através da abertura de espaço e omissão quanto à ação das milícias privadas de grileiros e proprietários de terra.

À medida que o Estado tornou-se um agente produtivo, também se constituiu num instrumento de expulsão de trabalhadores. O caso exemplar talvez seja o da construção de barragens, onde a lógica do “progresso econômico” implicou em despejos, indenizações irrisórias, repressão policial, enfim, um quadro que em nada se distingue da violência dos grandes proprietários e grileiros.

Mas há um outro aspecto a ser ressaltado ainda nessas práticas. Ao crescimento das organizações dos trabalhadores correspondeu o desenvolvimento de ações seletivas por parte das milícias privadas. Seu alvo passou a ser as lideranças sindicais, advogados, agentes de pastoral, como caminho para semear novamente o medo e tentar impedir a continuidade das lutas. Esses crimes, inúmeros, permaneceram impunes, embora os mandantes fossem de conhecimento público. Enfim, a violência privada só pode existir com a conivência do aparato judiciário.

- **A Terra Queima** — vídeo em VHS, 55'

Dir.: Geraldo Sarno
 Fonte: CETA/IBASE
 Depoimentos dos lavradores e camponeses sem terra sobre as dificuldades de sobrevivência no sertão. Os camponeses relatam as formas de trabalho que adotaram e que resultarem numa nova forma de organização e um novo tipo de solidariedade. Denunciam ainda os assassinatos de vários lavradores da Região (período da seca, Nordeste, 1985).



Foto: Sonia Rodrigues

- **A Chacina do Sarampo**

Realização: Univ. Estadual do Sudoeste da Bahia, VHS, 22', 1987
 Fonte: ABVP
 O vídeo mostra a luta pela terra na região Sul da Bahia, uma das mais violentas do país, a partir de uma emboscada em que morreram 4 posseiros no município de Canavieiras, e que ficou conhecida como Chacina do Sarampo.
- **Terra de Pedra**

Realização: TV VIVA, U-Matic, 15', 1985
 Fonte: ABVP
 A ocupação da fazenda Caldeirão, no município de Pedra, agreste de Pernambuco. O momento da ocupação coincide com o centenário da cidade.

Intervenção direta nos conflitos

A ação mais direta do Estado sobre as questões de terra começou a se evidenciar em princípio de 1980, com a criação do Grupo Executivo das Terras do Araguaia — Tocantins, Getat, anunciada poucos dias antes da Conferência dos Bispos em Itaici. Com o anúncio da medida, buscava-se dar novos parâmetros para as discussões que se fariam nesse encontro e neutralizar as esperadas críticas da Igreja.

Com a criação desse órgão, o Incra deixava de ter ação sobre conflitos na área. A coordenação do grupo passava às mãos da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional, com poderes de alienação de imóveis, reconhecimento de posses, discriminação de terras devolutas ilegalmente ocupadas, resolução de projetos pendentes para a obtenção de títulos ou licenças de ocupação de áreas. Alguns meses depois foi criado o Grupo Executivo do Baixo Amazonas (Gebam), com características semelhantes.

As áreas de atuação dos grupos executivos eram extremamente tensas, envolvendo disputas de terras entre posseiros, grileiros e grupos indígenas, marcadas por uma feroz resistência e muita violência. Na avaliação de Alfredo Wagner de Almeida, com a criação desses grupos, a reforma agrária “além de passar a ser pensada como uma questão de segurança nacional, passa a ter uma aplicação dirigida por um aparelho repressivo de Estado. O objetivo a que se propõe é realizar uma reforma fundiária, prevendo distribuição de terras públicas e desapropriação de terras particulares. Tal aplicação objetiva ainda uma neutralização dos movimentos de trabalhadores rurais e grupos indígenas que têm se confrontado com a implantação dos projetos agropecuários, madeireiros e de extração mineral”.²⁹

● **Movimento Sindical dos Produtores de Uva**

Audiovisual

18', gravação em fita cassete Mono

Realização: Independente – Região do Rio Grande do Sul, 1984

Fonte: Lourdes M.C. Grzybowski, Cândido Grzybowski e João Carlos Duarte

Mostra uma luta que tem seu eixo nas relações entre produtores rurais e industriais, em especial a fixação de preços e condições de comercialização.



O passo seguinte foi a criação do Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários, em 1982. Com essa medida, o governo reconhecia a dimensão dos problemas fundiários do país e, ao mesmo tempo, expressava uma determinada leitura deles: tratava-se de uma questão nacional. Não por acaso, esse ministério foi entregue ao general Danilo Venturini, que passou a acumular com ele a Secretaria do Conselho de Segurança Nacional. Além disso, parece que era ele o responsável pelos estudos e acompanhamentos militares sobre as dimensões sociais e políticas da luta pela terra.²⁹

Ao mesmo tempo em que se verificava uma progressiva militarização da questão agrária, crescia também a intervenção do Estado sob a forma de desapropriação de áreas por interesse social, em situações de tensão extrema, como os casos de Alagamar, na Paraíba, ou de Ronda Alta, no Rio Grande do Sul, bem ilustram. Em todos os casos prevalecia sempre o princípio de que a base da reforma agrária deveria ser a conciliação, ou seja, as desapropriações seriam feitas quase que a pedido dos proprietários, a preços considerados justos.³⁰

Propaganda

Nessa mesma época, as ações de desapropriação e as titulações (regularizações fundiárias) alimentavam a propaganda governamental sobre o andamento da reforma agrária, visando neutralizar os efeitos sobre a opinião pública de medidas como a expulsão ou ameaças de expulsão de padres, enquadramento de dirigentes sindicais na Lei de Segurança Nacional, denúncias, tanto por parte da Igreja, como do movimento sindical, sobre a intensificação da violência no campo, assassinatos e perseguições de lideranças sindicais, agentes de pastoral etc.

Mas há um outro espaço, para além da militarização, de ação em busca da neutralização política dos conflitos fundiários: o revigoramento da ação do PDS no campo, disputando em muitos locais as direções sindicais. Assim, não poucos sindicalistas denunciavam a existência de uma verdadeira campanha para impedir que os sindicatos tivessem direções afinadas com as demandas dos trabalhadores.

No entanto, permanecendo a base real dos conflitos, e num certo clima de abertura política, a neutralização dos conflitos foi muito localizada e parcial. Como vimos anteriormente eles se multiplicavam e diversificavam, ao mesmo tempo em que davam novo vigor às organizações de representação dos trabalhadores rurais.

Notas

1 Sobre o período ver: TAVARES, Maria Conceição e ASSIS, J. Carlos. **O Grande Salto para o Caos**, op. cit.; Cedec, **Sindicato em uma Época de Crise**, Petrópolis, Cedec/Vozes, 1984; SORJ, Bernardo e ALMEIDA, Maria Hermínia T. (org.) **Sociedade e Política no Brasil pós-64**, op. cit.; KRISCHKE, Paulo e Mainwaring. **A Igreja nas bases em tempo de transição (1974-1985)**, Porto Alegre, L&PM/Cedec, 1986.

2 Ver MARTINS, José de Souza. **A Militarização da Questão Agrária no Brasil**. Petrópolis, Vozes, 1984.

3 Ver SIGAUD, Lygia. **Greve no Engenho**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980; SIGAUD, L. “Luta Política e Luta pela Terra no Nordeste” in **Dados**, val. 26, nº 1, 1983; SIGAUD, L. “A Luta de Classes em Dois Atos”: Notas Sobre um Ciclo de Greves Camponesas” in Projeto de Intercâmbio de Pesquisa Social em Agricultura, **Anais do 11º Encontro**, Botucatu, FCA/Unesp, 1986; “Canavieiros em Greve. Campanhas Salariais e Sindicalismo”. **Cadernos do Cedi**, 14, São Paulo, Cedi, 1985; “Assalariados Rurais. Novos Desafios”. **Proposta**, 26, Rio de Janeiro, FASE, julho de 1985.

4 Ver SIGAUD, L. “**A luta de classe em dois atos.**” op. cit. e “Luta Política e Luta pela Terra... ..” op. cit.

5 Cf. CRUZ, Dalcy da Silva e ANDRADE, Ilza Maria L. “As Greves no Canavial”. in Projeto de Intercâmbio...” op. cit.

6 POTENGI, Gisélea e MIELLE, Neide. “Organização e Prática Sindical no Campo Paraibano: As Greves dos Canavieiros”. **Projeto de Intercâmbio de Pesquisa Social em Agricultura. Anais do 12º Encontro**. Botucatu. FCA/ Unesp, 1988.

7 Ver **Cadernos do Cedi**, nº 14, op. cit.; “Assalariados Rurais. Novos Desafios” op. cit.

8 Ver D’INCAO, Maria Conceição. “O Movimento de Guariba: O Papel Acelerador da Crise Econômica” in **Política e Administração**, vol. 1, nº 2, jul/set. 1985.

9 Ver D’INCAO, Maria Conceição. “O Movimento de Guariba...” op. cit.

10 RIBEIRO, Ana Maria Motta. **Passeio de Beija-Flor: A Luta do Sindicato pela Garantia Legal de Representação dos Canavieiros Fluminenses — Um Estudo da Ação Sindical em Campos**. Rio de Janeiro, CPDA/UFRRJ, 1987, dissertação de mestrado.

11 RIBEIRO, Ana Maria Motta. **Passeio de Beija-Flor...op. cit.** Ver também **Cadernos do CEDI**, nº 14 e **Proposta**, nº 26.

12 **Revista Proposta**, nº 26, Op. Cit.

13 Sobre os caminhos e resultados desse processo de integração, mostrando inclusive seu aspecto excludente, ver a interessante análise de SORJ, Bernardo e WILKINSON, John. "Processos Sociais e Formas de Produção na Agricultura Brasileira" in SORJ, B. e ALMEIDA, Maria Hermínia T., **Sociedade e Política no Brasil pós-64**, op. cit.

14 Cf. ABRAMOVAY, Ricardo. "Pequenos Proprietários Rurais. Principais Questões em suas Lutas". **Proposta**, nº 20, junho de 1982.

15 Cf. GRZYBOWSKI, Cândido. **Caminhos e Descaminhos dos Movimentos Sociais no Campo**. Petrópolis, Vozes/FASE, 1987.

16 Cf. Contag. **As Lutas Camponesas no Brasil. 1980**. Rio de Janeiro, Marco Zero, 1981.

17 Deve ser lembrado que, no Rio Grande do Sul, os sindicatos de pequenos produtores foram, em larga medida, controlados pela FAG.

18 Ver Conselho Nacional dos Seringueiros STR de Xapuri /CUT. "Chico Mendes", janeiro 1989.

19 GERMANI, Guiomar. "Os Expropriados de Itaipu. O conflito: Itaipu x Colonos". **Cadernos do Propur**, UFRGS, dez. 1982.

20 GRZYBOWSKI, O. **Caminhos e Descaminhos**. . . op. cit. p. 29.

21 Sobre Tucuruí, cf. SANTOS FILHO, José dos Reis. "Terra por Terra na Amazônia Paraense". **Reforma Agrária**, Vol. 14, nº 5/6, set./dez. 1984.

22 TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. "A Gestação da Recusa: o 'Colono Retornado' dos Projetos de Colonização da Amazônia", in TAVARES DOS SANTOS, IV. (org.) **Revoluções Camponesas na América Latina**, São Paulo, Icone/Unicamp, 1985, p. 185.

23 GRZYBOWSKI, C. "Os Colonos Sem Terra de Ronda Alta". **Cadernos do Ceas**, nº 82, nov./dez. 1982. Sobre as ocupações de Macali e Brilhante, cf. GEH LEN, Ivaldo. **Uma Estratégia Camponesa de Conquista da Terra e o Estado: o Caso da Fazenda Sarandi**. Porto Alegre, UFRGS, 1983, dissertação de mestrado. Cf. também ABRAMOVAY, Ricardo. "Nova Forma de Luta pela Terra: Acampar". **Reforma Agrária**, ano 15 nº 2, mai./jul. 1985.

24 Cf. Contag. "Posição da Contag sobre o Congresso Nacional da Classe Trabalhadora", 10/8/1983.

25 CNBB **Igreja e Problemas da Terra**, itens 97 e 98.

26 CPT. **Conquistar a Terra, Reconstruir a Vida**. OPT, Dez Anos de Caminhada. Petrópolis, Vozes, 1985, p. 56.

27 Ver: GRZYBOWSKI, Cândido. "A CPT e os Colonos do Sul do Brasil". in PAIVA, Vanilda (org.) **Igreja e Questão Agrária** op, cit.; NOVAES, Regina. "A Questão Agrária e o Papel da Igreja na Paraíba" in PAIVA, Vanilda (org.) **Igreja e Questão Agrária**. op. cit.

28 Cf. MARTINS, José de Souza. **A Militarização...** . . op. cit.

29 ALMEIDA, Alfredo Wagner 8. de. "Getat — A Segurança e o Revigoroamento do Poder Regional" in **Reforma Agrária**, vol. 11, nº 2, mai./abr. 1981, p. 41.

30 Cf. MARTI NS, J.S. **A Militarização**. . . op. cit.

32 Cf. entrevista de Paulo Yokota, presidente do Incra, **Folha de São Paulo**, 10/2/1980.

V - Os trabalhadores rurais na Nova República



O fim da ditadura militar começou já no final dos anos 70, com as greves dos metalúrgicos do ABC, as paralisações no campo, a anistia, a emergência de novos partidos. O regime perdia aos poucos suas bases de sustentação, mesmo entre diversos setores da burguesia, fruto dos evidentes sinais de crise econômica.

Em 1982 o PMDB ganhou eleições para os governos estaduais de dez unidades da federação, entre elas Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais. Tendo em vista o enorme peso político desses estados, essa vitória foi antes de mais nada qualitativa. Por outro lado, o debate sobre a sucessão do general Figueiredo encontrava as próprias bases do governo divididas em torno da indicação de um candidato oficial (Mario Andreazza ou Paulo Maluf).

No final de 1983 iniciou-se uma campanha, de grande repercussão popular, pela realização de eleições diretas. Sucessivos atos públicos, nas principais capitais do país, colocavam milhares de pessoas nas ruas, exigindo diretas-já. Enquanto tais mobilizações cresciam, aglutinando todo o amplo leque de oposição ao regime, nos bastidores se negociava um pacto político entre a dissidência do governo militar, que se agrupava na Frente Liberal, e a oposição peemedebista, para eleger um candidato à Presidência da República, por via indireta. O candidato de conciliação era Tancredo Neves, tendo como vice José Sarney, que até há bem pouco tempo fora presidente do PDS, o partido de sustentação do governo. A Aliança Democrática, produto desses acordos, constituiu-se em agosto de 1984. Fazia parte de seu programa de mudanças uma reforma agrária mediante cumprimento do Estatuto da Terra e melhoria das condições de vida do homem do campo.

Se a luta pelas diretas resultou em derrota, a Aliança Democrática não poderia deixar de lado uma série de compromissos assumidos em praça pública, durante as mobilizações populares. Entre eles: liberdades políticas amplas, inclusive com a legalização dos partidos clandestinos, plena liberdade de imprensa, autonomia e liberdade sindical, convocação de uma Assembléia Constituinte e transformações na estrutura fundiária.

É nesse quadro que Tancredo Neves se elegeu presidente da República, para realizar a “transição democrática”. Reacendia-se entre os trabalhadores rurais a esperança de concretização de uma reforma agrária. A lenta agonia de Tancredo, iniciada na véspera do dia em que assumiria o poder, a posse de José Sarney como presidente da República, aparentemente não mudavam os compromissos consolidados.

No entanto, logo as esperanças começaram a se desvanecer. A crise econômica não encontrou soluções fora da tradicional manipulação salarial, A reforma agrária não veio, a Constituinte não foi exclusiva, como demandavam diversas forças sociais. Finalmente, o governo progressivamente passou às mãos das pessoas de confiança do presidente, ou seja, as mesmas figuras de projeção nos governos militares. Completando o quadro, o país mergulhou numa aguda crise econômica.’

1. As demandas dos trabalhadores rurais na emergência da Nova República

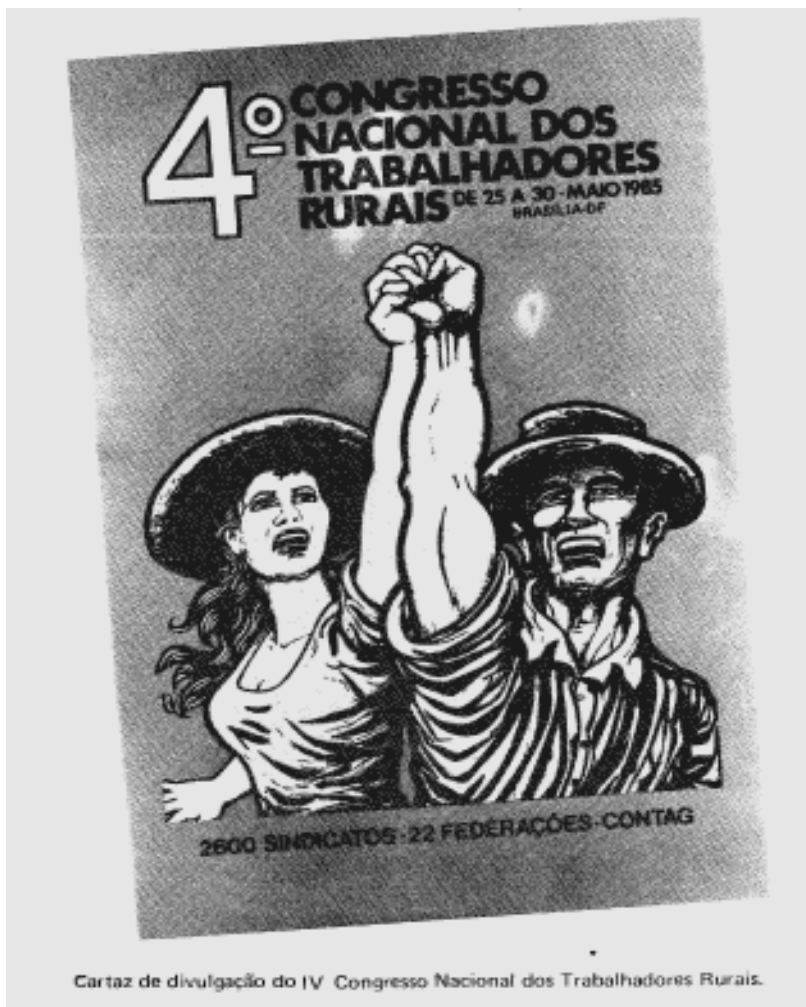
No clima de expectativa de mudanças que marcou o início da Nova República, os trabalhadores rurais realizaram dois grandes eventos, de enorme repercussão política. O primeiro deles foi o Congresso dos Trabalhadores Sem Terra, o outro, o IV Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, promovido pela Contag.

A — O CONGRESSO DOS SEM TERRA

O Movimento dos Sem Terra realizou seu primeiro congresso, com perfil nacional, nos dias 29, 30 e 31 de janeiro de 1985, em Curitiba. Reuniram-se então 1.500 delegados, representando 20 estados. Embora a maior representação fosse dos estados do Sul, de qualquer forma patenteava-se o rápido crescimento das organizações dos Sem Terra.

Nesse encontro foi elaborado um conjunto de resoluções que envolviam a demanda por uma reforma agrária sob controle dos trabalhadores, desapropriação de todas as propriedades com área acima de 500 hectares, distribuição imediata de todas as terras em mãos dos estados e da União, expropriação das terras das multinacionais, extinção do Estatuto da Terra e criação de novas leis “com a participação dos trabalhadores e a partir da prática de luta dos mesmos”.² Além disso, as ocupações de terras ociosas ou públicas foram consideradas como caminho para a realização da reforma agrária, dentro do lema: “Terra não se ganha, se conquista”.

Pelo tipo de resoluções a que os Sem Terra chegaram no seu congresso, é fácil perceber que eram poucas as esperanças que depositavam na Nova República. Essa falta de confiança era constantemente expressa através da divulgação do fato de que o presidente eleito Tancredo Neves, apesar de ter se comprometido a comparecer ao congresso, não o fez. Mesmo assim, os Sem Terra levaram os resultados do seu encontro ao recém-criado Ministério da Reforma Agrária e ao Incra, chegando mesmo a publicar com destaque em seu jornal uma entrevista com o ministro Nelson Ribeiro, enfatizando sua tese de “reforma agrária onde o homem está”.³



Dentro dessa perspectiva de descrença e, ao mesmo tempo, descortinando um espaço significativo de pressão para realização da reforma agrária, os Sem Terra desencadearam, especialmente nos estados do Sul, ocupações e acampamentos, culminando, no dia previsto para o anúncio do Plano de Reforma do governo (25 de maio), com uma grande ocupação em Santa Catarina.

B – O IV CONGRESSO NACIONAL DOS TRABALHADORES RURAIS

Em 1984, sob o impacto das mobilizações pelas diretas-já e com a inclusão da reforma agrária entre as bandeiras de mudanças defendidas em praça pública, iniciou-se a preparação do IV Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, promovido pela Contag. Nesse processo, desde logo espelharam-se as discordâncias existentes no interior dos movimentos, referentes, como já assinalamos, a concepções distintas sobre a ação sindical.

No congresso, entendido não somente como a semana de maio em que cerca de quatro mil delegados se reuniram em Brasília, mas como todo o processo de elaboração e gestação de teses que se iniciou em meados de 1984, diversos temas foram tratados: a lei de greve, ampliação dos direitos trabalhistas e previdenciários, a política agrícola do governo, a necessidade de apoio econômico efetivo à pequena produção, a política de barragens etc. Três deles, no entanto, emergiram com muita força e despertaram polêmicas no interior do movimento sindical: a reforma agrária, a questão da ampliação das formas de participação das bases no interior do sindicalismo e o debate sobre a natureza da ação sindical. Esses temas estavam sendo impostos pela própria dinâmica das lutas no campo e pela progressiva organização das correntes que se opunham à prática sindical dominante. E notório o fato de que, embora numericamente pequena, a presença dos sindicalistas vinculados à CUT e ao Movimento dos Sem Terra impôs um tom polêmico e pesou em diversas resoluções a que se chegou no congresso.

Reforma Agrária

Sem discordâncias quanto à necessidade de mudanças na estrutura agrária, os representantes dos trabalhadores rurais divergiam sobre o caminho para chegar a elas. Para as correntes articuladas em torno do Movimento dos Sem Terra e da CUT, o Estatuto da Terra deveria ser recusado, visto que seu objetivo maior era combater a reforma agrária que vinha surgindo da própria ação dos trabalhadores, “que brota de suas lutas de ocupação coletiva das terras, de resistência contra a expulsão pelo latifúndio, empresas e órgãos do governo, contra a expulsão pelas barragens, contra a tomada de terra pela cana, pelo gado, pela soja”.⁴

Os sindicalistas ligados à orientação da Contag, por outro lado, defendiam o Estatuto da Terra como instrumento inicial de reforma agrária, visto que, através dele era possível realizar desapropriações. Seu principal argumento era que, naquele momento, abrir mão do Estatuto implicava deixar espaço para um vazio legal que poderia levar a uma perda política para os trabalhadores. Nesse argumento, pesava toda uma trajetória em que a lei fora transformada em um importante espaço de disputa e arma de luta. Na plenária referente ao tema, este foi o assunto mais longamente debatido. No final, chegou-se a uma solução de conciliação, considerando-se o Estatuto da Terra como ponto de partida, mas explicitando-se a necessidade de elaborar uma nova proposta de lei de reforma agrária, a ser apresentada à Assembléia Nacional Constituinte. As bases dessa nova proposta estavam contidas em uma série de pontos debatidos no congresso e que implicavam em alterações profundas no Estatuto e inversão no seu objetivo. Entre elas, destacavam-se:

- _ possibilidade de desapropriação de empresas rurais;
- _ pagamento das benfeitorias das terras desapropriadas em títulos da dívida agrária;
- _ estabelecimento de uma área máxima, estabelecida em módulos rurais, para os imóveis;
- _ perda sumária da propriedade, acima de três módulos, quando 50% de sua área agricultável não fosse utilizada;
- _ confisco para terras griladas ou com titulação duvidosa;
- _ distribuição gratuita de terra aos trabalhadores beneficiados pela reforma agrária;
- _ proibição de compra e venda de lotes nas áreas de assentamento.

A essas sugestões, juntavam-se resoluções no sentido de apoio e organização dos trabalhadores para ocupação de terras. Esses diversos pontos, ainda que não coerentemente articulados, constituíam-se nos indicadores do que no congresso se chamou uma “alternativa própria” de reforma agrária.⁵



Plenária do IV Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais: momento de votação de propostas. Fonte: Revista da ABRA, ano 15, nº 2, mai./jul. 1985

Ampliação das formas de participação

Esse tema apontava para a necessidade de os encontros sindicais contarem com uma representação que não privilegiasse exclusivamente as direções sindicais e que permitisse a participação dos trabalhadores da base. No congresso já foram muitos os delegados de base presentes, com direito a voz e voto. Apesar de os critérios de escolha desses delegados terem sido diferenciados (desde a simples indicação por presidentes de sindicato até eleição em assembleias), sem dúvida houve uma significativa ampliação dos espaços de participação, se tomarmos como parâmetro o fato de que nos congressos anteriores esta ficara restrita a dirigentes sindicais.

No entanto, o eixo do debate sobre a participação foi a questão das eleições sindicais, quer para a escolha das diretorias das federações, quer para a Contag.

Em muitos dos encontros preparatórios ao IV Congresso foi feito o questionamento dos procedimentos eleitorais vigentes, que se regiam estritamente pela legislação sindical. Exigia-se uma maior democratização dos procedimentos.⁶ As propostas que então emergiram iam desde diferentes concepções sobre a ampliação do colégio eleitoral, prevendo ou não eleições em congresso, até as eleições diretas em todos os níveis. Evidentemente, havia muitos que preferiam a

manutenção das normas legais do sistema eleitoral. Porém, no clima criado no congresso, não se apresentou ninguém capaz de defender em público essa proposta.

O que estava em jogo nessa discussão não era só uma democratização formal do aparelho sindical, mas, principalmente, a possibilidade de ocupação de espaços por setores mais “combativos” do sindicalismo. Assim, se os sindicatos vinculados à CUT e o Movimento dos Sem Terra defendiam maior abertura no processo eleitoral, também o faziam setores sindicais reconhecidamente vinculados à Contag, como foi o caso dos sindicatos e da federação de Pernambuco, uma das bases de sustentação política da confederação. Tais propostas pareciam apontar caminhos para a solução da velha questão dos dirigentes “acomodados”.

A proposta vencedora foi a de eleição em congresso, o que significaria comprometer as diretorias eleitas com um programa de trabalho para sua gestão e com uma avaliação pública de suas atividades no final. No entanto, os critérios aprovados para a escolha do colégio eleitoral foram restritos, em relação ao conjunto de propostas que estavam em discussão. Segundo a resolução final, para a escolha da direção das federações, votariam os três diretores efetivos de cada sindicato e um delegado eleito em assembléia por cada mil sócios quites ou fração. Para a confederação, votariam os diretores efetivos de cada federação e um delegado escolhido entre os membros da diretoria dos sindicatos. Nesse quadro, permanecia o debate em torno da necessidade de democratização sindical trazendo à discussão do congresso o encastelamento das direções no poder e as possibilidades da máquina sindical manter dirigentes distanciados dos interesses de suas bases.⁷

Sindicalismo

O caráter das organizações sindicais entrou em discussão através do debate sobre liberdade e autonomia sindicais, bandeiras defendidas pelo sindicalismo rural, desde o congresso de 1979. Mais uma vez foi reiterada a crítica ao atrelamento da estrutura sindical ao Estado, às sempre presentes possibilidades de intervenção pelo Ministério do Trabalho e à ingerência do poder público nos assuntos próprios ao sindicato. Em todos esses aspectos, o IV Congresso reiterou as resoluções do encontro anterior. No entanto, houve uma ruptura: não foi apoiada a ratificação da Convenção 87 da OIT, embora a maior parte dos seus itens fossem contemplados no conjunto das demandas do encontro. A ruptura estava justamente no que dizia respeito à unidade sindical, visto que a adesão à Convenção 87 poderia dar margem ao surgimento do pluralismo de entidades de representação.

Em 1979 essa questão não esteve presente e pôde ser aprovada unanimemente a ratificação da Convenção 87, entendida como síntese da luta por liberdade e autonomia sindical. Era um princípio geral que não traduzia nenhuma disputa de relevo no interior do sindicalismo.

Como vimos, o período que se seguiu ao III Congresso teve como uma de suas marcas uma diferenciação interna na condução das lutas dos trabalhadores rurais, implicando no aparecimento de novas propostas de direção política. A existência de duas articulações sindicais nacionais — a CUT e a Conclat — e a presença do Movimento dos Sem Terra, bem implantado em algumas regiões e buscando expandir-se nacionalmente, colocavam em questão o monopólio de representação construído pela Contag. Defendendo arduosamente o princípio da unicidade sindical, concebida como condição para o fortalecimento do sindicalismo, os dirigentes sob hegemonia da Contag recusaram a ratificação da Convenção 87, entendendo a possibilidade de pluralidade de representação sindical como divisionista.

A questão da unidade já se colocara nos debates e encontros ligados à construção de uma Central Única de Trabalhadores. Nos seus desdobramentos e na possibilidade de constituição de sindicatos por ramos de atividade produtiva, a Contag percebia a quebra da sua unidade, colocando em jogo a identidade “trabalhador rural”, que ela arduamente procurara construir nos anos da ditadura. Subjacente, estava ainda o receio de uma partidarização do movimento sindical.



O Ministro da Reforma Agrária exhibe, no IV Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais uma panela furada de balas, que lhe foi ofertada por uma trabalhadora, vítima de violência. Fonte: Revista da ABRA, ano 15, nº 2, mai./jul. 1985

No entanto, firmemente engajado no apoio à Aliança Democrática, o sindicalismo rural, hegemonizado pela Contag, rechaçava concretamente a partidarização que

expressava no crescimento das bases do PT no campo e que funcionava como “massa crítica” às propostas da confederação.

E nesse quadro amplo de debates - que mais do que a reforma agrária envolvia também toda uma concepção do que é sindicato -, que se verificou o lançamento da Proposta do Plano Nacional de Reforma Agrária.

2. A proposta do Plano Nacional de Reforma Agrária

No início do governo Sarney surgiram alguns indícios de que poderia haver mudanças no tratamento até então dado à questão agrária, Para o Ministério dos Assuntos Fundiários e para o Incra (como aliás faria para a maior parte dos cargos de confiança), Sarney manteve os nomes já escolhidos por Tancredo Neves, respectivamente o advogado paraense Nelson Ribeiro, ligado à Igreja, e o agrônomo José Gomes da Silva, um dos redatores do Estatuto da Terra, fundador da Associação Brasileira de Reforma Agrária -Abra, e amplamente conhecido como um ardoroso defensor da reforma agrária. Logo após, em princípio de abril, foi criado o Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário (Mirad), Já então iniciavam-se os trabalhos de 17 “grupos de ação”, compostos por técnicos de renome e destinados a subsidiar uma “proposta” de Plano Nacional de Reforma Agrária.⁸ A constituição desses grupos previa a participação em cada um deles de um trabalhador rural ou pessoa diretamente ligada às suas organizações. Normalmente tratava-se ou de um sindicalista ou de um assessor, o que levou a um precoce compromisso entre o movimento sindical e a proposta oficial.



O documento final, produto desse esforço, conhecido como Proposta de Plano Nacional de Reforma Agrária, foi anunciado e dado a público no IV Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais. Seus pontos principais eram:

- _ a reforma agrária aparecia consignada como programa prioritário do governo da Nova República;
- _ mantinha-se dentro dos limites do Estatuto da Terra, atualizando, no entanto, todo o seu potencial reformista;
- _ a desapropriação por interesse social era considerada como principal instrumento de reforma agrária. Isso distinguia a proposta e marcava sua ruptura com todos os planos e medidas anteriores;
- _ a indenização das terras desapropriadas seria feita de acordo com o valor declarado para fins de cobrança do imposto territorial rural. Calculava-se que esse valor representaria cerca de 60% do valor de mercado, implicando, pois, numa penalização ao proprietário pelo não cumprimento da função social da terra;
- _ o programa básico do Plano era o de assentamento. A regularização fundiária, a colonização e a tributação apareciam como complementares, invertendo as tendências que haviam prevalecido até então;
- _ as diretrizes de assentamento previam o reconhecimento das formas de organização da produção e o sistema de apossamento preexistentes; a necessidade de que fossem evitados deslocamentos dos beneficiários de seus lugares de origem; o estímulo à exploração cooperativa, condominial ou comunitária da terra, da produção, da comercialização e da transformação agroindustrial;
- _ em termos de abrangência, a proposta era de, em quinze anos, assentar cerca de sete milhões de trabalhadores rurais, considerados beneficiários potenciais, visto que, dos estimados dez milhões e meio de trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra, cerca de três milhões e meio estariam empregados na agricultura empresarial, como assalariados permanentes ou temporários;
- _ os trabalhadores tinham participação prevista em todas as fases do processo reformista; e
- _ embora tivesse objetivos econômicos; a proposta era, no entanto, considerada um programa da área social do governo.

Aqui não é o local para se fazer o balanço crítico da Proposta de Plano

Nacional de Reforma Agrária.⁹ O que nos interessa ressaltar é que ela representava um rompimento com a política agrária dos governos anteriores e, pela forma como foi gestada e os princípios que guiaram sua formulação, significou um reavivamento da crença dos trabalhadores e do movimento sindical rural (ou de pelo menos uma significativa parcela dele) no atendimento de suas antigas e sempre reiteradas reivindicações.

Do ponto de vista dos apoios necessários para concretizar a reforma agrária, os idealizadores da proposta acreditavam poder contar com significativos setores da burguesia industrial, visto que o primeiro flanco que se procurava atacar era o da especulação fundiária. Do ponto de vista político-partidário, esperava-se que ela fosse assumida pelo PMDB, principal partido de sustentação do governo da Aliança Democrática.

3. Os desdobramentos da proposta do PNRA

A partir do anúncio da proposta e da divulgação dos seus termos, verificaram-se três processos simultâneos, que se auto-alimentaram.

Do ponto de vista dos trabalhadores rurais, apesar das visíveis diferenças entre as demandas aprovadas no seu IV Congresso Nacional e o Plano anunciado pelo governo, a direção do sindicalismo rural deu-lhe apoio e engajou-se na sua defesa. Isso significa concretamente dar um crédito ao governo e evitar ações, tidas como “radicais”, como ocupações e acampamentos que pudessem precipitar reações maiores à proposta e inviabilizar suas bases de sustentação. Já no que se refere a setores vinculados à CUT, principalmente o Movimento dos Sem Terra, tratava-se de manter ao mesmo tempo um canal aberto de diálogo com o Mirad, inclusive enviando-lhe sugestões e reafirmando a necessidade de garantir o início do processo reformista, e realizar pressões para viabilizar medidas concretas. Assim, desde logo, esse setor sindical passou a denunciar a “falta de vontade política” do governo da Aliança Democrática para colocar o Plano em prática e fez crescer a pressão sobre a terra, através de ocupações e acampamentos.

Para os proprietários de terra, o fato de a proposta ser dada a público num congresso de trabalhadores e de ter sido elaborada sem que eles tivessem sido ouvidos foi considerado uma afronta. Imediatamente articularam uma oposição radical ao Plano. Um mês depois do IV Congresso da Contag, realizava-se em Brasília um outro congresso, de “produtores rurais”, uma demonstração de força e marca de uma articulação política anti-reformista de grande alcance.

Finalmente, do ponto de vista do Estado, desde cedo o Mirad mostrou-se extremamente sensível às pressões políticas. A data para aprovação do Plano definitivo, estipulada para um mês após o lançamento da proposta, passou a ser sucessivamente adiada, e logo ficava patente que ela contava com pouco apoio no

interior do próprio governo.

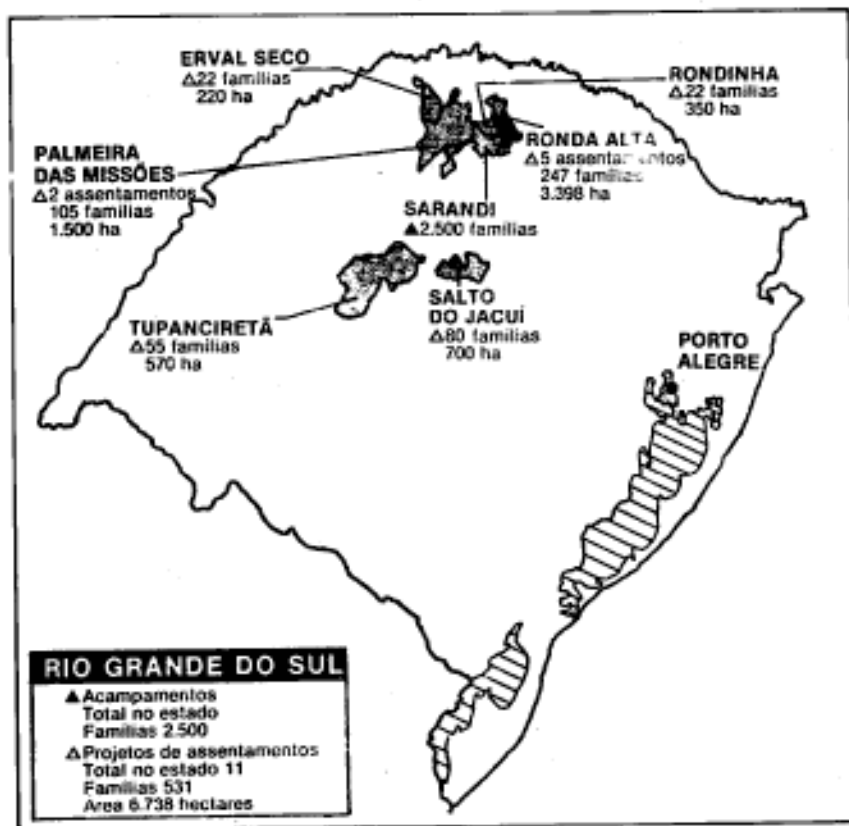


A - ACAMPAMENTOS E INTENSIFICAÇÃO DA LUTA PELA TERRA

O fim do regime militar e a promessa de uma transição democrática abriram espaços para um salto de qualidade nas lutas no campo, expressos nos 176

resultados dos congressos dos Sem Terra e da Contag. No entanto, mais do que as propostas formuladas, especialmente neste último, apontando para a possibilidade de estruturação de um novo projeto de reforma agrária, consolidaram-se iniciativas de luta pela terra tais como os acampamentos e as ocupações.

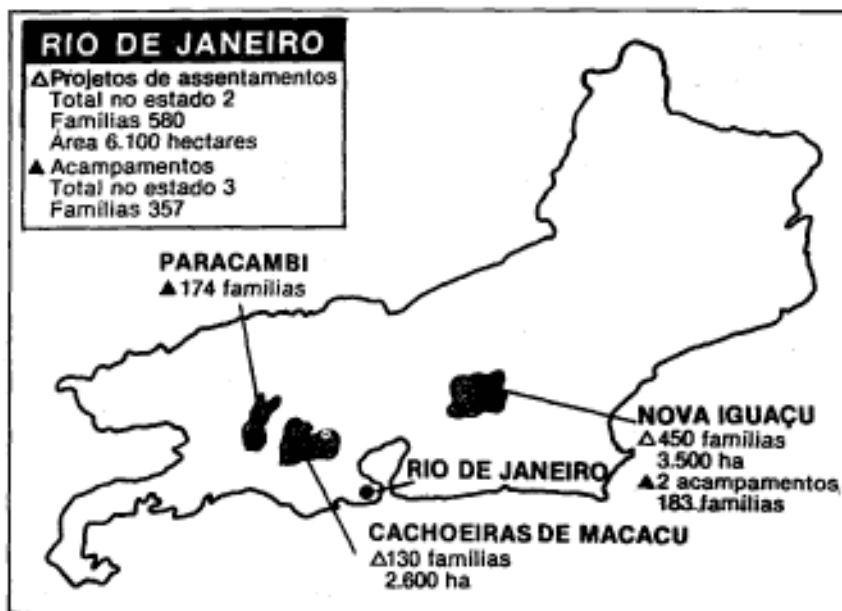
Como forma de pressão sobre o governo, no mesmo dia previsto para o anúncio do plano de reforma agrária, cerca de duas mil famílias iniciaram, a ocupação de 18 áreas de terras improdutivas no oeste de Santa Catarina, dando início a um processo que se intensificaria nos meses seguintes. Para se ter uma



Fonte: Jornal dos Sem Terra, nº 49, dez. 1985



Fonte: Jornal dos Sem Terra, nº 49, dez. 1985

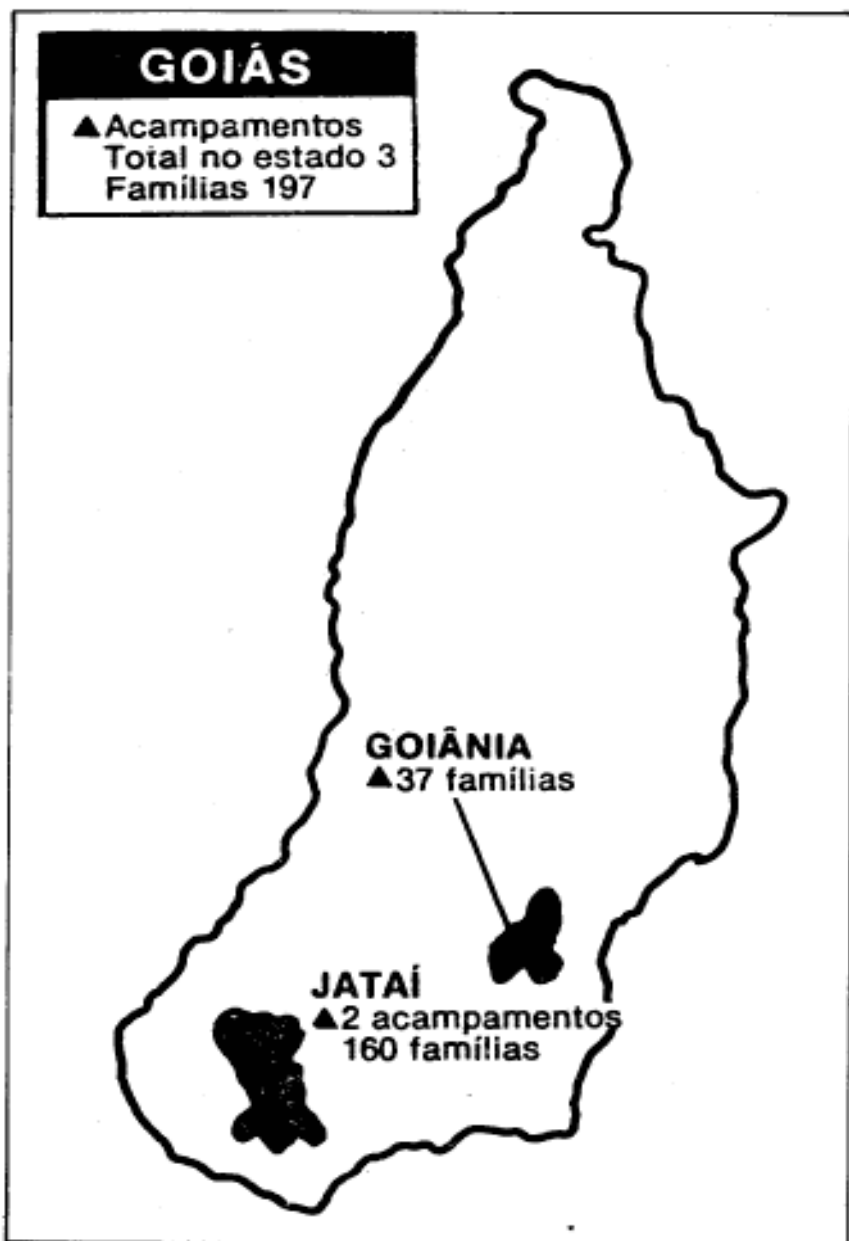


Fonte: Jornal dos Sem Terra, nº 49, dez. 1985

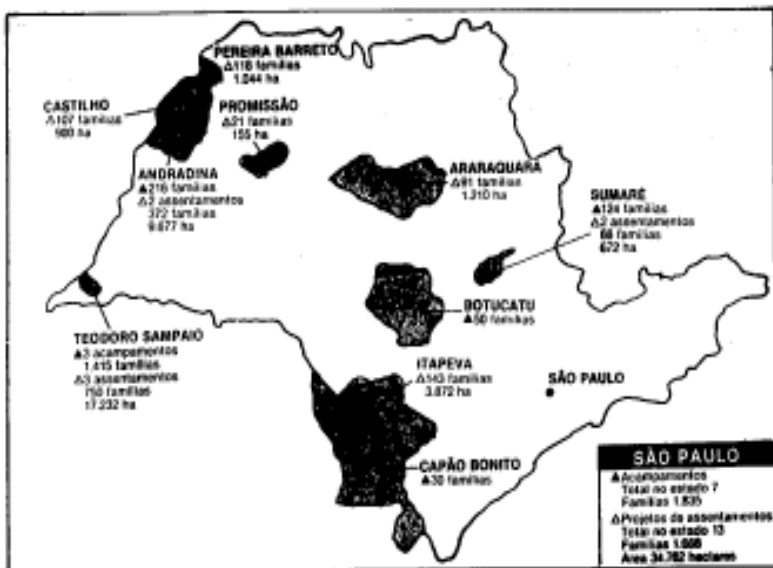
idéia da amplitude dessas lutas, basta mencionar o fato de que, em 1986, já havia mais de 90 acampamentos no país, a maior parte concentrados no Centro-Sul.¹⁰

Os acampamentos e ocupações constituíram-se em fatos políticos importantes que deram maior visibilidade à luta pela terra Exigindo um alto grau de organização, mobilização de um amplo apoio que, de longe, ultrapassava as áreas rurais, e envolvendo grandes contingentes de famílias expropriadas, essas iniciativas funcionaram como pressão constante junto ao Mirad/Incrá. Em diversos momentos se desdobraram em caminhadas onde o religioso e o político se fundiam em uma única manifestação. E o caso das romarias de terra, que se tornaram freqüentes em diversos pontos do país e que podem ser entendidas como a expressão mais acabada dessa fusão entre reivindicações seculares e o discurso religioso.

Vários exemplos poderiam ser dados, dentre eles o dos colonos que, em outubro de 1985, em reação ao anúncio da decretação do Plano Nacional de Reforma Agrária e aos recuos nele contidos, ocuparam a fazenda Anoni, em Sarandi, e realizaram uma marcha até Porto Alegre, denominada "Romaria Conquistadora da Terra Prometida". Nas palavras de Darci Maschio, um dos líderes



Fonte: Jornal dos Sem Terra, nº 49, dez. 1985



Fonte: Jornal dos Sem Terra, nº 49, dez. 1985

do movimento: “Nós ficamos do dia da ocupação até 15 de dezembro como num campo de batalha, cercados por quatro barreiras de soldados da Polícia Estadual. Por qualquer lugar que tentássemos sair da fazenda, éramos revistados e, às vezes, ameaçados. A 15 de dezembro nós começamos a trabalhar a terra para fazer uma horta. E a situação permaneceu assim por mais quatro meses: cercados pela polícia e recebendo a solidariedade de centenas de pessoas. Em fevereiro fizemos uma caminhada, como forma de denúncia, que desmoralizou o esquema montado, levou à sua desmobilização: a caminhada começou com cerca de 250 pessoas, entre homens, mulheres e crianças. Quando chegamos a Porto Alegre, já éramos mais de trinta mil colonos”.

Se a pressão dos trabalhadores tendeu a se intensificar, através da ação direta, de atos públicos ou mesmo das sucessivas cobranças de aplicação do Plano de Reforma Agrária, também intensificou-se a violência que de há muito se abatia sobre os que lutavam por terra. Durante o ano de 1986 a imprensa a todo o momento se referia ao clima de conflagração existente no campo e que se expressava na ação organizada de milícias armadas dos proprietários de terra. Os assassinatos do padre Josimo Tavares e do advogado Paulo Fonteles foram apenas exemplos, mas tiveram o efeito de forçar o próprio governo a reconhecer o estado de guerra declarado em algumas regiões do país. Medidas como a “operação desarmamento”, realizada no Bico do Papagaio, se bem que de efeito apenas

retórico e destinada a dar uma satisfação à opinião pública, implicaram em que o governo fosse obrigado a reconhecer os contornos políticos da questão.

No entanto, por mais que se intensificassem as ações de resistência, as iniciativas de acampamentos, os atos públicos e as cobranças às promessas feitas, não foi possível deter o rápido recuo do que se pretendia ser um programa de reforma agrária.



Chegada dos lavradores da Fazenda Anoni em Porto Alegre
Fonte: A Luta dos Trabalhadores Sem Terra – MST
Foto: Daniel de Andrade



Manifestação chega ao Mercado Público de Porto Alegre

Fonte: A Luta dos Trabalhadores Sem Terra – MST

Foto: Daniel de Andrade

Foto: Daniel de Andrade



Celebração e concentração na Praça Matriz de Porto Alegre, por ocasião da chegada dos agricultores da fazenda Anoni (junho/1986) Fonte: A Luta dos Trabalhadores Sem Terra



A entrada de Ronda Alta e a cruz que se tornou seu símbolo.
Fonte: Tempo e Presença n° 200, agosto 1985
Foto: Maristela Maffei



Entrada do Assentamento Nova Ronda Alta.
Fonte: A Luta dos Trabalhadores Sem Terra – MST

Foto: Daniel de Andrade



Acampamento de Encruzilhada Natalino. Agricultor mostra promessa de terra do governo, datado de 1962. Fonte: A Luta dos Trabalhadores Sem Terra – MST

• Não às Barragens

Audiovisual

18', gravação em fita cassete Mono

Realização: Independente — Região do Alto Uruguai, RS/SC, 1984

Fonte: Lourdes M.C. Grzybowski, Cândido Grzybowski e João Carlos Duarte

Mostra a luta dos colonos da região contra a construção das 25 barragens projetadas para a Bacia do Rio Uruguai. O "Não às Barragens" é também um "não" ao arbítrio e ao autoritarismo que comandam as decisões governamentais das grandes empresas interessadas nestas construções e na produção de energia elétrica.



• **Terra Queimada de Sangue**

Dir.: Guy Vand de Beuque, U-Matic, 22', 1987

Fonte: FASE

Relatos de um líder rural e de um padre, que atuam na região do Araguaia, sobre a violência de que são vítimas os camponeses e trabalhadores rurais do Bico do Papagaio.



Foto: Marcelo Riani Marques



• **Terra para Rose**

Dir.: Tetê Moraes, 35/16mm, 84', 1987

Fonte: Rio/Cine

O filme relata os caminhos da luta pela terra nos últimos anos. Iniciando por um apanhado histórico da questão fundiária no Brasil, sua constituição latifundiária, as promessas do Estado e, por fim, a luta dos agricultores sem terra do RS, dando destaque ao papel das mulheres, desde a ocupação da Fazenda Anoni até os acontecimentos que ocorreram no ano de 1987. O papel de destaque fica por conta da agricultora Roseli, morta em um acidente no dia 31 de março de 1987, no Trevo do município de Sarandi, quando de uma manifestação de pequenos agricultores.





B —A REAÇÃO DOS PROPRIETÁRIOS DE TERRA

A possibilidade de encampação de uma proposta de reforma agrária, mesmo que limitada, pelo governo da Nova República, imediatamente provocou o reaparecimento na cena política das organizações empresariais, como a Confederação Nacional da Agricultura, Sociedade Rural Brasileira, Organização das Cooperativas do Brasil, que durante todo o regime militar pouco manifestaram - se publicamente ou, quando o fizeram, foi estritamente em defesa de política de preços e financiamento.

Como já apontamos, um mês após o anúncio da proposta, os proprietários fundiários realizaram um congresso em Brasília, paradoxalmente denominado Congresso Brasileiro de Reforma Agrária.

Nesse encontro foi descartada a concepção de que existiam distorções na estrutura fundiária do país, argumentando-se que a existência de terras ociosas era coerente com sua excessiva disponibilidade em relação à demanda gerada no mercado. Enfatizando a grande ligação da agricultura com o complexo agroindustrial, argumentavam que a terra não poderia ser apenas de quem a trabalhava, mas, principalmente, de quem nela pudesse produzir, ou seja, de quem detivesse o capital que, a partir do processo de industrialização da agricultura, a atividade agrícola passava a exigir. Dessa perspectiva, ainda segundo os empresários, uma política fundiária deveria necessariamente estar subordinada a uma política agrícola que favorecesse o avanço do complexo agroindustrial. Finalmente, esgrimiam argumentos no sentido de que uma reforma agrária desorganizaria a produção e, principalmente, que ela seria uma intervenção na liberdade de iniciativa.

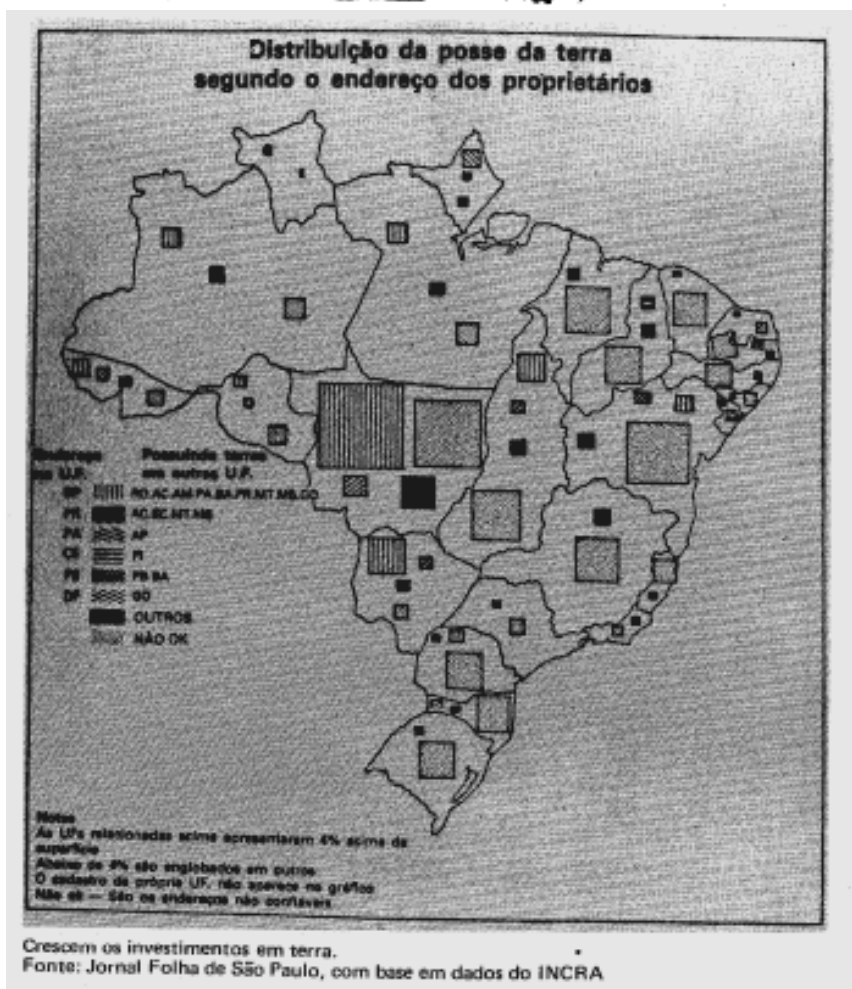
Já então começava a aparecer claramente de onde vinha a reação à Proposta do Plano Nacional de Reforma Agrária: era em São Paulo que ela se mostrava mais estruturada e mais forte, no estado mais modernizado da federação, carro-chefe da indústria e da grande finança. Não por acaso. Se a proposta, segundo seus elaboradores, buscava atingir prioritariamente a especulação, era no maior centro financeiro do país que estava o seu cerne. Os grandes conglomerados financeiros paulistas, os empresários em geral, encontraram no investimento fácil em terras, muitas vezes obtidas praticamente de graça, através dos diversos incentivos fiscais criados nos anos 70, uma fonte de aplicação de dinheiro segura e rentável, promovendo uma estreita união entre o mercado financeiro e o mercado de terras.¹²

A reação ao programa de reforma agrária não se esgotou na retórica dos proprietários de terra. Ela acabou por dar origem a uma outra entidade de representação dos interesses empresariais agrários, que passou a desempenhar um significativo papel de aglutinação desse setor e de pressão política: a UDR, União Democrática Ruralista, composta de início principalmente por pecuaristas. Articulando-se criticamente em relação à representação sindical patronal, ela buscava novos métodos de ação, baseados na mobilização intensa, no espetáculo, procurando ampliar sua visibilidade social.

Essa entidade merece atenção pela significativa força que conseguiu adquirir em um tempo relativamente curto, conjugando de forma surpreendente métodos de ação tradicionais no campo em relação à luta dos trabalhadores e, ao mesmo tempo, a construção frente às suas bases e frente ao conjunto do empresariado brasileiro, de uma imagem moderna, dinâmica, empresarial para a entidade. Para se ter uma idéia da sua rápida expansão, basta lembrar que, um ano depois de fundada, já existia em doze estados, com vinte e oito escritórios regionais e vinte mil sócios. Já havia também leiloado, para arrecadar fundos, cerca de nove mil bois, doação de seus filiados.

O perfil mais conhecido da UDR para os trabalhadores foi e tem sido o da violência. Milícias armadas, coerção, espancamentos, perseguições, assassinatos reeditaram, de forma pouco sofisticada, a secular atitude dos proprietários fundiários ante qualquer iniciativa de organização e reivindicação dos trabalhadores. Visando especialmente a ação da Igreja e do Movimento dos Sem Terra, virou quase símbolo da entidade a frase "Para cada área invadida, um padre morto".





3.000 BOIS
de corte em LEILÃO

Lotes de 25 animais

Dia 17 de maio 09 horas
Parque Agro Pecuario de Redenção - Para

UDR UNIAO DEMOCRATICA RURALISTA
GOIAS - SAO PAULO - MINAS GERAIS - PARA

PARTICIPACAO:

- CONCEIÇÃO DO ARAQUÁIA
- SANTANA DO ARAQUÁIA
- REDENÇÃO
- RIO MARIA
- XINGUARA

- ASS. DOS EMPRESÁRIOS DA AMAZÔNIA.

Assim a UDR juntou Cz\$ 15 milhões

Os leilões de gado: fonte de recursos e de ampliação política da UDR.
Fonte: Revista Senhor, 3/6/1986



Os 20 maiores proprietários de Terra no Brasil. Fonte: Revista Senhor, 3/6/1986

CONFLITOS

Quadro comparativo de 1985 a 1988

		TERRA	TRABALHISTA	TOTAIS
ANOS				
Nº	85	636	76	712
	86	634	95	729
	87	582	109	691
	88	621	59	680
Pessoas	85	405.456	159.185	564.641
	86	594.448	203.521	797.969
	87	667.177	317.406	984.583
	88	403.733	283.780	687.513
Nº de	85	125	14	139
	86	105	17	122
	87	109	24	133
	88	93	9	102



CONFLITOS

Quadro comparativo de 1985 a 1988

ANOS		SINDICAIS	GARIMPO	SECA	POLÍTICA AGRÍCOLA	TOTAIS
Nº	85	13	4	9	-	26
	86	8	7	-	-	15
	87	10	11	53	17	91
	88	10	15	42	15	82
Pessoas	85	-	-	1.400	-	1.400
	86	-	12.604	-	-	12.604
	87	500	9.559	50.420	318.627	379.146
	88	-	1.186	239.000	1.053	241.239
Nº de	85	-	3	-	-	3
	86	-	15	-	-	15
	87	-	16	1	4	21
	88	1	1	-	-	2



No entanto, restringir-se a essa faceta de violência pode ser perder de vista uma dimensão política fundamental. Chamando para si a defesa do direito de propriedade, a livre iniciativa, fustigando a política econômica do governo, a UDR, desde seu aparecimento, conseguiu criar fatos políticos significativos. Seu líder, Ronaldo Caiado, rapidamente tornou-se figura de projeção nacional, sendo chamado a opinar sobre os mais diferentes temas políticos e econômicos e buscando, inclusive, disputar a Presidência da República. As concentrações de “produtores” (nova denominação que a entidade procurava usar, substituindo a categoria fazendeiro ou mesmo latifundiário) em protesto à política agrícola, os leilões de gado como espetáculo de arregimentação política projetaram-na publicamente. Além disso, ela lançou-se também na disputa pela representação dos pequenos produtores, especialmente os modernizados, extremamente sensíveis às suas palavras de ordem em torno da questão do crédito agrícola, garantia de preços etc.

Através da UDR, os proprietários fundiários apareceram na cena política, procurando veicular uma imagem moderna, ombreando-se com outras representações empresariais industriais na veiculação de um programa de governo que tem como bandeira mais importante a defesa da liberdade de iniciativa (e da propriedade). E sob essa perspectiva que passaram, inclusive, a integrar a Comissão de Defesa da Livre Iniciativa, bloco empresarial articulado para pressionar a Constituinte. Na defesa de seus interesses, a UDR também desencadeou uma ampla campanha para garantir a eleição de deputados e senadores afinados com suas teses.¹³

C — DA PROPOSTA DO PNRA AO DECRETO 2.363 DE OUTUBRO DE 1987

Desde logo ficou patente que a proposta de Plano Nacional de Reforma Agrária contava com pouco apoio no interior do governo. Depois de quase cinco meses de debates e pressões, o Plano Nacional de Reforma Agrária aparecia, na sua versão definitiva, precedido de uma exposição de motivos formulando um Plano Nacional de Desenvolvimento Rural. Com ele, a reforma constante da proposta se desfigurava completamente e passava a ser um capítulo da política agrícola. Do plano finalmente aprovado constavam:

— privilegiamento das soluções negociadas “caso a caso”;

_ criação da figura do “latifúndio produtivo”, uma contradição com os próprios termos do Estatuto da Terra, onde o mau aproveitamento da terra era da própria essência do conceito de latifúndio;

- explicitação de que seriam evitadas desapropriações de latifúndios quando estes cumprissem uma função social. Com isso, abria-se uma

brecha importante para que qualquer desapropriação pudesse ser contestada na justiça pelo proprietário que se julgasse prejudicado;

- supressão das áreas prioritárias;
- exclusão dos imóveis potencialmente desapropriáveis daqueles que tivessem grande incidência de arrendatários e parceiros;
- redução das possibilidades de participação dos trabalhadores rurais, garantindo-lhes apenas o espaço das comissões agrárias, a serem constituídas como organismos consultivos para desapropriações e assentamentos; e
- transferência da aprovação dos Planos Regionais de Reforma Agrária para a Presidência da República.

Segundo esse documento, a concepção de alterações fundiárias, contida na proposta original, dava lugar a intervenções tópicas, pontuais e descontínuas. Não se falava mais em fixação de área máxima, grilagem, violência no campo. Também não havia referência à exclusão dos latifúndios dos benefícios dos incentivos fiscais, ou à revisão das concessões de terra. Finalmente, não se tocava na questão das bases para o cálculo da “justa indenização”, nos casos de desapropriação por interesse social.¹⁴

Aprovado o Plano, passou-se à fase da elaboração dos planos regionais, que começaram a ser aprovados em maio do ano seguinte. Também neles não apareceu a indicação de áreas prioritárias. O passo seguinte foi a constituição das Comissões Agrárias estaduais, onde representantes dos trabalhadores rurais, dos proprietários de terra e do Estado (Incrá, governo estadual e ensino agrícola) faziam indicações sobre as desapropriações e assentamentos. Órgão de caráter técnico-consultivo, com a função de opinar sobre processos de desapropriação, elas se tornaram momentaneamente palco de disputa e de investimento político do sindicalismo rural. Em estados onde os proprietários de terra estavam bem articulados, como São Paulo, por exemplo, poucas indicações saíram através das comissões. Em outros, onde a articulação não era tão evidente e onde os casos em jogo eram de terras em mãos de posseiros há décadas, foi possível a indicação de um maior número de áreas. Ainda está por se fazer um balanço da ação dessas comissões, mas é possível afirmar que, última esperança de participação dos trabalhadores, elas se revelaram instâncias meramente burocráticas. Pouco controle tinham sobre os processos que a elas se apresentavam e nenhuma influência sobre seu curso posterior; uma vez aprovada a indicação de desapropriação.

Rapidamente se obviaram os caminhos para os proprietários contra possíveis desapropriações. Eles iam desde ações administrativas no Incra ou ações na justiça contra a classificação da propriedade como latifúndio (condição

legal para iniciar um processo), passavam pela pressão direta sobre o Incra, o Mirad, os ministérios, a Presidência da República para evitar que prosseguisse a tramitação administrativa de uma determinada desapropriação e, finalmente, no caso de a desapropriação ser assinada, recurso judicial contra a medida, impedindo a imissão de posse do Incra sobre a terra. Bem cedo ficou patente para os que ainda acreditavam na possibilidade de aproveitar as brechas existentes que elas não conduziriam a nenhum processo reformista, nem mesmo parcial e limitado.

Aos poucos, o discurso oficial da reforma agrária com base na negociação foi ganhando espaço, tendo decisivo peso nessa concepção articulações que passavam através do ministro Marco Maciel, da Casa Civil, mentor do chamado “Plano Mestre”, que privilegiava a conciliação com os proprietários como instrumento básico de reforma.¹⁵

A última pá de cal sobre as esperanças de que alguma reforma agrária pudesse ser implementada através da “vontade política” do governo Sarney veio em outubro de 1987, com a extinção do Incra, exclusão das “áreas em produção” da possibilidade de desapropriação e garantia ao proprietário, cujo imóvel fosse escolhido para intervenção, de livre escolha de 25% da área, que permaneceria sob seu poder. Além disso, o decreto instituía a formação de viveiros de mão-de-obra para os grandes projetos, quando estabelecia que, na concessão de incentivos fiscais a projetos agropecuários de abertura de novas regiões, a União exigiria que lhe fosse transferido o domínio de 10% da área beneficiada para realização de assentamentos de trabalhadores.

Aos trabalhadores rurais nesse momento restava pressionar para que a Constituinte ainda lhes garantisse algum espaço legal para a reforma agrária.

4. A Nova República e as demais frentes de luta dos trabalhadores rurais

Se a luta pela terra ganhou novos contornos e espaços públicos na chamada “transição democrática”, nem por isso ela foi a única forma de expressão das demandas dos trabalhadores rurais. Greves, manifestações dos pequenos produtores por melhores preços também foram constantes, reafirmando a diversidade de questões que eram colocadas à luz pelas lutas dos trabalhadores.

No mesmo momento em que se realizava o IV Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, ocorria em São Paulo uma greve envolvendo cerca de oitenta mil trabalhadores volantes, cortadores de cana e apanhadores de laranja em cerca de 28 municípios. Em janeiro desse mesmo ano, em plena entressafra, já ocorrera uma outra paralisação, que não levou a nenhum ganho objetivo, em função da época em que se desencadeou, mas que colocou no âmbito das reivindicações um novo item: a garantia de emprego. Com efeito, esse era um

problema crucial para os trabalhadores temporários em determinados períodos do ano, quando não tinham nenhuma alternativa de trabalho. Quatro meses depois, essa questão era recolocada, ao mesmo tempo em que se demandava melhores salários, condições para se controlar o produto do trabalho, através do pagamento da cana cortada a metro e não em tonelada*, além das tradicionais reivindicações de cumprimento da legislação trabalhista.¹⁶

A ação do Estado não se fez esperar: tratou as greves como “caso de polícia”. A Polícia Militar dissolveu piquetes à força, invadiu casas, espancou e prendeu trabalhadores. Premidos pela fome e pela “repressão democrática”, para usar a feliz expressão de José Graziano da Silva, os volantes tiveram que voltar ao trabalho. Embora conseguissem um reajuste acima do INFO, não alcançaram a alteração do sistema de pagamento. Quanto à questão do emprego, abria-se a perspectiva de frentes de trabalho.

Em 1986, nova greve se verificou, recolocando os mesmos problemas. A repressão também não se fez esperar, culminando inclusive com a morte de duas pessoas em Leme, por tiros, e com a tentativa de incriminar o Partido dos Trabalhadores pelo incidente.

No Nordeste, outras greves também se verificaram, mostrando que nada indicava a melhoria das condições de vida dos trabalhadores.

Nesses conflitos, ficava patente, como também já se verificara nas lutas por terra, que pouco mudara para os trabalhadores rurais em relação ao regime militar: a repressão permanecia o tratamento mais imediato às manifestações, bem como o esforço de sempre atribuir os protestos e mobilizações à ação de “elementos externos”. Por outro lado, as greves de São Paulo colocando o problema da garantia de trabalho, se levava o Estado a buscar soluções emergenciais do tipo frentes de trabalho, também apontavam para as carências básicas de um determinado segmento dos trabalhadores rurais. Não por acaso, as ocupações de terra cresceram em São Paulo, apontando para a possibilidade de que os bóias-frias se compreendessem enquanto Sem Terra e, por um caminho distinto dos trabalhadores nordestinos, se engajassem na luta pela reforma agrária.

* Deve ser ressaltada a importância das reivindicações em torno das formas de remuneração. Quando esta é feita por tonelada, permite aos “gatos” manipular o peso. Além disso, os patrões só pagam a cana que é entregue às usinas, e não a que é realmente cortada. Ou seja, as perdas no carregamento e transporte recaem sobre os trabalhadores.

• **Uma luta pela Terra**

Audiovisual

30', Gravação em fita cassete – Mono

Realização – Independente – Encruzilhada Natalino, RS, 1984

Fonte: Lourdes M.C. Grzybowski e Cândido Grzybowski

Início de nova forma de luta pela terra: o acampamento, mostra, de um lado, o enfrentamento com o Estado, através das ações, mobilizações, reveses, vitórias; de outro, a história da difusão social e política desta luta, definindo os aliados e os interesses em torno da questão da terra.



Foto: Lourdes M. Grzybowski

Nos primeiros anos da Nova República, também os pequenos produtores voltaram às ruas. No início de 1986, nos estados do Sul, centenas deles bloquearam as agências bancárias, protestando contra as altas taxas de juros e pedindo moratória das dívidas assumidas com a produção agrícola perdida com a seca. Novos protestos se desencadearam no ano seguinte, recolocando publicamente as dificuldades dos pequenos produtores com as vicissitudes da política econômica e agrícola do governo. Dirigidos pelos sindicatos, em áreas onde já havia uma tradição de vinculação da luta sindical com as demandas desse tipo de trabalhadores, em outros, o questionamento da política agrícola abriu um amplo espaço para a ação de entidades como a UDR, que passou a buscar falar em nome desse segmento e mobilizá-los na crítica à política agrária governamental.



Mas, se é bastante visível um aumento do quadro de reivindicações e mobilizações dos trabalhadores rurais, não é menos importante o fato de que em diversas áreas, especialmente no tradicional bolsão de miséria nordestino, o

governo passe a agir diretamente sobre um vasto segmento de trabalhadores visando “elevar seu nível de renda” e “aumentar sua produção”. No entanto, ao contrário de planos anteriores com esse mesmo objetivo (programas de apoio aos produtores de baixa renda, programas de desenvolvimento rural integrado etc.), ele o faz agora intermediado pelas associações de trabalhadores e pelos sindicatos, E o caso do Projeto de Apoio ao Pequeno Produtor Rural — PAPP — e do Projeto São Vicente. De alguma forma reeditando práticas como as que se engendraram com a implantação do Funrural, muitos sindicatos acabavam por se ver enredados na gestão desses recursos, prestação de contas etc., e fazendo disso sua principal área de atuação. A isso acrescentem-se as constantes denúncias de que tais projetos concorreriam para aumentar a distância entre os trabalhadores e seus representantes, trazendo o paternalismo para o próprio interior do sindicato, agora visto como agência detentora de um outro poder: a distribuição de recursos financeiros.

5. Os trabalhadores rurais e a Constituinte

Analisadas sob a ótica da questão agrária, as eleições para a Constituinte já se deram num clima de polarização, De um lado, já era evidente em meados de 1986, o descompromisso do governo com a reforma agrária. De outro, a UDR mostrava um grande vigor, elaborava uma crítica à política econômica do governo e se propunha a investir na Constituinte, de forma a garantir na nova Carta o direito de propriedade e não deixar espaço legal para transformações fundiárias. Para tanto, os leilões de gado se sucediam, com a perspectiva não só de angariar fundos para financiar as campanhas de candidatos comprometidos com a defesa de suas teses, mas principalmente para mobilizar os “produtores” e difundir entre eles uma determinada direção política.

Do ponto de vista dos trabalhadores rurais, colocava-se o desafio de assegurar um espaço na Constituinte para, no mínimo, garantir o patamar legal existente, expresso no Estatuto da Terra, e se possível ampliá-lo, em direção às reivindicações do IV Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais. Também seria fundamental, do ponto de vista dos direitos trabalhistas e previdenciários, garantir a equiparação com os trabalhadores urbanos, resguardando, porém, a estabilidade no emprego e a prescrição bienal*. Na perspectiva da política agrícola, tratava-se de buscar um espaço de apoio à pequena produção.


* Na área rural, ao contrário do que se verificava nas áreas urbanas, os direitos trabalhistas só prescreviam após 2 anos de rescisão do contrato.

Foram amplamente difundidos entre os trabalhadores rurais, tanto pelo movimento sindical como pelo movimento dos Sem Terra, orientações eleitorais, com listas de nomes considerados de confiança. Ao mesmo tempo, foram estimuladas candidaturas de lideranças reconhecidas, como foi o caso de Geraldo Pastana, no Pará, de Euclides Nascimento, em Pernambuco. No entanto, a opção de voto, principal, mas não exclusivamente no meio rural, parece ser regida por critérios distintos dos que regem as práticas reivindicativas. Ou seja, na maior parte das vezes, os trabalhadores tendem a repetir os mecanismos de clientela.

Os resultados das eleições, num primeiro momento, embora não fossem claramente favoráveis aos trabalhadores, permitiram esperanças. O passo seguinte seria conseguir que a emenda popular pela reforma agrária tivesse peso. Numa campanha de fôlego, com apoio de diversas entidades como Campanha Nacional pela Reforma Agrária, Contag, CNBB, Cimi, CUT, CPT, MTST, essa emenda obteve mais de um milhão e meio de assinaturas. Nela estava incluída uma série de demandas do IV Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, que ampliavam as possibilidades reformistas do Estatuto da Terra. O seu eixo era a tese de que à propriedade da terra rural corresponde uma obrigação social. O não cumprimento dessa obrigação implicaria em sanções que iriam desde a perda sumária ao pagamento das desapropriações apenas pelo custo histórico do imóvel, tendo por teto o valor declarado para fins de cadastro. Essa proposta incluía ainda a demanda pelo estabelecimento de área máxima, a ser fixada em 60 módulos regionais.

● **Encontro de Mulheres Trabalhadoras Rurais**
Realização: TV VIVA, U-Matic, 17', 1988
Fonte: ABVP/TV VIVA

Realizado para a Federação de Trabalhadores Rurais de Pernambuco. Pela primeira vez, trabalhadoras rurais da Mata, Agreste e Sertão reúnem-se em 11-12-13 de dezembro de 1987 para discutir seus problemas e reivindicações. As diferenças e semelhanças entre as trabalhadoras das diferentes regiões. A predominância da participação masculina no movimento sindical.





A Caravana Nacional pela Reforma Agrária: tentativa de pressionar os constituintes.

Fonte: Tempo e Presença, 226, dez. 1987

Foto: João Roberto Ringer

Os trabalhos constituintes, em suas diversas fases, foram mostrando de maneira clara que a questão da terra ainda se constitui num tema político extremamente relevante. Desde logo, começou a ficar clara a dificuldade de garantir, nos termos da nova Constituição, um espaço para a reforma agrária. Na comissão de sistematização, ponto máximo de avanço da questão no processo constituinte, pouco ou nada foi incorporado da representativa emenda popular apresentada. Ficava patente também a impermeabilidade da grande maioria da Assembléia Constituinte para o tema. Nem mesmo a mobilização de cerca de dez mil trabalhadores rurais, de 21 estados, na “Caravana nacional pela Reforma Agrária”, em Brasília, em outubro de 1987, conseguiu promover qualquer abalo nesse quadro melancólico.

O grande ponto de resistência no debate era, obviamente, a questão da natureza da propriedade. Dada a pressão social existente e o estigma da improdutividade da terra, era impossível a defesa, nos quadros da Constituinte, do direito pleno à propriedade da terra, o que significaria um retrocesso em relação à própria Constituição de 1946. A polarização que foi se delineando então deu-se entre a concepção de que o direito de propriedade deveria estar vinculado a uma função social e a de que somente o seu uso teria esse limite. Nas sutilezas da lei, o que estava em jogo era a amplitude do poder desapropriatório do Estado. Tendeu a desaparecer, também, a concepção de que a desapropriação seria uma punição ao proprietário que não desse função social à terra: garantiu-se que em caso de desapropriação, a indenização seria paga em títulos da dívida agrária, resgatáveis

em vinte anos, com cláusulas de preservação do valor real.

Finalmente, a consagração do princípio de que “terras produtivas” não podem ser desapropriadas jogou por terra a esperança de construção de um aparato legal que permita uma reforma agrária, mesmo que limitada.

6. O lugar do sindicalismo rural e as redefinições em curso

Como apontamos no decorrer deste capítulo, o advento da Nova República pouco mudou nas condições de vida e trabalho do homem do campo. A exploração a que estão submetidos não se reduziu, a luta pela terra continuou intensa, a violência cresceu, a esperança de garantir espaços institucionais para a reforma agrária foi por terra.

As vicissitudes por que passam os trabalhadores não deixam imunes suas entidades de representação.

Já vimos anteriormente como a parcela majoritária do sindicalismo rural hegemônico pela Contag levou até o limite sua concepção de que a participação em órgãos no interior do aparelho do Estado poderia ampliar brechas de atuação aliada à tese de que qualquer atitude mais direta de confronto poderia colocar em risco os interesses dos trabalhadores rurais. Embora a cada recuo do Plano de Reforma Agrária se seguissem declarações indignadas de protesto, procurava-se manter os espaços de participação. Foi somente com o decreto de extinção do Incra, em outubro de 1987, que a Contag decidiu por uma atitude de ruptura, optando pelo abandono das comissões agrárias.

As idas a Brasília e as tentativas de pressão direta sobre os constituintes também se revelaram inócuas.

Ao mesmo tempo em que isso se dava, ocorriam acampamentos e ocupações de terra, completamente fora de seu controle. Na verdade eram eles que criavam os fatos políticos que permitiam que a reforma agrária permanecesse na ordem do dia. Não se constituindo em uma espécie de divisão de trabalho entre instâncias de representação de natureza diversa, mas sim de uma real disputa sobre formas de condução de lutas, a Contag saiu bastante desgastada com as sucessivas derrotas sofridas pela sua tática.

Do ponto de vista das campanhas salariais, outra frente de luta privilegiada, situações particulares impunham estratégias as mais diversas, implicando em um aprofundamento da crítica, por algumas correntes sindicais, do modelo de greve que encontrou sua eficácia em Pernambuco. Esse

questionamento, se partia, como já apontamos, de segmentos vinculados à CUT, também se gestou dentro de segmentos fiéis à Contag. Basta lembrar que é do sindicalista Hélio Neves, da diretoria da Federação dos Trabalhadores na Agricultura de São Paulo, que parte a proposta de formação de uma federação de assalariados, o que implicava num rompimento do modelo de unidade construído pelo sindicalismo rural brasileiro.

Até mesmo no que se refere aos pequenos produtores, a Contag começa a ver suas bases ameaçadas por uma disputa que envolvia não mais apenas concepções distintas no interior de organizações de trabalhadores, mas sim uma entidade patronal, marcada pelo estigma da violência como é o caso da UDR.

Esses dados todos indicam um quadro de crise de representação e um questionamento profundo do modelo de ação sindical que se constituiu ao longo dos últimos vinte anos. Nessa crise desempenharam papel importante formas alternativas de resistência e luta que se desenvolveram ao longo do tempo e que de alguma forma concluíram em uma concepção distinta de prática e organização sindical que se aproximou ao processo de construção da Central Única dos Trabalhadores, em oposição à CGT, com a qual se alinhou, embora não formalmente, a Contag.

Em que pesem as críticas da Contag ao tipo de sindicalismo que a CUT pretendia desenvolver, a filiação de sindicatos rurais a essa central vem crescendo*. Com as decisões tomadas em seus congressos (1986 e 1988) de modificar a estrutura sindical “por dentro”, ou seja, disputando as direções sindicais, de federações e da confederação e ganhando, assim, espaço para instituir uma nova prática sindical baseada numa concepção de maior participação das “bases”, no horizontalismo e num distanciamento em relação ao Estado; os sindicalistas cutistas resolveram em 1988 delimitar sua posição em relação à Contag e disputar as eleições para essa entidade, marcadas para o final do ano, com chapa própria.

*Em avaliação feita no III concut, em outubro de 1988, estimava-se que dos 2.657 sindicatos de trabalhadores rurais, quase 600 eram filiados à CUT e cerca de 500 tinham por ela simpatia porém estavam indecisos.



Plenária do III Congresso da CUT.
Foto: Mariana Pantoja Franco/CEDI



Os "rurais" na CUT: novos rumos para o debate sobre a prática sindical.
Foto: Luciano Padrão/CEDI



Sessão sobre violência no campo, III CONCUR.
Foto: Luciano Padrão/CEDI

• **Até quando?**

Dir.: Alberto Casagrande e José Barbosa, VHS 30', 1988

Fonte: ABUP Realização: SEDUP

O vídeo retrata a história de uma área de conflito em Jacaré no interior da Paraíba, em 86 a 87. Também apresenta um quadro sobre a questão agrária da Paraíba nesses últimos 10 anos.

• **Pés na Terra**

Realização: SEDUP, VHS, 41', 1988

Fonte: ABVP

Retrata a história de um acampamento na fazenda Bela Vista, em Esperança, PB. Mostra todo o processo, desde a primeira expulsão dos trabalhadores de suas terras, o acampamento em João Pessoa, onde permaneceram durante 31 dias, e o retorno aos seus lugares, com a posse da terra através de compra.

• **Bagajo de Cana**

Dir.: José Barbosa e Alberto Casagrande, VHS, 27", 1987

Realização: SEDUP/CEDI

Fonte: ABVP

Registro das lutas dos canavieiros do interior da Paraíba (Guarabira) por melhores condições de trabalho, transporte, e salário, em 1987.



Ao mesmo tempo em que tais fatos ocorriam no campo da CUT, o Conselho de Representantes da Contag decidia por realizar as eleições para a confederação, através de um conselho ampliado, composto pelas federações e mais 20% dos sindicatos de cada estado. Isso sinalizava um fortalecimento da estrutura vertical tradicional do aparelho burocrático em detrimento de uma maior participação das bases sindicais nos processos decisórios.

As pressões de algumas federações que questionaram essa atitude que violava as resoluções tomadas no IV Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais e as denúncias da CUT, levaram a que a direção da Contag decidisse a manutenção do quorum referendado em 1985. No entanto, a proposta de um congresso nacional não foi aceita, optando-se pela realização de congressos estaduais para a realização das eleições. Com essa decisão, tornava-se extremamente difícil a viabilização de uma eleição com avaliação do trabalho anterior e discussão de um programa de trabalho futuro. Frente a isso, a CUT decidiu não participar do processo eleitoral.

Esses fatos, com todas as negociações e reuniões que os acompanharam tiveram por efeito central explicitar a profunda crise que o sindicalismo rural hoje vive, entrecortado por diferentes concepções do significado do sindicato, pelo desafio de articular frentes de luta tão distintas, de elaborar uma estratégia de relacionamento com os projetos “participacionistas” do Estado etc. No centro da crise sem dúvida está a dificuldade de manter o modelo sindical que foi um importante instrumento para dar expressão política aos conflitos que se desenvolviam no campo, mas que num momento de transição democrática não foi capaz de ser direção para os trabalhadores e de levar à prática princípios que lhes eram caros, mas que implicavam, em última instância, no questionamento do modelo de corporativismo sindical.

Notas

1 Uma síntese das principais questões em jogo na Nova República pode ser encontrada em KOUTZII, Flávio (org.) **Nova República: Um Balanço**. Porto Alegre, L&PM, 1986; REIS, Fabio Wanderley & O'DONNELL, Guillermo (org.). **A Democracia no Brasil. Dilemas e Perspectivas**. São Paulo, Vértice, 1988.

2 “Documento Final do I Congresso dos Trabalhadores Sem Terra”. Curitiba, jan. 1985.

3 **Jornal dos Trabalhadores Sem Terra**. São Paulo, ano II, nº 43, março/ maio de 1985.

4 CUT. “Nossas Tarefas nesse Congresso”, s/d. mimeo.

5 Ver, para este tema e demais teses do Congresso, Contag, **Anais do IV Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais**. Contag, Brasília, 1985.

6 De acordo com a legislação sindical, para a diretoria da federação as eleições são feitas por um colégio eleitoral composto por um representante da direção de cada sindicato. No caso da confederação, votam os representantes das federações.

7 Nas propostas de colégio eleitoral ampliado havia as possibilidades de voto dos membros da diretoria efetiva e do conselho fiscal; voto dos membros efetivos e suplentes da diretoria efetiva e do conselho fiscal; voto da diretoria efetiva e dos delegados sindicais. Nas propostas de congresso, variava o peso da direção sindical em relação ao número de delegados. Finalmente, colocava-se a proposta de eleição direta em todos os níveis.

8 Cf. GOMES DA SILVA, José. **Caindo por Terra. Crises da Reforma Agrária da Nova República**, São Paulo, Busca Vida, 1987, p. 54 e 56. Segundo esse autor, a expressão “Proposta” de Plano Nacional de Reforma Agrária foi uma “matreirice” de Sarney.

9 Para tanto, ver, entre outros, GRAZIANO DA SILVA, José. **Para Entender o Plano Nacional de Reforma Agrária**. São Paulo, Brasiliense, 1985; MARTINS, José de Sousa, **A Reforma Agrária e os Limites da Democracia na Nova República**, São Paulo, Hucitec, 1986; LEAL, Laurindo (org.). **Reforma Agrária da Nova República: Contradições e Alternativas**. São Paulo, Cortez/EDUC, 1986.

10 Os acampamentos se distribuíam pelos seguintes estados: Paraná (44), Mato Grosso do Sul (15), São Paulo (14), Santa Catarina (7), Rio Grande do Sul (5), Pernambuco (4), Rio de Janeiro (3), Maranhão (4), Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais e Rondônia, i cada um, Fonte: **Jornal dos Sem Terra**.

11 **Jornal dos Sem Terra**, dez. 1986.

12 A esse respeito, cf. DELGADO, Guilherme. **Capital Financeiro e Agricultura**. São Paulo, Icone/Unicamp, 1985.

13 Para uma análise da UDR, ver BRUNO, Regina. “UDR: Os ‘Sem Terra’ dos Patrões”. Pipsa. Anais do XII Encontro — 1987. Botucatu, FCA/ Unesp. 1988.

14 FACHIN, Luis E. “O Direito e o Averso na Reforma Agrária da Nova República” in **Reforma Agrária**, ano 15, nº 3, agosto/dezembro de 1985, p. li.

15 GOMES DA SILVA, José. **Caindo por Terra** . . . op. cit. p. 132/1 33.

16 Ver GRAZIANO DA SILVA, J. “Canavieiros. O Acordo Possível” in **Reforma Agrária**, ano 15. nº 2, maio/julho 1985.

VI Considerações finais



Uma das marcas notáveis da vida política brasileira nos últimos quarenta anos foi a emergência dos trabalhadores rurais na cena política, constituindo-se progressivamente como sujeitos sociais, numa trajetória descontínua, marcada por avanços e recuos, vitórias e derrotas. Num processo tenso, caracterizado por vezes por irrupções bruscas, eles marcaram sua presença através de grandes manifestações coletivas — encontros, atos públicos, greves, acampamentos, ocupações de terra — que trouxeram à luz grupos sociais diferenciados, portadores de reivindicações distintas, mas que tinham algo em comum: o questionamento do lugar que lhes fora imposto no interior da sociedade.

Demandando direitos trabalhistas já conquistados e institucionalizados a nível da grande maioria dos trabalhadores urbanos; lutando por permanecer na terra e, assim, através da prática da resistência à expulsão, expressando uma concepção de legitimidade que normalmente conflitava com as formas legalmente institucionalizadas de propriedade e com as práticas sociais dos proprietários fundiários; exigindo melhores preços para o produto do seu trabalho; impondo o reconhecimento de seu direito de ocupar espaços públicos e dar visibilidade social às suas demandas; reivindicando liberdade de organização para lutar por melhores condições de vida e trabalho, os trabalhadores rurais, nesses anos todos, através de um conjunto de lutas isoladas e dispersas, buscaram caminhos para superar a desigualdade real, a situação de subordinação e exclusão que sempre marcou sua história e colocar-se na cena política como cidadãos. Ou seja, como membros integrais da sociedade, dotados de direitos civis, políticos e sociais, capazes de se fazerem reconhecer pelos demais como sujeitos de sua história e de se auto-reconhecerem como tal. Através de suas práticas, mais do que de suas palavras impuseram novas questões à sociedade, e problematizaram os espaços e mecanismos instituídos de poder.

Como aponta Francisco Weffort, há uma tensão permanente entre o princípio da igualdade, inerente ao conceito de cidadania e as desigualdades que são constitutivas de uma sociedade de classes.¹ No caso brasileiro, especialmente quando se considera o meio rural, essa tensão assume aspectos críticos e se reflete na própria amplitude e diversidade das lutas no campo, bem como no caráter por vezes explosivo que elas assumem.

É no desenrolar dos conflitos e na constituição dos sujeitos políticos no campo que se pode ler as dimensões da questão agrária brasileira. Nas últimas décadas a economia e a sociedade brasileira se alteraram profundamente, através da industrialização, da urbanização, da modernização dos processos produtivos tanto no campo como na cidade. Para os trabalhadores rurais, esse processo significou a marginalização de crescentes e significativas parcelas. A expulsão do campo, as migrações, a situação de miserabilidade a que extensos contingentes da população foram reduzidos, o êxodo rural, a urbanização não acompanhada de um proporcional crescimento do emprego urbano, a violência que só fez crescer no meio rural, são indicadores objetivos da exclusão a que foram condenados. Para os que conseguiram se integrar quer através da inserção, mesmo que precária e descontínua, no mercado de trabalho, quer através da modernização da pequena produção e integração à agroindústria, estavam sempre em questão os baixos níveis salariais ou a remuneração insatisfatória dos produtos de seu trabalho.

Mas não é só no plano da participação na riqueza produzida que se deve buscar a exclusão. Ela está presente no plano social, político e ideológico, através do não reconhecimento dos trabalhadores rurais como interlocutores. Às suas razões e reivindicações é contraposto o discurso da “competência”.² Responde-se à luta por reforma agrária com afirmações do tipo “o trabalhador precisa primeiro ser preparado para ela” ou “a terra deve ser de quem nela sabe e pode produzir”, como alegam os proprietários de terra cada vez que se sentem ameaçados. Ao próprio crescimento dos conflitos se argumenta com a fragilidade dos trabalhadores, vistos como “inocentes úteis”, massa de manobra para interesses escusos (da Igreja, de partidos, das organizações sindicais). À crescente expulsão do campo se responde com a “necessidade da modernização”, o que, obviamente não inclui a pergunta em torno da necessidade absoluta da “modernização” ocorrer sob essa forma.

Talvez as manifestações concretas da violência no campo sejam a maneira mais gritante e trágica da exclusão. Embora tradicionalmente compondo um determinado padrão de relações sociais no meio rural, ela vem, nos últimos anos, mudando de qualidade. Como o mostra Alfredo Wagner B. de Almeida, é um fato a ser destacado o de que “os assassinatos são cometidos em lugares de trânsito intenso de pessoas, em coletivos, em barcas, em rodoviárias, em mercados. em feiras e em praças públicas. Parece não haver cuidados maiores com testemunhos oculares ou com a identidade dos que perpetraram semelhantes atos. Preocupações, provavelmente tidas como desnecessárias ante uma paradoxal certeza de impunidade”.³ Além do seu caráter intrínseco de negação do outro pela sua supressão ou mutilação física, o que chama atenção na violência dos nossos dias é o fato dela ser tão pública, de alguma maneira tentando naturalizar o desrespeito às leis e aos direitos da pessoa.

Colocar-se a questão da cidadania e da constituição de direitos no Brasil implica, porém, em ultrapassar a discussão das formas através das quais se

manifesta a exclusão e considerar algumas marcas da nossa sociedade responsáveis pela reprodução dessa exclusão. Entre elas, pode-se destacar o abismo efetivamente existente entre o país legal e o país real, a interpenetração entre o público e o privado, a capacidade das classes dominantes e do Estado em bloquear os conflitos em seu nascedouro. Como o mostra Michel Debrun, toda a história brasileira vem sendo marcada pela alternância entre períodos de predomínio das estratégias de “conciliação” com um “autoritarismo desmobilizador”.⁴ No primeiro caso, trata-se de criar formas políticas para evitar o desenvolvimento dos conflitos. No segundo, de desarticular as incipientes estruturas de comunicação, mobilização e organização dos dominados, quer através de formas abertamente repressivas, quer de cooptação. Nesse quadro, as práticas democráticas, participativas, quando chegaram a existir foram mediadas por aparelhos de controle produzidos pelas classes dominantes, não conseguindo se enraizar em instituições democráticas capazes de conservá-las e ampliá-las.⁵

Não são poucos os exemplos desse esforço tutelar do Estado sobre os trabalhadores, em especial sobre os do campo: o direito às indicalização foi permitido dentro dos moldes da legislação sindical corporativista e de origem fascista; a luta pelo direito à terra, que se expressa na bandeira reforma agrária, foi aprisionada dentro de um instrumental legal que tinha por objetivo a empresarialização do campo; a demanda por previdência social foi atendida de forma precária e, mesmo assim, criando condições para que o sindicato se transformasse em entidade assistencial; o recrudescimento da tensão na luta pela terra foi respondido quer com repressão pura e simples, quer com desapropriações pontuais, apaziguadoras, que tratavam cada conflito na sua individualidade, procurando ocultar as condições históricas — um determinado modelo, uma determinada opção de desenvolvimento econômico que os geraram. Mesmo numa conjuntura de maiores liberdades políticas a chamada “transição democrática”, do início dos anos 80, os sonhos de uma reformulação fundiária acabaram por gerar alternativas legais ainda aquém do Estatuto da Terra, ao mesmo tempo em que permanecia a impunidade e o descaso dos poderes públicos frente ao avanço da violência no campo e às mortes anunciadas. No que se refere ao direito de organização dos trabalhadores, a tutela sobre o sindicato ainda deixou suas marcas na nova Constituição, através da permanência da unidade sindical imposta (e não politicamente construída) e da contribuição sindical obrigatória, que viabiliza a sobrevivência do aparelho e da burocracia sindical, independentemente de sua relação com as “bases” e seu desempenho no encaminhamento das demandas dos trabalhadores.

Nos meandros de uma situação tão adversa, a constituição dos trabalhadores rurais em sujeitos políticos deve ser vista também enquanto esforço de constituição de entidades de representação afinadas com suas demandas e capazes de viabilizá-las. Se o sindicato é marcado pelo seu perfil legalmente definido e pelos limites que assim lhe são impostos, ele também é produto de sua história, das relações em que se constitui, da capacidade que pode demonstrar em

diferentes conjunturas de responder aos desafios que lhe são a todo momento colocados: ser o intérprete e o porta-voz das demandas dos trabalhadores, com o poder de dar forma e situar as suas reivindicações dentro de um processo mais amplo.

No decorrer deste estudo, pudemos verificar como, com altos e baixos, esse desafio vem sendo enfrentado. Buscamos apontar de que forma, em situações históricas bastante adversas, o sindicalismo que se reconstruiu após o golpe militar pode manter vivas determinadas bandeiras, dar-lhes um outro sentido, fazendo uma leitura própria dos instrumentos legais existentes e dos espaços de luta considerados possíveis, ao mesmo tempo em que procurava acumular e catalisar experiências. Vimos também como esse sindicalismo se enredou em suas próprias contradições e nos limites que elas impunham ao tratamento da dinâmica que se gerava no interior dos conflitos e das propostas de encaminhamento que se gestavam a partir de outras mediações, como é o caso da Igreja, por exemplo. Tentamos indicar como, nesse processo, surgiram novas concepções sobre o papel do sindicato, que convergiam com experiências geradas em outros setores sociais e permitiram um revigoramento do sindicalismo brasileiro tanto na cidade como no campo.

Hoje, ainda um mesmo grande desafio permanece: o de garantir uma cidadania sem adjetivos aos trabalhadores, que se corporifique em instituições e práticas democráticas, de forma a que a democracia possa ser vista num quadro novo, não exclusivamente a partir de mecanismos formais, mas sim, como o aponta Marilena Chauí, como um modo de ser social.

Notas

1 WEFFORT, Francisco C. “A Cidadania dos Trabalhadores” in LAMOUNIER, B., WEFFORT, F.C. e BENEVIDES, M.V. **Direito, Cidadania e Participação**. São Paulo, T.A. Queiroz Ed., 1981.

2 Cf. CHAUI Marilena. **Cultura e Democracia. O discurso Competente e Outras Falas**. São Paulo, ed. Moderna, 1982, 3º ed. Ver também, SIGAUD, Lygia M. “A Presença Política dos Camponeses: Uma Questão de Reconhecimento”. Rio de Janeiro, 1988, mimeo. Trabalho apresentado no XIII Encontro do Grupo de Estudos sobre Movimentos Sociais no Campo do PIPSA.

3 ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de. “Conflitos Sociais no Campo e Cidadania” in FAJARDO, Elias (org.). **Em Julgamento a Violência no Campo**. Petrópolis, Vozes / AJUP / FASE, 1988.

4 DEBRUN, Michel. **A Conciliação e Outras Estratégias. Ensaios Políticos**. São Paulo, Brasiliense, 1983.

5 CHAUI; Marilena. **Cultura e Democracia**. . . op. cit.

FASE — NACIONAL

Rua Bento Lisboa, 58
22221 — RIO DE JANEIRO — RJ
Tel.: (021) 285-2998

REGIONAL NORTE**FASE — ABAETETUBA**

Trav. Pedro Pinheiro Paes, 330
68440 — ABAETETUBA — PA
Tel.:(091) 751-1181

FASE — BELÉM

Rua Bernal do Couto, 1329
66030 — BELEM — PA
Tel.:(091) 222-0318

FASE — CAPANEMA

Av. Pres. Médici, 1992
68700 — CAPANEMA — PA
Tel.:(091) 821-1716

FASE — IMPERATRIZ

Rua Aquiles Lisboa, 167
65900 — IMPERATRIZ — MA
Tel.:(098) 721-4474

FASE — SÃO LUÍS

Rua Oswaldo Cruz, 1314
65020 — SÃO LUIS — MA
Tel.:(098) 222-1175

FASE — MANAUS

Av. Getúlio Vargas, 1295
69013 — MANAUS — AM
Tel.:(092) 234-6761

FASE — VALE DO GUAPORÉ

Trav. Cel. Ricardo Franco. s/n
78770 — VILA BELA SSMA.
TRINDADE — MT
Tel.:(065) 259-1210

REGIONAL NORDESTE**FASE — RECIFE**

Rua Barão de S. Borba, 495
50070 — RECIFE — PE
TEL.:(081) 221-5478

FASE — FORTALEZA

Rua Prof. João Bosco, 73
60430 — FORTALEZA — CE
Tel.:(085) 223-4056

FASE — ITABUNA

Rua Rio Branco, 93/19 andar
45600 — ITABUNA — BA
Tel.:(073)211-4498

FASE — MACEIÓ

Rua Gonçalves Dias, 62
57055 — MACEIO — AL
Tel.:(082) 221-0667

FASE — ICÓ

Rua Dr. Inácio Dias, 2148
63430 — CO — CE
Tal.:(085) 731-1064

SUDESTE/SUL**FASE — RIO**

Av. Pres. Wilson, 1 13/Conj. 1302
20030 — RIO DE JANEIRO — RJ
Tels.:(021) 220-7198 e 262-2565

FASE — VITORIA

Rua Antônio Aguirre, 117 — Centro
29015 — VITÓRIA — ES
Tel.: (027) 223-7436

FASE — SÃO PAULO

Rua Loefgren, 1651/C.. 6
04040 — SÃO PAULO — SP
Tels.:(011) 549-3888 e 549-1307

FASE — JABOTICABAL

Rua Mimi Alemagna, 37 — Centro
14870 — JABOTICABAL — SP
Tel.: (0163) 22-5219

FASE — PORTO ALEGRE

Rua Gaspar Martins, 470
90220 — PORTO ALEGRE — RS
Tel.:(051) 225-0787

FASE — PROJETO

TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS
Rua Bento Lisboa, 58
22221 — RIO DE JANEIRO RJ
Tel.: (021) 285-2998